


Programa do novo Governo

Continuar o que já era mau e piorar o resto!

Tentar mudar leis eleitorais para se perpetuar no Governo, limitar o direito à greve, prosseguir com os salários baixos, acelerar privatizações são apenas algumas das más notícias do programa do novo Governo de Cavaco Silva

- Nota da Comissão Política pág. 3
- Editorial pág. 2
- Intervenção de Octávio Teixeira na AR pág. 5
- Noticiário do primeiro dia de debate pág. 4
- Artigo de Carlos Brito pág. 18



Universidade de Coimbra: crise aberta e faculdades fechadas

Reportagem

— Págs. 16 e 17

TIMOR

O silêncio de Cavaco e a cumplicidade dos EUA

• Artigo de Miguel Urbano Rodrigues

Pág. 25

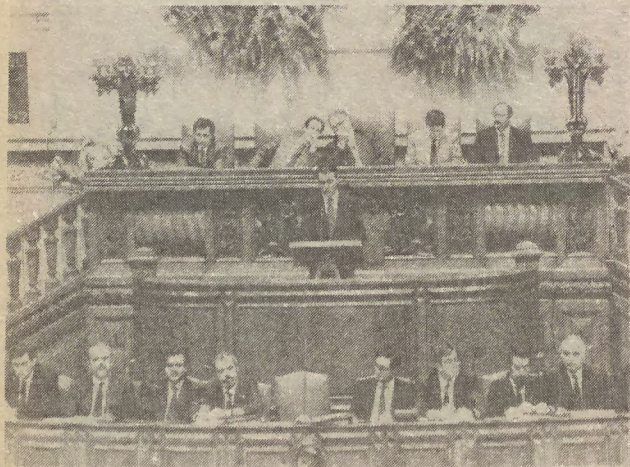
CHILE

numa encruzilhada

• Artigo de João Amaral

Pág. 24

O povo tem uma palavra a dizer



Cavaco Silva apresentou na AR o programa do 12º Governo constitucional

RESUMO

6 Quarta-feira

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses exige que sejam corrigidas as injustiças decorrentes do novo sistema retributivo e de carreiras ■ António Guterres anuncia publicamente que se candidata a secretário-geral do PS ■ A nova legislação sobre relações de trabalho nas autarquias visa acabar com os trabalhadores a prazo sem abrir possibilidades à contratação de pessoal especializado, acusa a CM de Loures ■ Afonso Dhlakama, líder da Renamo, é recebido pelo PR e pelo primeiro-ministro portugueses.

7 Quinta-feira

Os reitores das universidades públicas de Lisboa avisam que a falta de dinheiro poderá levar à suspensão das aulas ■ Uma manifestação popular assinala em Moscovo o 74º aniversário da Revolução de Outubro, o primeiro sem comemorações oficiais na URSS ■ Inicia-se em Roma uma cimeira extraordinária de chefes de Estado e de governo dos 16 países da Nato ■ Tem lugar na Grécia uma greve geral de 24 horas contra a política económica, social e laboral do governo conservador ■ Marcando a normalização final das relações sino-vietnamitas, são firmados em Pequim acordos de comércio e fronteiras entre a China e o Vietname.

8 Sexta-feira

Para pôr fim à exploração de mão-de-obra infantil em Portugal é necessário melhorar as condições de vida, defende o coordenador da CGTP ao intervir num colóquio no Porto ■ Em 1990 morreram na Suíça 40 operários portugueses da construção civil, revelam dirigentes sindicais ■ Os países da CEE decidem impor sanções económicas à Jugoslávia ■ Três eleições intercalares para lugares vagos nos Comuns traduzem-se numa derrota para o Partido Conservador britânico ■ O presidente russo declara o estado de emergência na república autónoma da Tchetcheno-Inguchétia, cujo presidente responde com a declaração de estado de guerra.

9 Sábado

O Conselho de Ministros aprova o programa do 12º Governo constitucional ■ Mário Soares defende em Ourique a continuação do empreendimento do Alqueva ■ Enquanto em Halle algumas centenas de neonazis assinalam o início, há 53 anos, das perseguições aos judeus, dezenas de milhar de pessoas participam em manifestações em Berlim e noutras cidades contra o racismo e a xenofobia ■ A presidência jugoslava pede o envio urgente de tropas da ONU para a Croácia, de modo a pôr termo aos combates e permitir uma solução

democrática para o conflito ■ A URSS e a África do Sul decidem restabelecer relações diplomáticas ao nível consular ■ Frederik Chiluba, novo presidente da Zâmbia, levanta o estado de sítio que vigorava no país havia 27 anos ■ Inicia-se em Roma a Conferência da ONU para a Alimentação e Agricultura (FAO) ■ Morre o cantor e actor francês Yves Montand.

10 Domingo

O Ministério da Educação compromete-se a garantir verbas para o pagamento dos salários de Novembro e dos subsídios de Natal aos professores universitários ■ Abrindo as comemorações do aniversário da independência de Angola, José Eduardo dos Santos anuncia a intenção de realizar eleições gerais em Setembro de 1992 ■ Mais de 30 mil pessoas manifestam-se no centro de Seul, exigindo mais direitos laborais e a demissão do governo sul-coreano ■ Em entrevista à «Spiegel» publicada no dia em que inicia uma visita oficial a Israel, De Klerk defende uma presidência rotativa para a África do Sul ■ Nas eleições regionais da província de Viena a extrema-direita regista uma subida para 23 por cento, mais do dobro dos votos obtidos em 1987.

11 Segunda-feira

É apresentado na AR o programa do XII Governo ■ Centenas de pessoas manifestam-se na Guarda contra a sentença do «caso Cátia» ■ Inicia-se na base da Ota o primeiro curso de formação de especialistas da Força Aérea que inclui mulheres ■ Tropas indonésias matam a sangue frio uma centena de timorenses que, num cemitério de Dili, participavam numa homenagem a um dos jovens assassinados na igreja de Motael ■ O presidente de Cabo Verde inicia uma visita oficial a Portugal ■ Sob a pressão dos nacionalistas da Tchetcheno-Inguchétia, apoiados por outras repúblicas, e depois de o Parlamento russo vetar o decreto de Ieltsin sobre o estado de emergência, as tropas da Federação Russa começam a abandonar o território.

12 Terça-feira

As alterações à lei eleitoral pretendidas pelo PSD são «uma nova tentativa de desfigurar o regime democrático», afirma o PCP em conferência de imprensa após a habitual reunião da Comissão Política ■ Várias reacções em Portugal e no estrangeiro expressam a firme condenação da Indonésia pelo massacre em Dili ■ Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra protestam na baixa da cidade contra o atraso no início das aulas ■ Gorbachov apresenta em Moscovo um livro de sua autoria sobre o 19 de Agosto ■ Robert Gates, apresentado como especialista da temática soviética, é empossado como director da CIA.

A semana política do País fica assinalada pela reabertura dos trabalhos parlamentares da nova legislatura de maioria absoluta ampliada do PSD, pela apresentação do XII Governo chefiado por Cavaco Silva e do seu Programa governativo.

A semana anterior tinha sido, em termos institucionais, a da tomada de posse dos 58 ministros, secretários e subsecretários de Estado — a fornada ministerial mais numerosa em contraste com um efectivo de deputados à Assembleia da República menos numeroso de sempre depois do 25 de Abril. Significativo da fisionomia de classe do novo elenco foi a presença massiva na «cerimónia» dos cumprimentos ao Governo de banqueiros, gestores de grandes empresas e outros representantes da alta finança.

Significativa também a forma como a comunicação social mais afecta ao cavaquismo comentava as peripécias das exclusões e da inclusão de algumas novas caras, as lutas internas para disputa de cargos no governo e no aparelho dirigente do grupo parlamentar do PSD, as rivalidades de interesses e de «lobbies» regionais, os «amuos» dos preteridos.

Particularmente cómica foi a forma encomiástica como alguns dos comentadores se referiram ao «enfant gaté» do novo governo — o novo ministro das Finanças. Um deles brindava-o (apenas!) com 19 adjectivos altissonantes. Lá sabem porque quando se perspectiva a intensificação das tendências liberalizantes da política financeira dos anteriores governos de Cavaco Silva mais favoráveis ao advento de um novo poder dos monopólios.

O Primeiro-Ministro fez pessoalmente, como lhe competia, a apresentação do Programa do Governo a AR.

É surpreendente o facto de numa situação económica e social tão preocupante como a que se vive e se perspectiva nos tempos imediatos, o Programa e o Primeiro-Ministro tenham inscrito como grande prioridade e com ênfase particular a revisão do sistema eleitoral, como foi salientado pelo presidente do grupo parlamentar comunista, que a Nota do dia 11 da Comissão Política do CC considera reprovável.

Mais à frente abordaremos mais largamente esta tónica saliente do Programa.

Outras particularidades sectoriais são igualmente de notar desde já:

Na Defesa, o propósito de alcan-

çar nas Forças Armadas «um elevado grau de profissionalismo»;

Na Administração Interna, a tónica da «segurança» como pressuposto de «liberdade» quando se defende e privilegia um conceito repressivo contra a «diluição da autoridade» e a «repressão específica dos comportamentos desviantes»(?) e a «maior capacidade de intervenção dos corpos especializados»;

Na Regionalização, na criação das Regiões Administrativas, é flagrante a ausência de quaisquer referências à descentralização, somente feitas de passagem no quadro dos Municípios e das Freguesias; o propósito de privatizar «serviços, tarefas e funções autárquicas», claramente propiciador de novas «aberturas» ao clientelismo governamental.

No capítulo do Emprego, nem uma palavra de contenção do alastramento da precariedade do trabalho e dos salários em atraso e a intenção implícita de prosseguir uma política assente nos baixos salários como factor principal da competitividade da nossa economia.

É inaceitável a anunciada limitação do direito à greve, salienta a Nota da Comissão Política. Os propósitos de alargamento da obrigação de «serviços mínimos» abrem a porta ao recurso antidemocrático da requisição civil de grevistas;

Na Habitação, é de realçar a forma leviana como o Programa aborda a utopia irrealizável de «substituir o arrendamento pela casa própria», quando no ano em curso se constatou o aumento dos impostos sobre o preço final de uma casa, variando de mais 27 a 33 por cento para as habitações sociais e de 50 por cento para as de gamas média e alta;

No Ensino, nenhuma referência à injusta barreira ao acesso ao ensino superior que é a PGA, nenhuma outra à situação financeira das Universidades, aos salários em atraso do professorado e do pessoal docente, questões que são motivo do protesto generalizado das próprias autoridades universitárias, dos professores e naturalmente na massa crescente dos candidatos ao ensino superior rejeitados num número que ultrapassou os 45 000 na última PGA. Nenhuma referência ainda relativa à gritante carência de instalações escolares. Só em Setúbal, no recomeço das aulas, nas 79 escolas do ensino preparatório e secundário, havia um excesso de 23 000 alunos e 35 estabelecimentos escolares do distrito não tinham

sequer capacidade para o número dos alunos matriculados.

Mas é na verdade ao ênfase posto no Programa à revisão do sistema eleitoral — a que o Primeiro-Ministro imprimiu uma relevância particular no seu discurso — que deve dar-se o necessário realce.

O chamado «aperfeiçoamento do sistema político, através dos seus mais importantes vectores — o sistema eleitoral e as inovações ao nível do processo eleitoral para o referendo nacional» — inscrito no Programa, são pontos salientes nos propósitos da direita governante.

Cavaco Silva reenumerou da tribuna parlamentar as leis eleitorais para a Assembleia da República, para as Autarquias Locais, para a Presidência da República, para o Parlamento Europeu que se propõe alterar e, justamente, considerando que as alterações propostas não cabem no quadro actual da Constituição, fez um evidente e descarado apelo ao PS para que já na presente legislatura se reúna a necessária votação de quatro quintos dos deputados (o PSD «só» tem 135 dos 184 necessários) para as formalizar desde já. «Senão — ameaçou ele — teremos de esperar para 1995», legislatura que prevê nova revisão constitucional. O princípio basililar da representação proporcional ficaria rudemente afectado.

Na prática, o Primeiro-Ministro dá um novo impulso à bipolarização política, que já lhe favoreceu largamente a revalidação da maioria absoluta nas eleições de 6 de Outubro e lhe pode garantir a eternização da hegemonia totalitária dos órgãos do poder. E no mesmo sentido, conhecidos os objectivos antidemocráticos da direita na questão do referendo nacional, apontam as intenções do PSD e de Cavaco Silva nesta matéria.

Cavaco sabe que existe no PS - e a ela faz o sugestivo apelo - uma ala favorável às concessões à direita, às tendências bipolarizadoras, sensível ao «canto de sereia» dos sectores mais retrógrados da sociedade portuguesa. Não deixa de ser preocupante a recente abertura de Jorge Sampaio à revisão das leis eleitorais.

Mas em toda esta matéria a palavra não cabe apenas aos órgãos legislativos mas também e principalmente ao povo. O povo português tem uma palavra decisiva a dizer pela força determinante do movimento popular de massas e pelas atribuições democráticas de fazer ouvir a sua voz no foro institucional.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: Distribuição ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 670193/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL: INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guiões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50
ESPAÑA — 50 números: 7.080\$00
MACAU — 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Nota da Comissão Política

Novo Governo quer desfigurar o regime democrático

Reunida a 11 de Novembro, a Comissão Política do Comité Central fez uma primeira apreciação do Programa do Governo e abordou outras questões da presente situação política.

1. A Comissão Política considera reprovável o facto de o Primeiro-Ministro ter colocado em primeiro plano, na apresentação do Programa do Governo, alterações às leis eleitorais para o Presidente da República, Assembleia da República e autarquias locais, muitas das quais impõem uma revisão constitucional antecipada, numa atitude de clara subalternização dos graves problemas económicos e sociais do País, a que urge responder.

Tais alterações correspondem a uma nova tentativa de desfigurar o regime democrático, de criar condições para a eternização do PSD no poder e do seu controlo na generalidade dos órgãos de Estado, atingindo claramente o princípio da representação proporcional.

Sendo que as alterações fundamentais dependem da obtenção de uma maioria de 4/5 dos deputados para antecipar a revisão constitucional, e de 2/3 para proceder a ela ou alterar os círculos eleitorais, o PS assume uma responsabilidade decisiva. Qualquer tentativa de o PS favorecer aquilo a que chama um projecto de bipolarização à custa de princípios básicos do sistema democrático, não redundará em seu favor, antes favorecerá o PSD e dificultará a construção de uma alternativa democrática.

As amplas alterações anunciadas na área da justiça podem igualmente configurar uma tentativa de a governamentalizar, com limitação da independência dos juizes e autonomia do Ministério Público.

A Comissão Política considera inaceitável a anunciada limitação do direito à greve e a perspectiva de um sucessivo adiamento do processo de regionalização, que resulta das palavras do Primeiro-Ministro na Assembleia da República. Condena também o anúncio da tentativa de impor às autarquias encargos na área da habitação, que são da responsabilidade do Governo, em particular o realojamento dos moradores de bairros de barracas.

Confrontando as palavras do Programa com a prática e acção governativas e com as medidas de política enunciadas, verifica-se que o Governo pretende prosseguir uma política assente nos baixos salários e na precarização do emprego, como elementos centrais da competitividade da economia e que se propõe prosseguir uma política de centralização e concentração de capitais, de leilão do Sector Empresarial do Estado (SEE), uma política de crescimento sem efectivo desenvolvimento económico harmonioso e solidário.

2. A Comissão Política do PCP considera inadmissível que Cavaco Silva e o seu Governo, com o pretexto de que «o segredo é a alma do negócio», continuem a governamentalizar as questões da CEE, muito especialmente as negociações sobre política externa comum e política de defesa, e sobre a política social e coesão económica, aspectos essenciais da União Política e da União Económica e Monetária que, teoricamente, deverão ser consagradas na cimeira de Maastricht, em Dezembro. O Governo não pode continuar a decidir à porta fechada ou com a prestação de informações a conta-gotas quando solicitadas na Assembleia da República e, na maioria das vezes, *aposteriori*, violando o estatuto da oposição e a ética democrática, e diminuindo o poder negocial de Portugal sobre questões do maior relevo para a arquitectura da Comunidade e o futuro do nosso País, a sua soberania e independência.

3. A Comissão Política denuncia as graves responsabilidades políticas do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais e do Ministério da Agricultura nos incalculáveis prejuízos ambientais, económicos, sociais e para a saúde pública, ocasionados pelo esvaziamento da Barragem do Maranhão.

A decisão da Associação de Regantes do Vale do Sorraia em fazer o vazamento da Barragem, apesar dos apelos e propostas feitos em tempo devido pela Câmara Municipal de Avis - refira-se que o primeiro alerta data de 13 de Março de 1991 e consta de uma proposta do Presidente da Câmara aprovada na edilidade por unanimidade -, a autorização concedida pelas entidades oficiais tuteladas pelos Ministérios referidos - Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, Direcção Geral das Florestas, Direcção Geral dos Recursos Naturais -, sem a realização do estudo do impacto ambiental exigido pelo Decreto-Lei nº 186/90, de 6 de Junho, revelam bem o desprezo e a incúria dos organismos governamentais face aos direitos da população da região de Avis. Põem em evidência a arrogância de comportamentos antidemocráticos, a incapacidade de ouvir, uma visão distorcida do serviço público, a resistência em aceitar a participação democrática dos cidadãos e das autarquias nas decisões sobre assuntos de relevante interesse público.

Mas as responsabilidades directas do Ministério do Ambiente e do Ministério da Agricultura são maiores pois, apesar

de informados e solicitados para o efeito, recusaram-se a comparecer perante a Comissão de Agricultura da Assembleia da República, antes do início das obras, para esclarecerem a situação.

O PCP que, através dos seus eleitos nas autarquias na região, tudo fez para prevenir e impedir a catástrofe, levantou já a questão no Parlamento Europeu, e decidiu propor, na Assembleia da República, uma Audição Parlamentar sobre o processo de vazamento da Barragem do Maranhão. Simultaneamente reclama do Governo a mobilização de recursos técnicos e financeiros que possam minorar os graves danos causados.

4. A Comissão Política considera preocupante o silêncio comprometedor do Governo face ao Conselho de Ministros da Agricultura da Comunidade de 21 e 22 de Outubro passado, que iniciou um processo de convergência e acordo à volta das propostas de Reforma da PAC contidas no documento de Julho da Comissão.

Esta posição do Governo do PSD/Cavaco Silva, aliás confirmada pela ambígua declaração «acautelar os interesses da agricultura portuguesa no processo de Reforma» contida no seu Programa de Governo, é tanto mais estranha quanto o Ministro da Agricultura tinha, em fins de Setembro passado, emitido a opinião de que a proposta de reforma da PAC apresentada pela Comissão significaria «congelar o nível de subdesenvolvimento da agricultura portuguesa» (sic). E, que se saiba, não sofreu essa proposta, até ao referido Conselho de Ministros da Agricultura, nenhuma alteração significativa!

Ora, tal Reforma da PAC continua a ser completamente inaceitável do ponto de vista dos interesses da nossa agricultura e dos próprios interesses nacionais. Não respeita minimamente a reconhecida especificidade da agricultura portuguesa. Propõe novas e graves limitações às produções e produtividades agro-pecuárias quando o País precisa de fazer crescer a produção e melhorar a produtividade global do seu sector agrícola. Vai traduzir-se pelo congelamento e mesmo abaixamento dos rendimentos dos agricultores portugueses, hoje a níveis bastante inferiores face aos outros agricultores comunitários.

Acidentes de trabalho na Suíça matam portugueses

O número de mortes de trabalhadores portugueses na Suíça é intolerável. O mesmo passa-se cá, sobretudo com imigrantes clandestinos

A morte por esmagamento de um trabalhador português emigrante na Suíça, antigo operário da Lisnave sujeito à leva de despedimentos há alguns anos decretados na empresa, levanta mais uma vez a questão das condições de trabalho desses nossos compatriotas. Uma questão ilustrada pelas 40 mortes de trabalhadores portugueses que ocorreram o ano passado naquele país onde trabalham na construção civil mais de 50 mil compatriotas de um total de 100 mil emigrantes nacionais, 90 por cento dos quais sujeitos à contratação sazonal.

José Valério Dinis, coordenador da Federação Nacional dos Sindicatos da Construção Madeiras e Mármore (FNSCMM), denunciou em conferência de imprensa dada sexta-feira passada a situação dos trabalhadores portugueses na Suíça: «a esmagadora maioria destes trabalhadores, trabalham na construção civil, trabalham na hotelaria ou na agricultura, está sujeita aos contratos sazonais e não tem direito a ter a família consigo», diria José Dinis para revelar que este

tipo de contratação acaba por provocar a existência de um número muito elevado de crianças portuguesas a viver clandestinamente na Suíça (41 por cento dos portugueses acabam por levar os filhos mesmo sem autorização das autoridades) sem frequentar a escola ou estar cobertos por qualquer tipo de segurança social.

Durante cinco anos estes trabalhadores só podem assinar contratos de trabalho com a duração de nove meses, sendo depois obrigados a passar três meses em Portugal sem Fundo de Desemprego ou outras prestações. Se conseguirem assinar cinco contratos consecutivos, o que é raro, podem então obter um visto de permanência na Suíça por um ano e levar a família consigo. Apenas quatro mil portugueses têm este visto e somente dois mil um visto permanente de residência.

Negócios de governos

«É assim que acontecem casos como o do muito noticiado julgamento na Guarda que envolve uma criança vítima de maus tratos e viola-

O PCP vai continuar a insistir e a lutar por uma Reforma da PAC que defenda os interesses dos agricultores portugueses, que tenha em conta as dificuldades e os atrasos que enfrenta a agricultura nacional, que não faça pagar a Portugal a factura das produções excedentárias dos sistemas agrícolas superintensivos de outros países, ou as consequências das políticas das multinacionais da agro-indústria e da distribuição alimentar.

5. A Comissão Política do Comité Central do PCP, ao tomar conhecimento da brutal repressão desencadeada pelas forças indonésias de ocupação de Timor contra uma pacífica manifestação de timorenses na passada madrugada, em Dili, de que resultaram dezenas de mortos, lavra o seu mais veemente protesto e manifesta a sua calorosa solidariedade à resistência timorense e a todo o povo maubere.

O PCP, através do seu Grupo Parlamentar, levará a questão à Assembleia da República e preconiza, desde já, uma enérgica intervenção do Governo português junto das Nações Unidas e de outras organizações internacionais de que Portugal faz parte, apelando à frontal condenação da Indonésia e ao apoio à luta do povo de Timor-Leste pela autodeterminação e independência.

6. A Comissão Política apreciou a intensa actividade do Partido, com a realização de centenas de reuniões dos organismos dirigentes, a diversos níveis, assembleias e plenários, para avaliar os resultados e a campanha eleitoral, analisar a situação pós-eleitoral e, com confiança, traçar as linhas do trabalho futuro.

A Comissão Política realça o significado do 12º aniversário da Juventude Comunista Portuguesa e saúda fraternalmente a JCP pelas magníficas iniciativas realizadas para comemorar esse evento, com elevada participação de jovens. Manifesta o empenho em continuar a apoiar os jovens comunistas no esforço de análise da sua actividade, da sua organização, das suas potencialidades, com vista ao reforço da JCP, para a concretização das aspirações dos jovens portugueses.

ção, separada dos pais por estes estarem a trabalhar na Suíça», lembraria o coordenador da FNSCMM.

Por negociação entre o Governo português e o suíço, depois de este país ter manifestado interesse em aderir à CEE, espera-se para breve o fim deste tipo de contratos de trabalho. No entanto, o Governo português não se mostrou disposto a pagar o Fundo de Desemprego respeitante aos três meses por ano que estes emigrantes são obrigados a passar em Portugal, isto apesar dos suíços terem manifestado a vontade de pagar uma parte substancial desse subsídio.

O FOBB, um sindicato suíço de construção civil onde militam cerca de 20 mil portugueses, tem denunciado as más condições de trabalho da generalidade dos nossos emigrantes cujos patrões não cumprem as cláusulas do contrato no que diz respeito à qualidade das habitações, horários de trabalho e condições de segurança, escudados na necessidade dos portugueses de revalidar os contratos sazonais. «Quem se queixa não é contratado de novo»,

disse José Dinis que ironizou sobre uma frase do ministro dos Negócios Estrangeiros portugueses que haveria dito que os trabalhadores portugueses queriam era «três meses de férias pagas»: «com a morte deste trabalhador há agora um lugar vago para os portugueses. Se o senhor ministro quiser aceitar esse lugar para ver como é...».

Em Portugal é pior

José Dinis falaria ainda da situação dos trabalhadores clandestinos em Portugal, fazendo um paralelo com a situação dos portugueses na Suíça: «cá ainda é pior e muitas vezes o patrão não paga ao clandestino e diz-lhe que se vá queixar às autoridades, sabendo que ele não o pode fazer senão é expulso do país», isto numa situação onde o número de acidentes de trabalho é extremamente elevado.

É que neste país quatro em cada cinco trabalhadores da construção tem um vínculo precário e há mais de cem mil trabalhadores clandestinos. Um paralelo entre Suíça e Portugal certamente preocupante.

PCP lança-se ao trabalho

Quatro projectos de lei já entregues

Dando cumprimento aos compromissos assumidos na campanha eleitoral perante os portugueses de uma forma geral e os seus eleitores em particular, compromissos reafirmados na sua primeira reunião depois do sufrágio de Outubro último, o Grupo Parlamentar do PCP entregou na semana finda quatro projectos de lei versando importantes áreas no domínio laboral e social.

A revogação e alteração das normas mais gravosas do «pacote laboral», a redução do período semanal de trabalho, e a actualização das pensões e o acesso gratuito dos cidadãos de menores recursos a medicamentos para doenças crónicas, constituíram as matérias sobre as quais recaiu desde já a atenção dos deputados comunistas.

De inegável interesse e importância, tais iniciativas, conforme foi sublinhado em recente conferência de imprensa, são apenas uma pequena parte de uma lista de iniciativas legislativas consideradas prioritárias pelos parlamentares do PCP, a apresentar neste início de Legislatura, da qual fazem parte, entre outros, diplomas visando a eliminação da contestada Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior, a alteração do regime dos inquéritos parlamentares ou ainda a maior participação e acompanhamento da Assembleia da República e dos partidos da oposição na problemática relacionada com a Presidência Portuguesa das Comunidades Europeias.

No caso do «pacote laboral», aliás, trata-se de cumprir uma promessa que remonta ao encerramento do debate na legislatura passada da proposta de lei de autorização legislativa sobre a matéria, ocasião em que os deputados do PCP anunciaram a intenção de propor a revogação das normas mais gravosas que no seu entender e do movimento sindical unitário afrontam o nosso sistema jurídico-constitucional.

Nesse exacto sentido vai, pois, o projecto agora entrado na Mesa ao propor designadamente a revogação pura e simples dos Decretos-lei 400/91 e 404/91, relativos respectivamente aos despedimentos por inadaptação do trabalhador e às Comissões de Serviço, diplomas que do ponto de vista do PCP fragilizam de tal forma os vínculos laborais que «não pode haver dúvidas de que se destinam a ser o suporte legal de uma ainda maior precarização e desregulamentação das relações de trabalho».

Quanto ao decreto-lei 403/91, que aumenta de forma desmesurada a duração do período experimental - na sequência aliás de outro Decreto de 1989 (64-A) considerado como o primeiro a forçar a fronteira da Constituição ao introduzir malfeitorias na legislação laboral - a proposta do projecto subscrito pelos parlamentares comunistas vai no sentido da revogação das disposições que alongassem período experimental, reaproveitando simultaneamente dispositivos do Decreto lei 64-A/89, melhorando-os, no que toca à prevalência das normas convencionais sobre o disposto no diploma.

Considerando que o Decreto-Lei 64-A/89 constitui a primeira edição do «pacote laboral», agora revista e «melhorada» com os diplomas de 16 de Outubro, o Grupo Parlamentar do PCP não podia deixar também de propor a revogação dos seus aspectos mais gravosos, como faz notar na nota preambular do seu projecto. Estão neste caso todas as disposições sobre extinção de postos de trabalho e bem assim todas as que se referem a Despedimento Colectivo.

Para o PCP esta é uma questão da maior relevância uma vez que o referido Decreto Lei 64-A/89, no que toca ao regime do Despedimento Colectivo, enfraqueceu o regime de protecção aos trabalhadores anteriormente estabelecido Elucidativo a este respeito é o caso de trabalhadores com 30 e mais anos de serviço que por terem 70 e mais anos de idade, recebem a título de indemnização por despedimento o equivalente a uma indemnização por contrato a prazo de seis meses, ou seja, 12 dias de indemnização.

Alvo de atenção não podia deixar de ser também o capítulo referente às alterações ao regime de férias, domínio em relação ao qual os comunistas propõem no seu projecto, designadamente, a proibição da venda do direito a férias.

Redução do período semanal de trabalho

Recomendações nesse sentido apresentadas pela Organização Internacional de Trabalho (OIT), a par de reduções efectivas já praticadas nalguns sectores de actividade, associadas ao facto de Portugal continuar a ter, por comparação com outros países, uma duração semanal de trabalho muito longa, estiveram por sua vez na base

deste projecto com o qual se visa, no fundamental, aumentar o tempo destinado ao repouso e lazer do trabalhador em simultâneo com a chamada «partilha do emprego», ou seja, a diminuição do desemprego por virtude da necessidade de contratar mais pessoal para ocupação das horas reduzidas.

Não oferecendo dúvidas que o primeiro objectivo será alcançado, é de crer que, quanto ao segundo - essa é pelo menos a convicção do PCP - , face à introdução das novas tecnologias e tomando em linha de conta conjuntamente os custos de mão-de-obra, a produção, o aumento de produtividade, o aumento do poder de compra, a existência no nosso país de mão-de-obra qualificada no desemprego e a necessidade de uma organização de trabalho mais racional - e tendo igualmente presente que tudo isto se «deve subordinar a uma perspectiva de progresso e desenvolvimento», como refere o texto do diploma - , a redução da duração semanal de trabalho normal irá traduzir-se num aumento da oferta de emprego.

Neste quadro se insere por conseguinte a proposta agora contemplada no diploma de redução da semana de trabalho para 40 horas, sem prejuízo dos regimes mais favoráveis, redução que no caso do trabalho nocturno ou dos trabalhos insalubres, penosos ou perigosos do ponto de vista físico ou psíquico se situa para a casa das 35 horas semanais.

Por outro lado, de acordo com o articulado do projecto, propõe-se ainda o alargamento do tempo de descanso semanal complementar já previsto na lei, a redução progressiva da duração semanal de trabalho naqueles sectores onde a reorganização do trabalho exija um maior período de tempo, estabelecendo-se também a obrigatoriedade de gozar seguidamente dois dias de descanso semanal, nos casos em que através de negociação colectiva os trabalhadores tenham direito a meio dia de descanso semanal complementar, o qual acrescerá a dia e meio de descanso obrigatório que se fixa como mínimo.

Previstas no projecto são ainda a obrigatoriedade de conceder aos trabalhadores por turnos o período de descanso semanal após cinco dias de trabalho, a reformulação do regime quanto aos descansos compensatórios e o fim da imposição ao trabalhador de descontar para o Fundo de Desemprego 25 por cento do acréscimo de remuneração.

Actualização de pensões

É sobejamente conhecido o nível baixíssimo da generalidade das pensões e reformas e a degradação do poder de compra a que a esmagadora maioria dos dois milhões e cem mil reformados e pensionistas são sujeitos. Razão de monta para justificar a iniciativa agora levada a cabo que realisticamente propõe um aumento progressivo das pensões e reformas mínimas de forma a que daqui a três anos elas sejam iguais ao salário mínimo nacional.

Em 1992 as reformas seriam de cerca de 30 contos, ou seja, 70 por cento do salário mínimo, no ano seguinte 85 por cento e no 3º. ano, 1994, as reformas passariam a ser iguais ao salário mínimo e aumentariam sempre que este aumentasse.

Acesso gratuito a medicamentos

As carências gritantes com que se confrontam hoje muitos portugueses, desprovidos dos meios necessários para assegurar uma vida digna, quando não a própria sobrevivência, têm reflexos particularmente dramáticos sempre que se conjugam com situações de doença crónica ou incapacitante.

É hoje vulgar, como salientam no preâmbulo do seu projecto os deputados comunistas, o abandono da farmácia por parte de cidadãos que não têm possibilidade de fazer face ao custo dos medicamentos que lhes foram prescritos.

Por outro lado, indissociável desta situação, são também conhecidas as diminutas participações que, com pequeníssimas alterações, se mantêm há anos para as próteses, ortóteses e dispositivos de compensação, facto que naturalmente dificulta cada vez mais o justo acesso à saúde e à reabilitação aos portadores de deficiência com fracos recursos.

Neste quadro se inserem, por conseguinte, as propostas agora contempladas no articulado do diploma, prevendo a comparticipação do Estado na totalidade de medicamentos destinados a doenças crónicas, a comparticipação em 80 por cento de próteses, ortóteses e dispositivos de compensação e isenção de taxas moderadoras, isto para todos os solteiros, viúvos ou separados que tenham um rendimento igual ou inferior ao salário mínimo nacional ou casados ou vivendo em união de facto que auferam menos ou igual ao dobro desse salário.



A revisão antecipada da Constituição até final de 1992, em ordem a operar uma profunda reforma das leis eleitorais vigentes, constituiu a principal proposta do Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, na apresentação do Programa do XII Governo efectuada segunda-feira na Assembleia da República.

A forma como esta matéria foi abordada, a única a merecer um tratamento detalhado na intervenção do chefe do Executivo, indica bem a importância dada por este ao tema, chegando mesmo a considerá-lo a prioridade das prioridades.

Trata-se, está bem de ver, de introduzir alterações orientadas no sentido de uma maior distorção do princípio da proporcionalidade, visando a formação de maiorias parlamentares com menores exigências de votos.

Ultimato ao PS

A pensar nisto, e dado que tais alterações só poderão ser concretizadas com o acordo do PS, Cavaco Silva não se coibiu mesmo de lançar o que foi interpretado como um ultimato aos socialistas, dando um prazo limite até final de 1992 para que o consenso sobre este assunto seja alcançado.

«Não deixaremos arrastar esta questão durante demasiado tempo, nem pactuaremos com dilacões artificiais para que depois, como aconteceu no passado, venha a ser invocada a proximidade de actos eleitorais como alibi para não realizar a mudança», observou, antes de advertir que «se até lá não for acordada a reforma global do sistema eleitoral, então teremos de esperar para a próxima legislatura, confiando que o PS vá aprendendo à custa dos ensinamentos que em eleições os portugueses nos transmitem».

Desenvolvendo a sua linha de argumentação

subordinada à ideia de que o sistema eleitoral actual «não está adaptado às exigências de governabilidade que hoje se colocam ao País», Cavaco Silva defendeu a tese de que a reforma a levar a cabo passa, no que se refere à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, pela criação de um círculo nacional e o desdobramento dos actuais círculos com mais de dez deputados.

No que diz respeito à lei eleitoral para as autarquias, a proposta tem em vista, designadamente, assegurar a formação de executivos municipais maioritários, permitir que grupos de cidadãos possam apresentar candidaturas às eleições para os órgãos dos municípios e limitar o número de mandatos consecutivos que os presidentes de Câmara e vereadores podem exercer.

Alvo de mexida, de acordo com as suas palavras, deverá ser também a lei eleitoral para a Presidência da República, onde a principal alteração se resume à consagração do direito de voto dos portugueses residentes no estrangeiro, enquanto que, no que concerne ao Parlamento Europeu, a alteração pretendida se consubstancia na incompatibilidade do exercício do mandato de eurodeputado com o de



PROGRAMA DO XI GOVERNO

Prosseguimento da mesma política agravará injustiças e desigualdades sociais

membro de executivo municipal.

Quanto à lei eleitoral para as assembleias legislativas dos Açores e da Madeira, a proposta agora defendida visa atenuar «as actuais distorções à proporcionalidade na distribuição do número de deputados por cada círculo».

Não à chantagem

Entretanto, quem não hesitou em expressar de forma frontal o seu desacordo face aos propósitos enunciados por Cavaco Silva foi a bancada do PCP. Já no período de pedidos de esclarecimento, Octávio Teixeira acusou o Primeiro-Ministro de colocar o problema em «forma de chantagem» e reafirmou a oposição do PCP a «quaisquer alterações que tenham como objectivo e resultado a redução da proporcionalidade na transformação dos votos em mandatos e o agravamento das desigualdades entre cidadãos quanto à eficácia do seu voto».

Explicitando melhor o ponto de vista da sua bancada sobre esta problemática, o líder parlamentar comunista afirmou que se trata de uma «questão crucial para o regime democrático», em relação à qual, sublinhou, «não cabem ambiguidades e fraquezas por parte dos grupos parlamentares da oposição».

«Cedências nesta matéria — alertou — beneficiariam objectivamente os desígnios do PSD de criar administrativamente condições para a sua eternização no Poder».

Mas não foi esta a única preocupação manifestada por Octávio Teixeira relativamente ao discurso proferido momentos antes pelo Primeiro-Ministro, um discurso de 36 páginas onde prevalecem de forma nítida uma linha de continuidade nas orientações do Governo anterior, quer quanto ao programa, quer no que se refere à sua estrutura e composição.

Uma opção de continuidade que, em si mesmo, constitui já um elemento de reflexão crítica, pelo que encerra de insistência na prossecução de uma prática e uma acção governativas que já se mostraram incapazes, como salientou a dado passo Octávio Teixeira, de «promover e assegurar um efectivo desenvolvimento harmonioso e solidário», antes se constituindo em multiplicador de «injustiças e desigualdades sociais e arrastando consigo situações de abuso de poder, autoritarismo e arrogância».

Um discurso arrogante

Arrogância que de algum modo perpassou em

vários momentos as palavras de Cavaco Silva, num discurso onde, de forma frequente e quase obsessiva, esteve presente a ideia de que a maioria, em resultado do sufrágio de Outubro último, tudo poderia legitimamente fazer, com todas as consequências daí decorrentes, quer no plano institucional, quer no da democracia política.

E se é certo que no seu discurso Cavaco Silva afirmou a certa altura a intenção do seu Governo respeitar escrupulosamente o estatuto da oposição, não é menos verdade que logo se apresou a acrescentar, no que queria que ficasse «para todos claro», que «temos um programa para executar, que queremos efectivamente executá-lo e que as propostas eleitorais que fizeram venciamento foram as nossas e não as dos partidos da oposição».

Uma veemência em querer governar de «mãos livres» que Cavaco Silva bem poderia ter tornado extensiva, de igual modo, ao exercício das funções e competências da Assembleia da República, durante a legislatura que agora começa. Só que não o fez, numa ausência sem dúvida notada, que bem pode significar não querer arrear caminho nas suas tendências para a governamentalização deste órgão de soberania e para o desrespeito dos direitos dos partidos da oposição, traço marcante da conduta do PSD nos últimos quatro anos.

Opção pela continuidade

Mas se o discurso foi feito de algumas ausências, como a atrás referida, ele valeu sobretudo pelas afirmações de continuidade e aprofundamento das principais linhas de acção que nortearam o Executivo anterior.

Neste quatro devem ser inseridas, por exemplo, a anunciada intenção no Programa de desmantelar todo o edifício jurídico-institucional em

que assenta a justiça, a aceleração do processo de privatização das empresas públicas ou o acentuar da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e a justiça social.

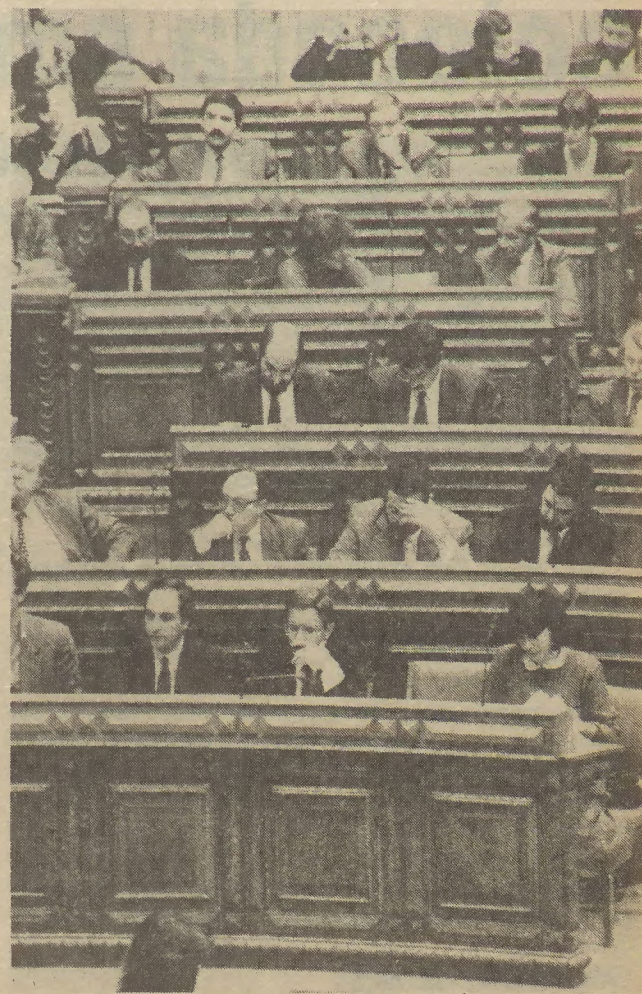
Este último aspecto levanta, aliás, uma outra importante questão, trazida a lume por Octávio Teixeira, a qual tem a ver com o não cumprimento das promessas repetidamente feitas no período eleitoral.

O magro aumento das reformas de 12 ou 13 por cento, há dias decretado, quando na campanha eleitoral assumira o compromisso de aproximação do valor das reformas mínimas ao do salário mínimo nacional, aí está, com efeito, como um eloquente testemunho de que mais uma vez, como frisou o presidente da bancada do PCP, muitas promessas não passarão disso mesmo, de meras promessas.

O mesmo se pode aplicar à publicação, após as eleições, das peças mais gravosas do «pacote laboral» — quando antes o Governo prometera a melhoria da estabilidade e da qualidade de emprego; ao anúncio do descontrolo eleitoralista da execução orçamental do ano em curso com um «buraco» que poderá atingir os 200 milhões de contos — quando no programa do Governo se fala em extremo rigor e disciplina orçamental; ou ainda, à desregulamentação e redução da intervenção dos serviços do Estado «na protecção das camadas e grupos excluídos e marginalizados dos proclamados «sucessos» da democracia portuguesa» — quando no programa se exalta a necessidade de prosseguir uma política de resposta a carências e anseios das populações, em particular dessas camadas e grupos.

Confundir Governo com Nação

O processo de integração comunitária, desig-



nadamente a prevista conclusão dentro de um mês das negociações sobre a União Política e a União Económica e Monetária, a par da próxima presidência portuguesa das Comunidades Europeias, foram dois outros temas presentes na abertura do debate sobre o Programa do Governo, cuja conclusão, depois de uma interrupção terça-feira, ocorre durante a sessão plenária de hoje.

Fortemente crítico, Octávio Teixeira, assinalou a este respeito o facto de o Governo não ter ouvido até ao momento nem a Assembleia nem os partidos da oposição sobre o assunto, nem sequer ter dado conhecimento das suas posições finais, acrescentando que numa matéria com esta relevância se impunha outra conduta por parte do Executivo.

«Uma vez mais as suas concepções de democracia levam-no a confundir «responsabilidades nacionais» com «responsabilidades de Governo», levam-no afinal a tender a identificar a Nação com a sua própria pessoa», concluiu o dirigente comunista.

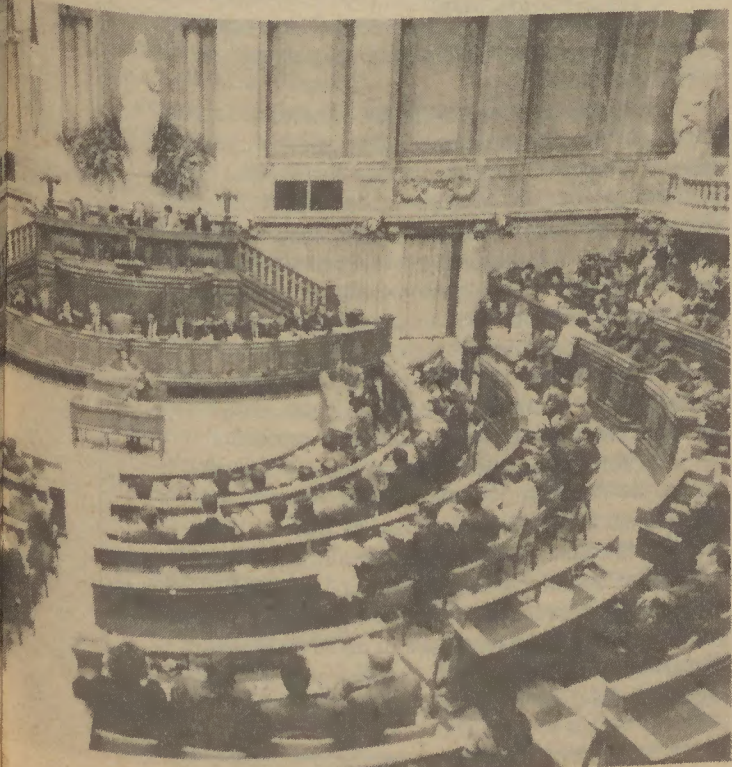
Dois pesos e duas medidas

A alteração registada no discurso do Primeiro-Ministro relativamente à situação económica do País, em que foi visível a substituição do alegado sucesso da sua política

neste domínio, repetidamente propalado antes das eleições, pela insistência, agora, de «dificuldades» e de «tempos recheados de obstáculos», foi outro tema glosado por Octávio Teixeira.

Depois de chamar a atenção para o facto de Cavaco Silva atribuir agora a uma conjuntura externa menos favorável previsíveis dificuldades nos tempos mais próximos, quando anteriormente se recusara a admitir que o crescimento económico se devesse a excepcionais condições favoráveis dessa envolvente externa — numa flagrante utilização de dois pesos e duas medidas —, o líder parlamentar comunista acusou o Executivo de não ter sido capaz de aproveitar essas condições favoráveis para superar as dificuldades e debilidades estruturais da nossa economia, situação que em sua opinião irá manter-se com as orientações e políticas agora enunciadas.

«Não há, por parte do Governo — sublinhou Octávio Teixeira — orientações de política inequívocas que possam minimamente assegurar que a política económica sofrerá inflexões substanciais por forma a inverter a nefasta política prosseguida de favorecimento da actividade financeira em detrimento da actividade produtiva».



Alteração ao regime eleitoral colocada em forma de chantagem

• Extractos da intervenção de Octávio Teixeira na abertura do debate

(...) A análise crítica do Programa do Governo pode e deve ser feita com base não apenas nos objectivos e medidas de política enunciados, mas também com o conhecimento que temos da prática e da acção governativas prosseguidas nos últimos anos.

(...) Nestas circunstâncias, na ausência de alterações nos objectivos e nas políticas do Governo, não há razões que suscitem qualquer alteração essencial da apreciação que o PCP faz dos objectivos e dos prováveis resultados da política que o XII Governo se propõe continuar.

(...) Desde logo, sendo muitos e grandes os problemas económicos e sociais que ao País urge resolver, é por de mais inquietante que a prioridade das prioridades apresentadas pelo senhor Primeiro-Ministro seja a das alterações ao regime eleitoral, colocada em forma de chantagem (...)

Reafirmo nesta ocasião a oposição do PCP a quaisquer alterações que tenham como objectivo e resultado a redução da proporcionalidade na transformação dos votos em mandatos e o agravamento das desigualdades entre cidadãos quanto à eficácia do seu voto. E temos para nós como certo que se trata de uma questão crucial para o regime democrático, onde não cabem ambiguidades e fraquezas por parte dos grupos parlamentares da oposição (...)

Governamentalização

São fundadas por isso também as preocupações que suscita a intenção anunciada no Programa de desmantelar todo o edifício jurídico-institucional em que assenta a justiça. Sabido que na base desse edifício está hoje o respeito pela independência dos Juízes e pela autonomia do Ministério Público, é caso para perguntar: que quer o Governo? Não será que não se conforma com essa situação de independência e de autonomia e quer também governamentalizar a justiça, como o faz com a Assembleia, como o faz com as Forças Armadas, como o quer fazer com toda a vida política e todas as instituições?

O que se está a passar com o processo de integração comunitária e com a próxima presidência portuguesa das Comunidades Europeias é demonstrativo. Dentro de um mês terá lugar o Conselho Europeu de Maastricht, onde é suposto concluírem-se as negociações sobre a União Política e a União Económica e Monetária. Mas, até hoje, nem esta Assembleia nem os partidos da oposição foram ouvidos ou têm sequer conhecimento das posições finais que o Governo português pretende defender em matérias da maior importância para o futuro do País.

Por outro lado, o senhor Primeiro-Ministro afirmou que o exercício da presidência das Comunidades Europeias «é um momento de grande responsabilidade nacional». A competência do Governo para exercer a presidência não está em causa. Impunha-se porém, para que ele tivesse uma efectiva natureza nacional, que da sua preparação e do acompanhamento do seu desenvolvimento o Governo não afastasse ostensivamente outros órgãos de soberania e os partidos da oposição. (...)

No que respeita às desigualdades e injustiças sociais que atingem e marginalizam «importantes e significativos sectores da sociedade portuguesa, tanto no plano material como no da formação cultural e da participação cívica», é certo que o senhor Primeiro-Ministro surge agora a falar na aposta na «qualidade», no «combate à pobreza» e à «exclusão e marginalização sociais». (...)

Senhor Primeiro-Ministro: este novo discurso representa o reconhecimento de realidades do nosso país que o senhor e o seu anterior Governo sempre negaram existir, designadamente durante a interpelação do PCP sobre a problemática do desenvolvimento?

Demagogia

O Programa, particularmente na parte laboral desmente a sinceridade de tal discurso. Ao prever mais despedimentos, ao recuar na promessa de redução do horário de trabalho e ao revelar intenções — que escondeu no programa eleitoral — quanto à mutilação da lei da greve, o Governo demonstra querer acentuar a sua ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e a justiça social. (...)

Ou considera o senhor Primeiro-Ministro que os irrisórios aumentos nominais das reformas de 12 ou 13%, há dias decretados, honram o compromisso que o PSD assumiu na campanha eleitoral de aproximação do valor das reformas mínimas ao do salário mínimo nacional?

E é com a publicação, após as eleições, das peças mais

gravosas do pacote laboral, ou com a onda de despedimentos colectivos que desde então foram anunciados, e alguns já concretizados, que o Governo vai cumprir as suas promessas de melhoria na estabilidade e na qualidade do emprego?

E onde estão, senhor Primeiro-Ministro, na sua intervenção ou no Programa do Governo, as alterações substanciais de política que possam dar crédito à sua promessa eleitoral de «assegurar as condições para que todos os portugueses tenham acesso a uma habitação condigna», promessa, aliás que já não consta sequer do Programa do Governo?

Mais uma vez o Primeiro-Ministro e o programa de um seu Governo se comprometem a um extremo rigor e disciplina orçamental. Mas, senhor Primeiro-Ministro, que credibilidade pode ter tal compromisso, quando é público o descontrolo eleitoralista da execução orçamental do ano em curso, com um «buraco» que, segundo as fontes, varia entre os 130 e os 200 milhões de contos? E para superar essas situações de irregularidade, ou ilegalidade, vai o Governo proceder a operações de cosmética ilegítimas, ou virá a esta Assembleia apresentar a correspondente proposta de alteração orçamental?

E já que me referi à execução do Orçamento, como e quando vai o Governo resolver as gravíssimas carências financeiras com que neste preciso momento se confrontam as universidades públicas?

Em relação à situação económica do País e às suas perspectivas para o próximo futuro, o discurso do senhor Primeiro-Ministro também se alterou. Antes das eleições era o «sucesso» da política económica, as facilidades e as perspectivas favoráveis... se o PSD reeditasse a maioria parlamentar. Agora é a insistência nas «dificuldades» e nos «tempos recheados de obstáculos», visando preparar psicologicamente os portugueses para políticas restritivas e de austeridade que afectarão, essencialmente, os trabalhadores, os reformados, as camadas sociais mais desfavorecidas. (...)

Dificuldades

Não há, por parte do Governo, orientações de política inequívocas que possam minimamente assegurar que a política económica sofrerá inflexões substanciais por forma a inverter a nefasta política prosseguida de favorecimento da actividade financeira em detrimento da actividade produtiva. (...)

Designadamente no que se refere à agricultura, o Programa não responde à encruzilhada em que a agricultura portuguesa se encontra. Não rejeita claramente e sem am-



biguidades a actual proposta de reforma da PAC, coloca na dependência exclusiva desta a lei de bases do desenvolvimento agrícola, e ignora a necessidade da contenção do ritmo de quebra dos preços dos produtos e da redução dos custos dos factores de produção.

No Programa agora apresentado o Governo anuncia a aceleração do processo de privatização das empresas públicas. O senhor Primeiro-Ministro conhece a clara oposição do PCP a esse processo e as razões dessa oposição, nomeadamente porque o consideramos prejudicial para o futuro da economia nacional e para o desenvolvimento económico e social do País, porque se traduz, no essencial, numa transferência de empresas nacionais para o domínio do capital estrangeiro. Mas importa que o senhor Primeiro-Ministro nos clarifique desde já o que quer dizer a afirmação contida no programa de «atenuação do esforço financeiro exigido (aos grupos económicos portugueses) em resultado da maior abertura e liberalização dos mercados».

Querá isso dizer que, afinal, as dificuldades que o Governo apregoa apenas irão atingir os mais desfavorecidos, os trabalhadores, os reformados, os agricultores e os PME, e que para o grande capital nacional vão aumentar as facilidades e as benesses do Estado?

Pela parte do PCP, senhor Primeiro-Ministro, queremos afirmar-lhe clara e frontalmente que combateremos todas as tentativas de endosso, para os trabalhadores e outras camadas sociais mais desfavorecidas, da factura resultante da inépcia da política económica prosseguida e dos desmandos orçamentais neste ano de eleições. (...)

Uma eleição atribulada

Não sendo um facto de todo em todo imprevisível, dada a forma buliçosa que rodeou o processo de escolha do candidato no interior do PSD, nem por isso deixou de ser politicamente relevante a circunstância de os deputados terem sido chamados faz hoje oito dias a um segundo sufrágio para que se obtivesse o número mínimo de votos necessário para a eleição de Barbosa de Melo para o cargo de Presidente da Assembleia da República.

De forma prosaica, independentemente das motivações e guerrilhas que a coberto do sufrágio secreto moveram os deputados descontentes ou revoltosos do PSD a não darem a sua aquiescência à figura indicada pela direcção do seu partido, o que ficou claro perante o País é que a recém-eleita maioria - a maior maioria absoluta de sempre - não foi capaz de eleger à primeira o candidato que era suposto reunir o consenso necessário para desempenhar o cargo de Presidente do Parlamento, segunda figura na hierarquia do Estado.

Com efeito, só à segunda volta e de maneira tangencial - apenas por dois votos - é que foi garantida a eleição de Barbosa de Melo para a presidência da Assembleia da República (117 votos favoráveis entre 210 eleitores, com 62 a favor do candidato do PS e 31 brancos) e isto, segundo rumores que circularam nos corredores de S. Bento, só possível graças a Montalvão Machado que,

em reunião convocada de emergência, após conhecimento dos resultados do escrutínio, terá apelado aos seus colegas de bancada para que votassem no candidato do PSD, porquanto, disse, o que estava em jogo era «o partido e o País».

Não se questiona, naturalmente, a liberdade de cada deputado votar de acordo com a sua consciência, muito embora fosse de esperar, por razões óbvias, uma outra postura, mais que não fosse por razões de solidariedade partidária, sempre devida em ocasiões desta natureza.

O que parece transparecer deste episódio, no entanto, é a fragilidade de um funcionamento interno assente na formação de grupos, representando interesses diferenciados, sujeito às pressões de lobbies, onde à falta da necessária busca de consenso e de um efectivo debate democrático prevalecem sempre ou quase sempre as decisões emanadas do poder autoritário do chefe.

Não admira, pois, que, com tais métodos, em detrimento do confronto livre e democrático, surjam de quando em vez à luz do dia linhas de fractura, como a que o País acabou de assistir. Sobretudo, quando, o antagonismo de interesses em presença é insuperável e o défice de democracia interna incontornável, não sobra outra alternativa que não seja agir de modo efémero, a coberto do sufrágio secreto, mesmo que momentos depois tenha de se voltar a cantar loas ao chefe.

120 TRABALHADORES DESPEDIDOS NA COMETNA

O Executivo da Comissão Concelhia de Palmela do PCP solidarizou-se publicamente com os trabalhadores da Cometna, vítimas de um processo de despedimento, que elimina 120 dos cerca de 145 postos de trabalho existentes nas fábricas de Palmela, através da negociação do contrato de trabalho. Há muito que se suspeitava das intenções da administração da empresa e do Governo de Cavaco Silva, que pretendem encerrar num futuro próximo esta unidade em Palmela.

O PCP tem seguido atentamente a situação na empresa, tendo-se deslocado ao local, em Maio deste ano, os deputados Octávio Teixeira e Odete Santos que reuniram com a administração manifestando preocupação pelo desenrolar dos acontecimentos.

O destino da Cometna, tal como da Firestone, da Seagate, da Clérigos e de outras empresas do distrito de Setúbal, espelham bem a política de «estabilidade» e a «democracia de sucesso» do Governo de Cavaco Silva. O PCP exigiu medidas concretas e eficazes para a defesa dos postos de trabalho e apelou aos trabalhadores da Cometna para que continuem a lutar pela defesa dos seus interesses, garantindo que «tudo fará dentro da Assembleia da República e fora dela, para que que a estabilidade profissional e pessoal lhes seja reposta».

DORL CONTRA ENCERRAMENTOS

«O agravamento da situação social em perspectiva no distrito de Lisboa, com encerramento de empresas e despedimentos colectivos a coberto da legislação laboral da direita e do patronato, são um sinal dos chamados «tempos difíceis» a que Cavaco aludia na noite de 6 de Outubro, após ter a vitória assegurada», alerta a DORL num comunicado recentemente divulgado. No texto, o PCP exprime a sua «solidariedade com os trabalhadores atingidos por esta política de injustiça social, reafirmando a sua disposição de continuar a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos e das conquistas democráticas». Os comunistas consideram que o «conteúdo e significado da «modernidade», do «sucesso» apregoados por Cavaco Silva, não se medem pela quantidade de vezes que os seus apaniguados repetem mecanicamente tais slogans propagandísticos, mas pelos reflexos sociais negativos que determinam».

DORCB REFORÇA TRABALHO DE DIRECÇÃO

No seguimento das conclusões da reunião do CC do PCP do passado mês de Outubro, a Direcção da Organização Regional de Castelo Branco, analisou sábado último aspectos do reforço do trabalho de direcção e de organização e as perspectivas do desenvolvimento da luta. Neste sentido, segundo anunciou, estão em preparação várias iniciativas de que se destaca um encontro autárquico distrital, para o próximo sábado, 16, na Covilhã, em que participará Luís Sá, membro da Comissão Política do CC, que também estará presente em dois plenários a realizar, sexta e sábado, respectivamente, no Fundão e em Castelo Branco.

JCP/AÇORES NÃO FOI OUVIDA

«Estranhamente, o Governo Regional dos Açores não ouviu o parecer do Conselho Consultivo da Juventude

(CCRJ) sobre o Programa 14 respeitante à política de Juventude», denuncia a JCP que insiste em «não poder alhear-se da discussão» do plano.

Assim, com vista a alertar a Assembleia Legislativa Regional, a JCP chama a atenção para as limitações do Programa 14, «em primeiro lugar pela verba que lhe está destinada (300 mil contos), ainda inferior à atribuída para o ano em curso. Por outro lado, o programa apresenta-se de modo genérico, sem concretizar a distribuição de verbas dentro das respectivas áreas, permitindo que se governe de uma forma alietória, ou seja que se aplique esta ou aquela verba discricionariamente».

A JCP apresentou igualmente, na reunião do dia 4 deste mês do CCRJ, uma proposta de alteração do Programa PAJE (Apoio a Jovens Empresários) de modo a permitir a inclusão da possibilidade de inscrição de Jovens Agricultores neste programa. Relativamente ao programa OTL (Tempos Livres) os jovens comunistas qualificaram-no de insuficiente e desequilibrado tanto nos serviços que presta como nas condições dessa prestação por parte dos jovens açorianos.

CAMPANHAS NÃO ESCONDEM AGRAVAMENTO SOCIAL

A Comissão Concelhia de Alcobaça do PCP divulgou um comunicado a propósito dos 74 anos da Revolução de Outubro, onde afirma que «o ideal comunista nasceu como uma necessidade histórica e, apesar dos seus *coveiros*, não está morto nem moribundo». O PCP chama a atenção dos democratas do concelho para as campanhas mistificatórias em curso e recorda o agravamento dos problemas dos trabalhadores «ameaçados de rescisão de contratos na Cimpor de Patatas, na Crisal e na Fiação e Tecidos de Alcobaça». Recentemente, acrescenta o PCP, «perderam o posto de trabalho centenas de trabalhadores, na maioria jovens, na indústria de cerâmica».

12.º aniversário da JCP comemorado com iniciativas em todo o País

A JCP comemorou o seu 12.º aniversário com uma série de iniciativas realizadas em vários pontos do País. Em Lisboa, os jovens comunistas promoveram-nas instalações da Voz do Operário. O programa começou com uma manhã desportiva a que se seguiu um almoço. Durante a tarde tiveram igualmente lugar três debates sobre a solidariedade, ambiente e racismo e xenofobia. O encontro iria culminar com um magusto que começou pelas 17 horas, em que Francisco Lopes, do Secretariado do CC do PCP, fez uma intervenção política perante cerca de duas centenas de jovens presentes.

No distrito de Leiria, as comemorações tiveram lugar na cidade de Marinha Grande, no passado sábado, nas instalações da colectividade Ordem, onde acorreram mais de 200 jovens.

No espaço político intervieram Susana Duarte, da



Na foto, um momento do magusto organizado pela JCP na Voz do Operário, em que interveio Francisco Lopes, do Secretariado do CC do PCP

JCP-Leiria, Jorge Amador, do Secretariado Nacional da JCP, José Augusto, responsável da DORLEI do PCP, e Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP. Agostinho Lopes abordou na sua intervenção inicial questões como o papel e a importância das diversas organizações juvenis comunistas, desde a criação do PCP até aos dias de hoje, os resultados eleitorais e a crescente parti-

cipação juvenil na campanha CDU.

Após o período de debate, em que participaram vários jovens, o programa continuou com um concurso de dança de música rap, muito participado que pôs ao rubro os jovens presentes. Os parabéns à JCP foram cantados em volta de um bolo gigante, que pesava mais de dez quilos. Pela noite dentro, tiveram ainda oportunidade de

actuar alguns jovens músicos no Café-Concerto.

Em Coimbra, os jovens comunistas assinalaram o aniversário da organização com um lanche-convívio a que se seguiu um jantar no Ateneu de Coimbra. Com o mesmo objectivo, foram promovidas várias iniciativas no passado fim-de-semana, em Aveiro, Beja, Vila Nova de Gaia, Santarém e outras localidades.

CAMARADAS FALECIDOS

JOAQUIM CAMPINO

Faleceu na passada segunda-feira o camarada Joaquim António Campino, de 75 anos, natural de Valada (Cartaxo) e militante do PCP desde 1938.

Na sua juventude participou na popularização em Lisboa do movimento campista e noutras actividades culturais na Zona Oriental de Lisboa e em que participou também Fernando Piteira Santos, Vitorino Magalhães Godinho e Agostinho da Silva.

Como recordou António Dias Lourenço nas palavras pronunciadas no funeral, «Joaquim Campino, ribatejano, mestre emérito de alfaiataria, foi desde os verdes anos um trabalhador sedento de justiça social e cultura. A sua oficina, na zona Oriental de Lisboa, foi simultaneamente um ponto de encontro de operários avançados da Fábrica

de Material de Guerra, da Tabaqueira, da indústria corticeira, do têxtil e biblioteca e centro de trabalho clandestino do PCP donde irradiou muita da acção organizativa e dinamizadora dos comunistas daquela importante zona industrial da cidade. Militante destacado da organização comunista de Lisboa, a sua passagem à clandestinidade e a sua eleição para membro suplente do CC do PCP foi uma evolução lógica e natural da sua vida e militância.»

Funcionário clandestino do PCP, fez parte do comité de greve de 8 e 9 de Maio de 1944 no Baixo Ribatejo. Foi preso duas vezes, a primeira em 1945, à saída do barco do Barreiro no Terreiro do Paço, e a segunda em 1949, na Maia, ficando preso dez anos.

Após a libertação, trabalhou como delegado de propaganda médica e manteve intensa actividade associativa, tendo sido dirigente do Clube de Campismo de Lisboa e presidente da Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo.

Após o 25 de Abril participou na actividade autárquica em Lisboa, tendo sido presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia dos Olivais e depois vogal da Assembleia de Freguesia. Foi membro da Assembleia Municipal de Lisboa entre 1976 e 1987.

Teve durante anos tarefas de responsabilidade na Festa do «Avante!» que, nomeadamente nos primeiros anos do Jamor, muito ficou a dever à sua experiência e iniciativa de organizações ao ar livre. Foi presidente do Conselho de Administração da Editorial Caminho e cuja Assembleia Geral presidia actualmente.

Colaborou em numerosas publicações do movimento campista e caravanista, no jornal «o diário» e publicou o livro «Histórias Clandestinas».

Fazia parte do Conselho Directivo da União dos Resistentes Antifascistas e do Organismo de Direcção do Sector Intelectual de Lisboa do PCP.

O Comité Central do PCP fez-se representar no funeral pe-



los camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Central de Controlo e Quadros e do CC, e António Dias Lourenço, do Comité Central e Director do «Avante!».

ARNALDO MARTINS

Faleceu Arnaldo Martins, membro do Partido desde 1982, trabalhador rural, residente em Praias do Sado, onde prestava a sua colaboração na organização do Partido.

BÁRBARA CANDEIAS

Faleceu, no passado dia 5, Bárbara Martins Candelas, com 75 anos, que pertencia à Comissão Local do Tia-Raposo. Era natural de Ervidel e militava no PCP antes do 25 de Abril.

DAVID TAVARES DA SILVA

Faleceu no passado dia 16 de Outubro, David Tavares da Silva, de 82 anos, militante da Organização de Freguesia do Vale da Amoreira, concelho da Moita. Operário do Alfeite, foi um resistente antifascista que passou muitos anos emigrado.

FRANCISCO DE BRITO

Faleceu recentemente Francisco de Brito, de 71 anos, vítima de doença prolongada. Foi operário da SAPEC, onde

militava na célula do PCP, e membro activo na Comissão Local de Praias do Sado, onde residia.

JACINTO CAEIRO

Faleceu Jacinto Manuel Caeiro, de 72 anos. Grande difusor do nosso jornal e membro activo na Organização de Freguesia da Amora, Jacinto Caeiro era operário de profissão e foi membro do secretariado da Célula do Centro de Formação da Cruz de Pau.

JOÃO MORAIS

Faleceu no passado dia 3, João Augusto Moraes (Calaia), que contava 86 anos de idade, e pertencia à organização da aldeia de Fontes Transbaceiro, no concelho de Bragança.

SIMIÃO LOPES

Faleceu recentemente Simião de Jesus Lopes, de 83 anos, militante do Partido pertencente à organização de Duas Igrejas, no concelho de Miranda do Douro.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Coimbra, PCP alerta para agravamento no sector têxtil

O Executivo da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP reunido no dia 9 de Novembro, analisou e discutiu a situação social do Distrito, a realização de várias iniciativas partidárias e apreciou medidas para a reestruturação do trabalho de direcção no distrito.

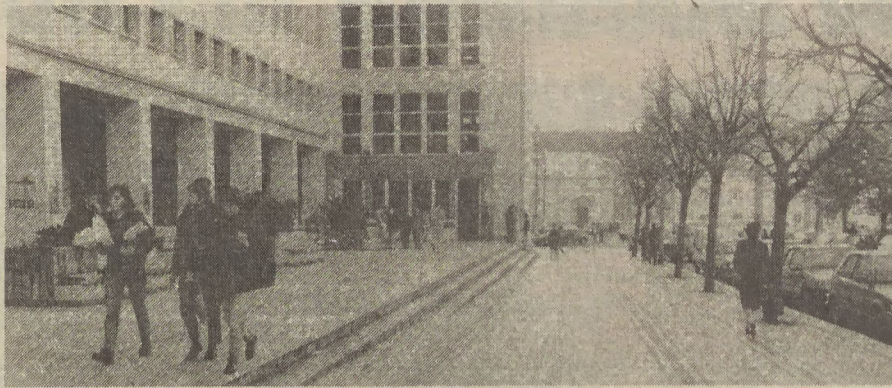
Analisada a situação social no distrito o Executivo da DORC vê confirmada a análise elaborada no passado período eleitoral em que se contestava a propagandeada «democracia de sucesso» e alertava para as gravosas medidas de carácter económico e social que Cavaco Silva tinha já preparadas para depois de 6 de Outubro e para as dolorosas situações que após esta data iriam ter mais rápido desenvolvimento.

São expressões, entre outras, desta política de cariz antipopular a publicação do pacote laboral, o aumento de salários em atraso, os aumentos irrisórios decretados para as pensões e reformas, o «buraco» do Orçamento de Estado agora revelado.

Entretanto, são de destacar algumas situações locais que, pela sua dramática agudeza e consequências, ilustram a verdadeira natureza política do Governo Cavaco Silva.

Em Coimbra é particularmente grave a situação do Sector Têxtil que neste concelho emprega 4500 trabalhadores e de cujos postos de trabalho dependem mais de 18 000 pessoas. A «Ideal» está praticamente inactiva; a «Francisco Martins» encerrou; a «Mondorel» está sob gestão controlada e mais de 100 trabalhadores estão no desemprego; a «Colsi», portadora de um enorme passivo, não apresenta perspectivas de viabilização; a «Flaco», sem carteira de encomendas, reduziu a sua actividade a um único turno.

Perante este quadro, o Executivo da DORC renova as propostas que oportuna-



DORC aprova plano de iniciativas

Apreciado o trabalho do Partido na região no período decorrido desde as eleições legislativas salientam-se as dezenas de reuniões plenárias e de organismos de direcção de diversas organizações, a tomada de posição pública sobre alguns dos problemas que mais afectam os trabalhadores e as populações do distrito e a agenda já preenchida com numerosas iniciativas partidárias para os próximos meses, das quais ressaltam ainda no mês de Novembro, a realização de um Encontro de Quadros Comunistas no Movimento Sindical local e de uma reunião da DORC do PCP sobre a frente de trabalho autárquico no distrito; em Dezembro a realização de um Encontro de Eleitos Autárquicos do Concelho de Coimbra, de um Encontro de Agricultores e Quadros do Sector Campônês do PCP no distrito e a realização de 2 sessões de informação e solidariedade com a luta do Povo Maubere; em Janeiro o reinício da actividade do GTIC (Grupo de Trabalho para as Iniciativas de Carácter Ideológico) com a realização de uma sessão-debate sobre o projecto de alteração da Lei Eleitoral.

mente formulou, designadamente no sentido da urgente disponibilização de fundos comunitários para a modernização e renovação tecnológica destas empresas, da intensa formação profissional da mão-de-obra do sector e da criação de postos de trabalho alternativos. Ao mesmo tempo, o Executivo da DORC anuncia que o deputa-

do do PCP no Parlamento Europeu, Sérgio Ribeiro, apresentou naquele órgão comunitário a proposta de consideração da existência de uma situação de emergência que justifique uma ajuda da CEE a estas empresas, semelhante à que está a ser encarada para o Vale do Ave.

Pareceres oficiais vindos a público relativos ao im-

Concretizando a aplicação de medidas decididas na II Assembleia de Organização Regional de Coimbra em Maio do corrente ano e na sequência das conclusões da reunião do Comité Central de 10 de Outubro último, o Executivo da DORC debruçou-se sobre o reforço do trabalho de direcção e organização do distrito.

Assim, com vista a uma mais eficaz adequação do trabalho dos organismos mais responsáveis do distrito às tarefas exigidas pela nova situação política, procedeu ao exame dum conjunto de medidas para o melhoramento do trabalho da DORC e dos seus organismos executivos, incluindo a distribuição criteriosa de quadros nas várias áreas da organização regional.

O Executivo da DORC tomou ainda conhecimento neste plano, de medidas de idêntico teor cuja discussão está em curso nas organizações concelhias e noutros sectores, designadamente a decisão da realização em Fevereiro de 1992 das Assembleias das Organizações Concelhias de Coimbra e da Figueira da Foz e da Assembleia da Organização do Sector Intelectual de Coimbra do PCP.

pacte ambiental das «Obras do Mondego» levantam enormes preocupações de carácter social, agrícola e ecológico e confirmam que a «Audição Parlamentar», promovida pelo PCP em 1990, e as suas repetidas tomadas de posição ao longo destes anos,

eram justas, oportunas e fundamentadas. O secretismo que rodeou todo o plano das Organizações dos Agricultores (pelo que o Estado foi mesmo condenado judicialmente); o desvirtuar do carácter eminentemente hidro-agrícola do empreendimento em favor de um projecto primordialmente hidro-industrial (leia-se «ao serviço das celuloses»); a inexistência ou inadequação de estudos prévios de carácter agrícola, económico, social e ambiental originaram um «monstro» que já consumiu verbas que rondam os 100 milhões de contos, que causou já prejuízos irreparáveis pelo desequilíbrio ecológico que originou e difícil se torna saber quanto será ainda preciso gastar para tentar corrigir os erros cometidos.

O Executivo da DORC do PCP reivindica a constituição imediata de uma Comissão que, ao envolver representantes dos agricultores, das populações e de todos os agentes e entidades intervenientes na vida social, económica e política do Vale do Mondego, discuta e fiscalize o futuro da Obra.

Depois de, por indesculpável falta de transferência de verbas orçamentadas pelo Governo se ter arrastado ao longo de vários anos a construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Coimbra (ETAR), temos hoje uma obra que continua parada porque, durante a sua construção, não foram preparados nos planos central e local quadros para o seu funcionamento. É preocupante que nesta situação a Câmara Municipal de Coimbra tenda para a entrega da sua exploração a entidades exclusivamente privadas. Além do possível agravamento das taxas de saneamento pagas pelos utentes que daí decorrerá e do incon-

veniente do objectivo meramente lucrativista que costuma, caracterizar a gestão de concessões privadas a prazo deste tipo, continuaria imprevisível a data da sua entrada em funcionamento, com todas as consequências que daí advêm não apenas para Coimbra mas para todo o Baixo Mondego.

A DORC do PCP, consciente do elevado grau de especialização necessário à laboração desta unidade e dos avultados investimentos exigidos para o seu funcionamento propõe a consideração da possibilidade e utilidade de formação de uma empresa mista para esse efeito, onde esteja assegurado o controlo pela Autarquia do carácter social desta actividade.

Tal como o PCP já advertira há cerca de um ano, pela voz do seu deputado por Coimbra, na última legislatura, a política do Governo PSD para com o Ensino Público Universitário (baseado na preversa interpretação de que a autonomia universitária significa autofinanciamento das universidades públicas) está a ter a mais escandalosa das expressões no estrangulamento de verbas que, neste momento, não permite à Universidade de Coimbra o funcionamento de serviços essenciais, nomeadamente o pagamento dos vencimentos do seu pessoal.

A DORC do PCP saúda e solidariza-se com as frontais posições de denúncia desta situação por Reitores e responsáveis de várias escolas universitárias, bem como por Assembleias de Estudantes. Ao mesmo tempo renova a sua anterior proposta de efectivação de um reforço realista desta parcela do Orçamento com 4 milhões de contos (com a necessária actualização) como forma de minorar os défices estruturais da Universidade Pública.

Luta e festa em confraternização algarvia

Em Messines, junto das instalações da Junta de Freguesia, realizou-se um convívio-magusto com perto de 250 participantes, reunindo membros do Partido e democratas da CDU de várias localidades do Algarve para prepararem a continuação da luta nas direcções apontadas pela última reunião do Comité Central. Fizem curtas intervenções os camaradas José Martins, presidente da Junta de Freguesia, Carlos Luís Figueira, da CEN do PCP, e Carlos Brito, da Comissão Política. Este último salientou como «muito positivo que cerca de um mês depois das eleições de 6 de Ou-

tubro se realizasse aquele convívio não para chorar as mágoas pelo insucesso eleitoral, mas para organizar a luta em defesa das populações algarvias e os interesses do País. É uma prova da vitalidade das organizações do PCP no Algarve». Continuou a sua intervenção apreciando a situação política decorrente das eleições, as tarefas dos comunistas e outros democratas, realçando o significado histórico da Revolução de Outubro, que os tristes acontecimentos da URSS e outros países de Leste não põem em causa.

Delegações regionais do PCP e do PS encontraram-se em Beja

Delegações da Direcção da Organização Regional de Beja do PCP e da Federação Regional do Baixo Alentejo do PS estiveram reunidas, na passada sexta-feira, por proposta da DORBE do PCP. O encontro, segundo uma nota da DORBE, inseriu-se «numa atitude de diálogo entre forças políticas com responsabilidades regionais e nacionais». No final não foram tiradas conclusões, assim como não foi divulgado qualquer documento. Se-

gundo declarações de António Murteira, coordenador da DORBE e membro da Comissão Executiva Nacional do PCP, foi abordada, «no quadro das relações entre as forças políticas democráticas, neste momento na oposição, a questão mais de fundo do futuro da esquerda em Portugal e da possibilidade de construir uma alternativa democrática credível à direita».

Aquele dirigente comunista referiu que foram tam-

bém temas aflorados no encontro o «diálogo e entendimento nas bases dos dois partidos e a nível, por exemplo, das autarquias e dos sindicatos». O desenvolvimento e bem-estar no distrito e matérias como a regionalização, o poder local, o Alqueva, a agricultura e a reforma da PAC foram igualmente objecto de troca de impressões. Por fim, mereceram ainda reflexão, pelas duas delegações, as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

PCP quer Zona de Catástrofe Ecológica para o Maranhão

O esvaziamento da barragem do Maranhão e as suas consequências socio-económicas motivaram uma tomada de posição do executivo da Direcção da Organização Regional de Portalegre (DORPOR) do PCP que diz apoiar a petição às entidades governamentais para que as áreas abrangidas pela albufeira onde morreram mais de 700 toneladas de peixe sejam decretadas Zona de Catástrofe Ecológica, o que implica a atribuição de recursos técnicos e financeiros para reparar e indemnizar os danos causados.

Em comunicado divulgado no fim-de-semana passado, a DORPOR noticia que o Grupo Parlamentar do PCP

vai propôr uma audição parlamentar sobre o assunto e condena a decisão da Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia por ter ignorado «inúmeros apelos e sugestões efectuados atempadamente pela Câmara Municipal de Avis» bem como a autorização concedida pelas entidades governamentais responsáveis pelo processo «sem a prévia realização do necessário estudo de impacte ambiental».

Quanto aos danos e prejuízos para a região, a DORPOR afirma ser ainda difícil delimitá-los «pelos seus reflexos a curto e médio prazo», sendo possível, sumariamente, referenciar danos para o equilíbrio ecológico, agricultura, funcionamento

de fábricas de concentrado de tomate (SULEI) e lacticínios (MARTINS & REBELLO), comerciantes e investidores turísticos, pescadores e suas famílias, fauna piscícola.

A DORPOR do PCP acusa os ministérios do Ambiente e da Agricultura pela irresponsabilidade com que autorizaram as obras em curso, manifesta o seu apoio à decisão da Câmara de Avis de apresentação de queixa no Tribunal da Comarca e no Tribunal de Justiça da CEE contra os responsáveis pelo esvaziamento, nomeadamente Associação de Regantes, Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, Direcção Geral das Florestas e Direcção-Geral dos Recursos Naturais.



Quadros na Amadora debatem situação pós-eleitoral

Com a participação de Álvaro Cunhal, decorreu no passado sábado, nas instalações da Sociedade Filarmónica R.A., na Amadora, uma reunião de Quadros, aberta a todos os militantes do concelho. A iniciativa, que teve início cerca das 15,30 horas, juntou largas dezenas de camaradas que abordaram a situação decorrente dos resultados eleitorais de 6 de Outubro e as perspectivas que se abrem na vida nacional, bem como o papel e a importância da intervenção do PCP.

DORPOR exige inspecção à CR de Turismo de S. Mamede

O Secretariado da DORPOR do PCP, na sequência de uma nota divulgada pelo gabinete de imprensa da Comissão Regional de Turismo de São Mamede (CRTSM), anunciou que «face à impossibilidade do PS em cumprir o acordo firmado em 2 de Março de 1990, desvincula-se do mesmo e reafirma a sua confiança política nos seus membros em exercício de funções na Comissão Executiva e sugere aos mesmos a sua renúncia de funções na CRT». Recorde-se que o PCP participa na actual Comissão Regional de Turismo e tem dois membros na Comissão Executiva, no âmbito do acordo entre o PCP e PS.

Esta tomada de posição surge depois de «em quase dois anos», os encontros de

trabalho propostos pelo PCP, «nunca encontrarem acolhimento por parte do sr. Francisco Camilo» - um dos dois membros do PS subscritores do acordo. O PCP acusa este dirigente socialista de ter assumido compromissos e assinado documentos «de acordo e em nome do PS mas, utilizando jogadas de bastidores e pessoalistas», em vez de respeitar os acordos firmados que determinavam a apresentação à discussão e aprovação dos dois partidos da actividade e das linhas de orientação programática da Comissão Regional de Turismo.

O PCP afirma que a «linguagem» que Francisco Camilo utilizou quando anunciou a sua recandidatura, «não tem expressão prática» se se atender «ao seu comportamento de abusiva

pessoalização e partidarização da CRTSM.

Deste modo, segundo o texto da DORPOR, «o convite por ele formulado aos autarcas das várias forças políticas com assento na CRT para que integrem a futura Comissão Executiva, não passa de uma tentativa de branqueamento da real partidarização que vem fazendo e que se prepara para continuar a fazer com a provação dos novos Estatutos».

O Secretariado da DORPOR informou que «tudo continuará a fazer para que a CRT sirva os interesses de todos os que vivem na região e não de escada para a promoção pessoal de quem quer que seja», aconselhando «uma inspecção a esta instituição como instrumento legal de valorização da mesma».



74 anos da Revolução de Outubro assinalados em Lisboa

Cerca de duzentas pessoas participaram na iniciativa com que a Associação Portugal-URSS assinalou em Lisboa, no dia 7 de Novembro, o 74º aniversário da Revolução de Outubro. Na Casa do Alentejo, após a exibição de excertos de filmes sobre a época em que teve lugar a revolução russa, o actor Mário Jacques leu poemas de Maiakovski; teve depois lugar uma sessão-debate em que intervieram o professor Avelãs Nunes, presidente da Associação, e os convidados Piteira Santos e Albano Nunes; no período de debate que se seguiu vários sócios manifestaram o seu apoio à decisão de realizar a iniciativa e de prosseguir as actividades da Portugal-

CM Covilhã à beira da crise Presidente ataca vereadores comunistas

A comissão concelhia da Covilhã do PCP veio recentemente a público contestar as afirmações do presidente da Câmara, Carlos Pinto, proferidas na conferência de imprensa de 22 de Outubro, em que desferiu «ataques pessoais aos vereadores comunistas». Na origem das acusações, terá estado, aparentemente, a ausência dos autarcas do PCP na sessão solene comemorativa do 121º aniversário da passagem da Covilhã a cidade, que como esclarece o comunicado da Comissão Concelhia do PCP, deveu-se ao facto de o evento estar a ser «ilegalmente presidido por Carlos Pinto que nesse momento não estava investido das funções de Presidente da Câmara por se encontrar, por vontade própria, com o mandato suspenso. A atitude dos vereadores do PCP foi exclusivamente motivada - continua o texto - pelo respeito da legalidade democrática e pelo respeito das atribuições e competências da CM da Covilhã,

órgão a que pertencem por mandato popular e não pela vontade do senhor Carlos Pinto».

«A justeza da nossa posição», salienta o PCP, «foi sustentada em vários pareceres jurídicos e foi plenamente confirmada pelo recuo de Carlos Pinto quando não assumiu a presidência da Câmara na sessão realizada em 22 de Outubro e as nossas motivações foram inequivocamente demonstradas quando decidimos votar favoravelmente o seu regresso à presidência».

Os vereadores comunistas reafirmam que sempre constituíram uma oposição construtiva na CM da Covilhã, «sempre fizemos propostas e tomámos iniciativas com ou sem pelouros, no seu âmbito e fora deles».

Depois de enumerar as variadíssimas áreas em que os autarcas do PCP intervieram, o comunicado divulgado conclui que «o desespero de Carlos Pinto só é ex-

plícavel pela grave situação em que o concelho se encontra, quer do ponto de vista financeiro, quer quanto à satisfação das necessidades das populações.

«A desorganização dos serviços, a falta de rigor na gestão, a ausência de controlo orçamental, o endividamento, a promessa fácil, a demagogia e a prepotência são hoje prática corrente na Câmara Municipal da Covilhã», denunciam os vereadores comunistas.

Relativamente aos ataques desferidos por Carlos Pinto à Assembleia Municipal, o PCP considera que no seu conjunto, este órgão tem desenvolvido uma actividade de inegável interesse para o desenvolvimento e progresso do concelho, lamentando porém que o presidente «não dê a merecida e obrigatória atenção às recomendações, propostas e contributos, saídos das muitas e produtivas sessões da Assembleia Municipal».

Jovens cipriotas em Portugal

Uma delegação de jovens comunistas cipriotas (EDON) encontra-se em Portugal de 12 a 15 deste mês, a convite da Juventude Comunista Portuguesa. A situação da juventude nos respectivos países e as propostas dos comunistas, em Portugal e no Chipre, para a resolução dos problemas dos jovens foram os principais temas de debate nos vários encontros realizados entre a JCP e a EDON.

Durante a visita, que termina amanhã, a delegação cipriota, composta por Eleni

Mavrou e Pola Kmporianides, da direcção da EDON, realizou contactos com estruturas do movimento juvenil, com autarquias, com a Interjovem e com a direcção da CNJ.

Para a JCP, «os encontros entre jovens comunistas servem também para reforçar a participação destas organizações nas estruturas internacionais em que estão representadas, bem como para avaliar e dar incentivo a iniciativas conjuntas e acções de solidariedade com outras organizações

TRABALHADORES

Perguntas ao ministro do Emprego

Os subsídios e outras variantes são para empregar ou para despedir, por exemplo no sector das indústrias eléctricas?

Numa carta que dirigiu ao ministro do Emprego e Segurança Social em 8 do corrente, a direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, com sede em Lisboa, acusa o Ministério de se remeter «a uma atitude de total passividade face às violações da lei perpetradas pelo patronato».

Neste caso, o SIESI faz incidir principalmente as suas críticas nos despedimentos colectivos em empresas multinacionais do ramo, com instalações fabris em Portugal.

A Siemens — lê-se na carta a Silva Peneda — recebeu em 1990 e 1991 «mais de 300 000 contos, que deveriam ter dado lugar ao crescimento do número de empregos e não à sua redução».

Outra empresa citada na carta é a Seagate que, «através do IEFP (Instituto

do Emprego e Formação Profissional), ainda este ano beneficiou de apoios na ordem dos 80 000 contos, que não se traduziram em qualquer acção de formação profissional».

Pergunta a direcção do Sindicato:

«Nos últimos dois anos foram atribuídos subsídios e incentivos, através do sistema de incentivos de base regional, só a empresas do nosso sector, que ascendem a 15 milhões de contos. Estes incentivos, que deveriam ter promovido a criação de 3080 postos de trabalho, quantos empregos efectivamente geraram?»

Desse número, foram criados «até agora» — acrescenta a direcção sindical — «não mais de 700».

Mas pergunta ainda o SIESI:

«Quem, no seu Ministério, controla a aplicação dos subsídios e incentivos

às empresas? E, «quando da atribuição dos subsídios, quais são as contrapartidas asseguradas pelas empresas, em termos de formação profissional e emprego permanente?»

Como sublinha o Sindicato, essas contrapartidas são «nenhumas».

E o SIESI acrescenta:

«Já agora, sr. ministro, dizemos-lhe ainda o que provavelmente já saberá. É que muitos jovens das empresas «subsidiadas» só são admitidos se, à altura da admissão, subscreverem cartas a pedir a demissão!...»

Depois de explicar como este «processo» se desenrola, o SIESI sublinha que, «nos últimos quatro anos foram eliminados no nosso ramo de actividade 6500 empregos permanentes, 4500 dos quais no sector da fabricação de material eléctrico e electrónico e cerca



Aspecto da concentração de sexta-feira passada

de 2000 na EDP. Simultaneamente, no mesmo período, o número de contratados a prazo cresceu mais de 100 por cento, cifrando-se actualmente em cerca de seis mil».

Por essas e outras razões, activistas sindicais das indústrias eléctricas concentraram-se sexta-feira pas-

sada em frente ao Ministério do Emprego e Segurança Social, em Lisboa. Forneceram a quem passava os elementos que acabámos de referir e ainda ou-

tros referentes a 13 empresas do sector de fabricantes de material eléctrico e electrónico no qual as «empresas alvo de despedimentos colectivos são viáveis».

Nas vésperas da Conferência Sindical

CGTP tem apreensões sobre programa de Governo

A CGTP considerou na segunda-feira serem preocupantes para os trabalhadores e para as suas organizações certos aspectos do programa de Governo em discussão na Assembleia da República.

Segundo a LUSA, a central sindical é de opinião que o programa nada adianta em relação à política de rendimentos, nem dá o necessário relevo às questões de higiene e segurança no trabalho.

Outras críticas feitas pela CGTP, numa primeira e breve abordagem ao programa do Governo de Cavaco Silva, dizem respeito à não introdução de elementos concretos sobre a questão do horário de trabalho ou aos planos do executivo sobre segurança social e justiça do trabalho.

Conferência sindical

A preparação da Conferência Sindical Nacional da CGTP, a realizar-se a 13 e 14 de Dezembro, entrou agora em nova fase depois da apresentação de alguns documentos que serão postos à discussão entre os sindicalistas.

Reforçar a participação dos trabalhadores na vida sindical através de uma reestruturação de toda a orgânica da Intersindical é uma das propostas em discussão.

Os projectos de documentos assinalam a tendência para a intensificação dos ritmos e carga de trabalho, redução dos quadros de pessoal e alterações na organização e gestão do tempo de tra-

balho, a individualização dos salários e a discriminação nas remunerações, penalizando os sindicalistas.

Afirma-se ainda a existência de uma estratégia patronal que desvaloriza a contratação colectiva, procura a flexibilização dos horários de trabalho até à sua total desregulamentação, tende a afastar os trabalhadores com 50-55 anos.

Acidentes de trabalho, formação profissional, redução do horário de trabalho e luta reivindicativa são outras preocupações da CGTP que pretende definir uma estratégia de filiação na Confederação Europeia de Sindicatos (CES).

Seminário

A CGTP e a CGT francesa organizaram desde a semana passada um seminário que decorreu em Lisboa sobre a reestruturação industrial das empresas franco-portuguesas, onde se referiu que os grandes grupos económicos que por vezes actuam em diversos sectores de actividade têm uma estratégia comum em todos os países, tanto nos planos económico, financeiro e de investimento, como no das relações laborais, segundo afirmou à LUSA Carlos Carvalho, do Conselho Nacional da CGTP.

Os sindicalistas defenderam neste seminário a necessidade de as estratégias comuns do patronato terem em contraponto uma resposta comum das organizações dos trabalhadores.

Na base das Lajes e em Aveiro

Encerramento de empresas e despedimentos

O eventual despedimento de cerca de uma centena de trabalhadores portugueses da base aérea das Lajes. Açores, foi a semana passada discutido entre a comissão de trabalhadores e as autoridades regionais em reuniões separadas com o ministro da República, Mário Pinto, e com o secretário regional da Juventude e Recursos Humanos, Manuel Arruda.

Os trabalhadores dizem que os despedimentos seriam efectuados para dar trabalho

a familiares de militares norte-americanos destacados nas Lajes, embora não haja conhecimento oficial da questão.

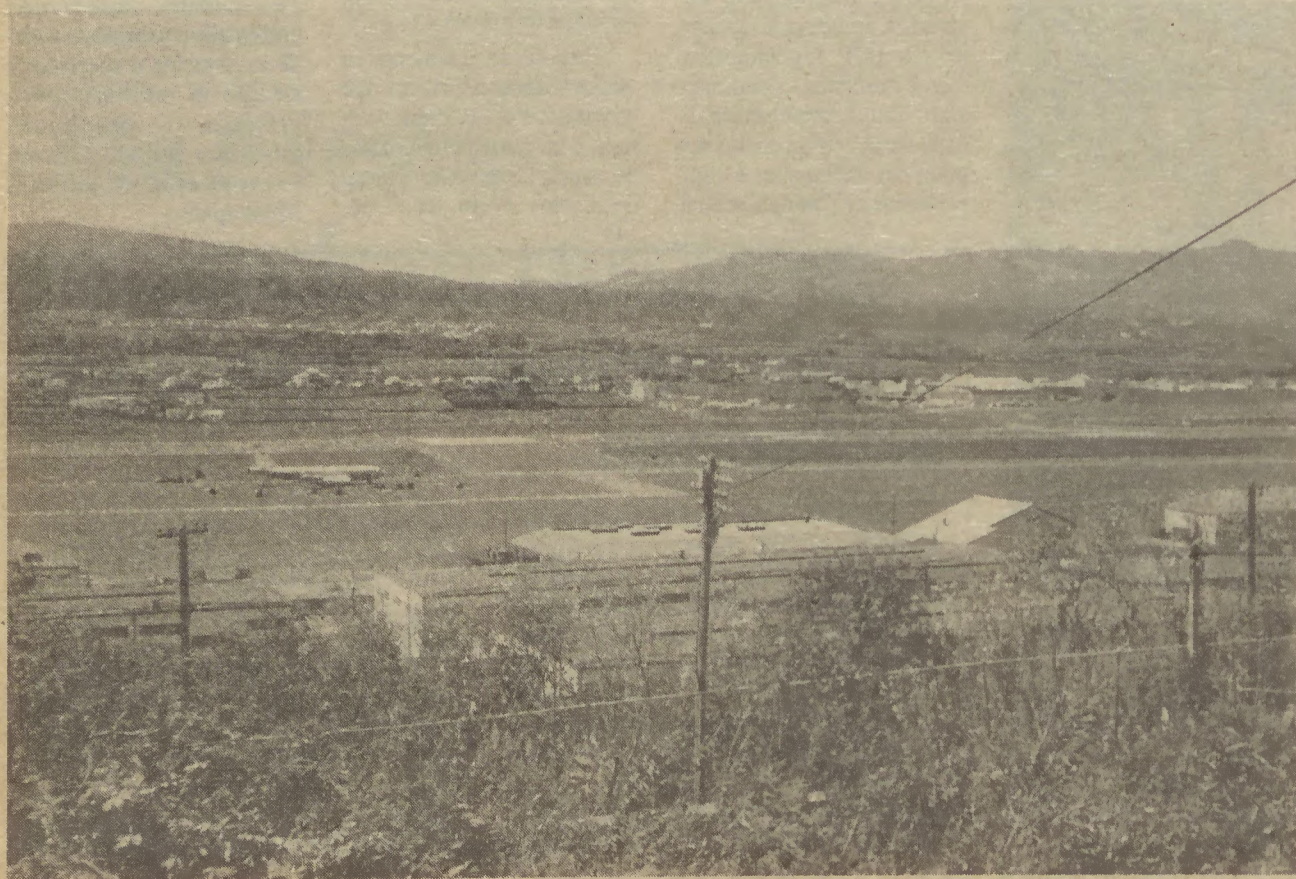
O ministro da República, citado pela LUSA, diria a este propósito que os 1500 postos de trabalho dos portugueses na base aérea estão defendidos pelo acordo luso-americano e a sua defesa está no primeiro plano das negociações de revisão desse acordo.

A comissão executiva da direcção do Sindicato dos

Metalúrgicos de Aveiro lamentou em comunicado, após reunião na segunda-feira, o encerramento da empresa MASA em Águeda levando para o desemprego 120 trabalhadores, situação agravada, no dizer dos sindicalistas, pela «pressa com que o Tribunal do Círculo de Anadia selou as instalações, poucas horas após a sentença e praticamente no fim do mês, não tendo salvaguardado o pagamento de salários do mês de Outubro aos trabalha-

dores, já vencido e processado».

Outras decisões desta reunião foram a discussão entre os trabalhadores da proposta de revisão do contrato colectivo de trabalho do sector, a participação no plenário nacional da Federação da Metalurgia que ontem se realizou e na conferência sindical nacional da CGTP (13 e 14 de Dezembro) bem como na 1ª Conferência Distrital da Intereformados de Aveiro (23 do corrente).



TRABALHADORES

Professores preconizam soluções imediatas

Novo Ministério (ME) «deve estar disponível para resolver definitivamente situações pendentes que se arrastam há muitos anos», afirma a Fenprof

O Departamento do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) do SPGL — Sindicato dos Professores da Grande Lisboa acusa o Ministério da Educação de não aplicar as suas próprias leis.

Para o CEB, há «professores contratados em risco de não verem aplicado o conceito de carreira, consagrado no estatuto da carreira docente».

Outra acusação do CEB é a de haver professores «próximo da aposentação» aos quais a mesma não é garantida pelo «escalão do topo da carreira consignada na lei».

Ao comentar estas situações, o Sindicato acrescenta:

«Ser mãe há dias ou semanas e não poder gozar

plenamente da lei da protecção à maternidade, ser professor aposentado que vê degradar-se dia a dia o seu poder de compra pelo facto de a sua pensão de reforma não acompanhar as revalorizações dos professores no activo ou, ainda, ser professor com 30, 40 ou mais anos de serviço que vê negada por parte do Ministério a sua aposentação pelo topo, tal como a lei (art. 27.º do DL 409/89) consagra, são situações de que nenhum país se pode orgulhar e, muito menos, um país que dentro de semanas tomará a seu cargo a presidência da CEE.»

Depois doutras explicações sobre temas idênticos, o CEB do SPGL, em nota à imprensa de 6 do corrente, acentua que vai iniciar este

mês em toda a sua área geográfica (distritos de Lisboa, Santarém, Setúbal e Leiria — zona sul) «um conjunto de acções» dirigidas aos docentes interessados.

Haverá, segundo o CEB, «denúncia pública destas situações». Os «organismos responsáveis» serão contactados pelo Sindicato.

«Cerca de uma centena de docentes de equipas de educação especial» reuniam-se entretanto (5.11) em Lisboa. «Foi evidente — afirma o SPGL que organizou a reunião — o profundo mal-estar que neste momento grassa entre esses profissionais».

Segundo o Sindicato da Grande Lisboa, «não foi ainda atribuída qualquer verba às equipas neste ano lectivo». Há «instabilidade

devida ao processo de colocações em Agosto e Setembro, bem como «falta de formação de dois terços dos docentes em exercício».

Uma nota subscrita por Cecília Santana, da direcção do SPGL, refere que «as equipas têm funcionado porque, para suprir esses atrasos, coordenadores e professores antecipam do seu salário as verbas necessárias».

Está marcado um plenário para 21 do corrente.

Uma semana depois, efectua-se a 1.ª Conferência Nacional de Educação Pré-Escolar.

Segundo fonte do Sindicato dos Professores da Zona Sul, citada pela Lusa, que efectuou recentemente um plenário para preparar as intervenções e eleger os delegados, participarão naquela iniciativa cerca de 400 docentes de todo o País.



Autonomia sem dinheiro

REPORTAGEM PÁGS. CENTRAIS

Os estabelecimentos de ensino superior, que passam por reconhecida «crise financeira», foram segunda-feira passada motivo de um comunicado à Imprensa, emitido, pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. De acordo com a Lusa, que transcreve algumas passagens do documento, a FNSFP responsabiliza o Governo pelas consequências do que se passa.

Para a Federação, a «situação de ruptura orçamental» era prevista há muito e tem origem «no facto de o Governo não cumprir a legislação, nomeadamente a Lei nº 108/86 de 24 de Setembro».

É essa Lei que confere aos estabelecimentos do ensino superior a «autonomia universitária».

O documento sindical refere ainda, segundo a mesma fonte, que o descontentamento do ensino superior tem vindo a generalizar-se, devido à ausência de perspectivas de estabilidade e motivação profissional.

Empresas privatizadas

Marcada para hoje concentração em Lisboa

Reanalisar cada processo e parar com a privatização das empresas nacionalizadas foram algumas das reclamações apresentadas pelas organizações representativas dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado (SEE) que se reuniram em 7 do corrente com a CGTP. Ficou marcada para hoje uma concentração junto à Assembleia da República.

As ORTs do SEE entregaram uma petição nesse sentido em Dezembro do ano passado. O assunto, porém, não foi agendado.

O não agendamento foi considerado pelos representantes dos trabalhadores «uma forma de esvaziamento do direito

de petição», neste caso à Assembleia da República.

As organizações (ORTs), citadas pela Lusa, reafirmam que as privatizações são prejudiciais para a economia e a soberania nacional.

Continua «o assalto do capital estrangeiro», acrescentam. Em vez de «ser o capital salvador a tomar empresas em dificuldades e a viabilizá-las, continua o Estado a fazê-lo» antes de entregar «empresas prontinhas a dar lucro».

Continuam entretanto a ser desrespeitados os direitos dos trabalhadores das empresas privatizadas, apesar de um acórdão do Tribunal Constitucional obrigar a cumpri-los.

Horários desadequados no comércio de Coimbra

Uma proposta camarária, que alarga os horários de trabalho no sector do comércio do concelho de Coimbra, motivou duras críticas do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do distrito. A liberalização pretendida pela gestão camarária chega a prever o funcionamento dos centros comerciais entre as 6 horas e as 2 da madrugada do dia seguinte, em todos os dias da semana.

A proposta de regulamento da autarquia autoriza, segundo a Lusa, a abertura da generalidade dos estabelecimentos comerciais entre 6 e as 24 horas de segunda a sábado.

Esses períodos de funcionamento não correspondem — afirma o Sindicato — «à realidade comercial do concelho».

A agência Lusa, citando aquela organização sindical, destaca que «além de distorcer as regras da concorrência em favor das grandes superfícies, o documento de trabalho apresentado pelo município constitui um atentado inqualificável aos direitos dos trabalhadores, pequenos e médios comerciantes, com gravíssimas implicações de carácter familiar e económico».

Num parecer enviado à Câmara, o Sindicato do Comércio acrescenta que a liberalização proposta «não vem

acompanhada de medidas atenuadoras dos seus efeitos perversos, nomeadamente no que diz respeito à assistência à família, ao aumento quantitativo e qualitativo dos transportes e à segurança de pessoas e bens».

Ainda de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Coimbra, o edital camarário actualmente em vigor permite a abertura dos estabelecimentos à hora do almoço «o que garantiria, se houvesse vontade negocial e a publicidade adequada, a satisfação dos legítimos interesses dos consumidores e comerciantes sem penalização sensível dos trabalhadores».



Hospitais do Algarve não pagam aos bombeiros

As dívidas de estabelecimento hospitalares algarvios aos bombeiros daquela região atingem perto de seis mil contos.

De há nove meses para cá, segundo a Lusa, que as corporações de bombeiros, como a de Silves, Monchique e Lagoa, não são pagas pelo transporte de doentes para os hospitais.

A agência Lusa ouviu sobre o assunto José Martins, membro do grupo da Federação dos Bombeiros do Algarve, em 9 do corrente.

Se os hospitais de Lagos e Portimão — os únicos citados — não pagarem as suas dívidas, as corporações ver-se-ão obrigadas a deixar de transportar doentes.

Para aquele responsável, embora o assunto diga respeito ao Barlavento algarvio, todas as corporações do Algarve aderirão à greve, se for necessário fazê-la.

Se o transporte de doentes for suspenso pelos bombeiros, «todas as corporações» do Algarve «deixarão de prestar qualquer serviço àqueles hospitais», declarou ainda, segundo a Lusa, aquele responsável pelo grupo de trabalho da Federação.

A situação do vereador dr. Anselmo Aníbal

Do Vereador da CML dr. Anselmo Aníbal recebemos com pedido de publicação o seguinte texto:

A nota/comunicado do Executivo da Direcção da Cidade de Lisboa do PCP sobre «a situação do Vereador Dr. Anselmo Aníbal» merece-me três breves referências que solicito sejam publicadas:

1. A «nota» procura sublinhar a ideia de que o titular do mandato estaria indisponível para o exercício desse Mandato e que é essa a «razão fundamental» para ser solicitada a «renúncia». Releva que tenho exercido funções na vereação da Cidade de Lisboa nos mandatos de 1977 a 79, de 1980 a 82, de 1983 a 85, de 1986 a 1989 e desde 22 de Janeiro de 1990, na sequência da vitória da «Coligação Por Lisboa», sem me ter sido avocada, em tempos muito diversos e difíceis, indisponibilidade. Recordo, aliás, que **tenho a mesma disponibilidade de tempo que tinha em Janeiro de 1990**, que exerço funções em regime de tempo parcial e que continuo a exercer as funções de Director na Empresa em que estou há mais de 20 anos e na Universidade, como Docente convidado de uma Disciplina de Gestão, desde há 17 anos.

Tenho gerido as minhas áreas funcionais, reportando-me uma Direcção Municipal (o Gabinete de Estudos e Planeamento) e um Departamento, o de Administração Geral. Quer verificando os níveis de investimento — designadamente em equipamento informacional e em desburocratização de comunicações internas — quer os produtos conseguidos — nas áreas da informação (o Guia do Município, por exemplo), da toponímia, da gestão logística do material de armazém poder-se-á sublinhar, como aliás foi sublinhado — e divulgado — nos balanços de 6 meses, dos 12 meses e dos 13 meses do trabalho no Município de

Lisboa (enfatizado pelo próprio PCP) a qualidade do trabalho de gestão efectuado.

2. A «razão fundamental» não é, a meu ver, a invocada na Nota do PCP. Aliás, a Nota de 31.10.91, não desmente que se trata de uma questão «política» e, convenhamos, seria escandaloso reconhecer-lo, neste tempo, face a um independente. Ao longo de semestres, e ainda antes de iniciar funções executivas, manifestou-se uma crescente diferenciação de opiniões sobre problemas políticos globais — que não me absteve manifestar na votação da Moção sobre o golpe de Moscovo de 19 de Agosto de 91 — a par de outras diferenças em matérias de gestão da cidade onde entendi deverem prevalecer interesses globais à lógica estreita dos «Pelouros» pertencem a um Partido. Aliás, junto o texto da carta em que deixei o lugar de Membro da Comissão Coordenadora Nacional da CDU — carta essa enviada ao Comité Central do PCP, Direcção Nacional do Partido Ecologista Os Verdes e com conhecimento à Direcção da Associação Intervenção Democrática e que circunstancia as razões dessa diferenciação de opiniões políticas.

3. Não queria deixar de referenciar o relacionamento com os Eleitos da Coligação — e todos em geral — e com os Presidentes das Juntas de Freguesia. As Direcções que tenho administrado têm respondido aos problemas. Têm tido um conjunto de «reclamações» muito pequeno.

Conheço muitos desses Autarcas há longos anos. O julgamento, deste triste acidente de percurso, é também deles.

Lisboa, 1991/11/05

É o seguinte o teor da carta datada de 19 de Março deste ano a que se faz referência no texto anterior:

Ao Comité Central do Partido Comunista Português

À Direcção Nacional do Partido Ecologista os «verdes»

Para conhecimento: à Direcção da Associação Intervenção Democrática

Tenho vindo a integrar, desde 1976, a Comissão Coordenadora Nacional da estrutura política que se identificou como FEPU — Frente Eleitoral Povo Unido — entre 1976 e 1978, como APU — Aliança Povo Unido — entre 1978 e 1987 e como CDU — Coligação Democrática Unitária — desde Maio de 1987.

Tenho-lo feito, na qualidade de membro independente, sem filiação partidária, cooperando, assim, na definição geral da política da Coligação, designadamente na área da política autárquica e na área da gestão organizacional da Administração Pública, área em que tive responsabilidades governativas, em 1975. Durante 7 anos, de 1980 a 87, como +e dabido, eleito pela Coligação, exerce, as funções de Deputado à Assembleia da República, tal como desde 1977 a 89, exerci funções de Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, tendo-me, aliás, mantido nesta, eleito pela Coligação «Por Lisboa», desde Janeiro de 1990.

Nos últimos anos, designadamente a partir de finais de 1987, os Partidos que integram e são a base jurídica da Coligação, viveram importantes momentos da sua história, com a realização de Congressos/Encontros, em que foram politicamente consideradas todas as valências decorrentes da aceleração da história que vivemos, neste tempo e deste modo. A meu

ver, no desenvolvimento desses momentos, assemto-se-se, por forma muito evidente, tanto no PEV como no PCP opções estratégicas, programáticas e humanas que estreitaram, por forma muito marcante, o espaço político de influência desses Partidos sobre os (as) destinatários (as) das políticas que conduzem. De facto em estratégias e programas, manteve-se, embora com intenções actualizadas, o discurso prevalentemente adoptado, ao mesmo tempo que em termos de Quadros se assistiu, no limiar de uma litigância penosa, à saída ou menor aproveitamento de Quadros cujos perfis de seriedade, rigor e formações são consolidados. Este estreitamento, aliás anunciado no decurso da controvérsia pública, levará ao estreitamento — potenciado — da Coligação que cada vez menos, poderá protagonizar um espaço de unidade que ajude a construir no quotidiano das opções, uma estratégia de esquerda.

O PCP, o PEV e a Associação Intervenção Democrática anunciaram a recomposição da CDU para as legislativas de 91. Pelo meu lado, já julgando não ser este o caminho para, num espaço de esquerda, combater o estreitamento crescente do espaço político, afirmara e reitero agora a minha indisponibilidade para a permanência na estrutura coordenadora central, desligando-me, assim, dessas funções. Agradeço que deste facto seja dado conhecimento aos membros que integraram o Conselho Consultivo Nacional da CDU até à sua última reunião, ainda em 1989.

Apresento a expressão dos meus melhores cumprimentos.

Lisboa, 1991/03/19

Como se assinala logo no primeiro parágrafo do comunicado do Executivo da Direcção da Cidade de Lisboa («Avante!» nº 932 - 31/X/91) a que o dr. Anselmo Aníbal responde no primeiro texto acima, o documento é divulgado «face a informações surgidas na Comunicação Social, sobre a posição do PCP em relação ao vereador da CML, dr. Anselmo Aníbal». Essas informações constituíam uma deturpação da conversa havida com o dr. Anselmo Aníbal, no decorrer da qual lhe foram expostas as posições do Executivo da Direcção da Cidade de Lisboa do PCP. Posteriormente, e a pedido do dr. Anselmo Aníbal, o conteúdo desta conversa foi passado a escrito tendo-lhe sido entregue no dia 28/X/91.

Não foi o PCP que tomou pública a questão, embora nada tenha a objectar a essa divulgação a não ser o facto de ela não corresponder à realidade dos factos. Assim, nas presentes circunstâncias, torna-se indispensável dar a conhecer o teor da carta de 28 de Outubro.

Anselmo Aníbal,

Correspondendo a um pedido seu formalizamo-lhe, por escrito, as razões que nos levaram a pedir-lhe a renúncia do mandato, já pessoalmente expressas.

A solicitação para que renunciasses ao mandato na vereação de Lisboa decorre da apreciação que há tempos vimos fazendo às condições e resultados do exercício das funções que há mais de ano e meio assumiu, e da conclusão da inadiável necessidade do reforço e redinamização do trabalho na CML, que a situação impõe e justifica.

Não estive em causa a consideração e respeito que nos merece, aliás bem evidenciados no processo de formação das candidaturas. Como certamente se recordará, transformou, em poucas semanas, uma total indisponibilidade para participar nas listas da CDU (fundamentada em carta por si enviada) numa disponibilidade no momento em que foi viabilizado o acordo «Por Lisboa», o que nos levou à alteração da lista dos candidatos que já tínhamos constituída, com a consequente consideração da sua candidatura, proposta pelo PCP, nas listas da Coligação.

Porém, e como certamente deveria compreender, tal consideração e respeito não nos pode levar a manter uma situação da qual, por insuficiente resposta do seu trabalho, resultam prejuízos para a gestão do Município.

Assim o exige o respeito e consideração que temos pela Cidade, os interesses da sua população e os compromissos assumidos pelo Partido e pela Coligação.

Não é nosso propósito questionar a sua aptidão para o desempenho das funções que lhe estão atribuídas, pese embora algumas limitações de carácter temporal que à partida nos havia colocado. Não pudemos, no entanto, deixar de constatar a crescente falta de disponibilidade, decorrente dos inúmeros afazeres profissionais que já assumira e que acrescentou e as suas inevitáveis consequências. Sem dúvida que se revelou difícil, ou quase impossível, compatibilizar o seu cargo de director de um Banco, de professor no Instituto Superior de Economia e Gestão da UTL e de leccionador de Cursos de Formação no país e no estrangeiro, com as suas funções de vereador a meio tempo na CML.

Não é possível, como se constata, dar resposta a tão exigente área de trabalho num quadro tão vasto de solicitações exteriores ao município, e de passagens efémeras pelas instalações e serviços municipais.

Só lamentamos que não te-

nha sido o Anselmo Aníbal a reconhecê-lo há mais tempo. Não nos parece que esta iniciativa o devesse surpreender, dadas as repetidas observações feitas à insatisfatória resposta a uma área fundamental com reflexos em toda a gestão — a desburocratização — que constitui, como se deve ter apercebido, um dos maiores problemas do Município. Observações, sinais de descontentamento e referências críticas que, como bem sabe, se estendem dos Serviços ao Executivo Camarário, e neste não apenas circunscritas aos vereadores do PCP.

Ao Anselmo Aníbal cabe-lhe, naturalmente, fazer a reflexão que julgar necessária.

Não nos peça, porém, para contemporizarmos com situações de ausência de disponibilidade e de continuada falta de resposta revelada no desempenho de cargos públicos. Razões de elementar ética forçam-nos a não assistir à manutenção de uma situação que se traduz, de facto, num exercício meramente formal das prerrogativas funcionais e financeiras de um «meio tempo» com os inerentes prejuízos para o erário público.

Rejeitamos qualquer interpretação de natureza política que se queira dar a esta situação. Como aliás se recorda, aquando da sua integração nas listas já há muito o Anselmo Aníbal vinha afirmando explicitamente opiniões diferentes das do Partido. Tal não impediu a sua integração.

Foi uma séria preocupação com os compromissos assumidos perante o povo de Lisboa que nortearam esta iniciativa, ainda que, subsidiariamente, registemos a falta de solidariedade e entreaajuda no esforço colectivo que a enorme tarefa de gerir uma Cidade como Lisboa exige.

Só razões de inaceitável cálculo político justificariam, aliás, manter uma situação que se traduz, como deveria reconhecer, em pesados custos e prejuízos no interesse da Cidade e que, em nosso entender, esta não deve ser obrigada a pagar.

Naturalmente que cabe ao Anselmo Aníbal definir a atitude que a sua consciência lhe aconselhar. Pedimos-lhe, contudo, que faça um esforço, que ainda o julgamos capaz de fazer, para que sobreponha os interesses da Cidade às tentações de engrossar campanhas que não prestigiam quem as desenvolve.

Manifestando-lhe, uma vez mais, a nossa intenção de procurar não alimentar polémica em torno desta questão e desejando não quebrar pontos de contacto, aguardamos da sua parte a resposta que entender dar.

Os textos que publicamos requerem alguns esclarecimentos.

1. Na sua carta de 19 de Março passado o dr. Anselmo Aníbal faz remontar a finais de 1987 a sua posição de reserva crítica relativamente à CDU. Posteriormente, em finais de 1989, o dr. Anselmo Aníbal informaria por carta a CDU da sua indisponibilidade para de novo integrar a lista para a vereação da Câmara Municipal de Lisboa. Esta sua posição veio porém a ser diametralmente alterada após a constituição da coligação «Por Lisboa», manifestando então estar de novo disponível. O PCP propôs a sua inclusão nas listas, tendo, com a vitória da coligação, o dr. Anselmo Aníbal tomado posse em Janeiro de 1990.

Parece assim, no mínimo, despropositado que o dr. Anselmo Aníbal alegue que a razão da proposta que lhe foi feita pelo PCP em 28 de Outubro de 1991 seja «uma crescente diferenciação de opiniões sobre problemas políticos globais». É o próprio dr. Anselmo Aníbal que afirma datar essa diferenciação de 1987, e, mesmo sendo «crescente», não levou a que o PCP com ele tenha deixado de trabalhar no quadro da CDU, não impediu que o convidasse em 1989 para as naturalmente minoritárias listas CDU de Lisboa (o que foi recusado), nem impediu o PCP de propor, quando o dr. Anselmo Aníbal mudou de ideias sobre a questão, a sua integração nas naturalmente vencedoras listas da entretanto constituída coligação «Por Lisboa». O que até com toda a legitimidade poderia ter sido feito, uma vez que o anterior convite fora formalmente recusado. Também nem sequer impediu a sua nomeação como vereador a meio tempo, dois meses após a qual, aliás, o dr. Anselmo Aníbal escreveria a sua carta acima. E, finalmente, nem impediu que o dr. Anselmo Aníbal se mantivesse nesse cargo desde Janeiro de 1990 até hoje.

2. Nada disto é estranho para quem conheça o efectivo e frontal empenhamento do PCP nas plataformas de unidade em que participa e no respeito pelas diferenças de pontos de vista naturalmente vigentes numa plataforma unitária. Empenhamento tão efectivo e frontal quanto o que assume na dedicação e no trabalho exigido aos titulares de cargos públicos eleitos no quadro das coligações em que está presente.

Se as razões do pedido de renúncia de mandato formulado pelo PCP ao dr. Anselmo Aníbal fossem de discordância de orientação política, o PCP di-lo-ia. Nunca procedeu doutra forma, nem tem qualquer razão, neste ou noutro caso, para o fazer.

O PCP não consideraria hoje - como não considerou ontem - que aquilo a que o dr. Anselmo Aníbal chama «crescente diferenciação de opiniões sobre problemas políticos globais» constitua impedimento à sua presença como Vereador do PCP na CML: mas considera que o é a sua falta de disponibilidade para exercício cabal e eficaz do cargo para que foi eleito numa coligação perante cujo eleitorado o PCP responde.

3. O dr. Anselmo Aníbal tinha, à altura das eleições autárquicas de 1989, já alguns dos compromissos profissionais que mantém e a que acrescentou alguns outros. Foi, também, invocando as exigências por eles apresentadas que declinou o primeiro convite formulado para a lista CDU em 1989. Quando se apresentou a perspectiva da coligação «Por Lisboa» e o dr. Anselmo Aníbal reconsiderou e manifestou a sua disponibilidade, com toda a legitimidade o PCP admitiu que, responsabilmente, reconsideraria também a dificuldade de compatibilidades que ele próprio anteriormente havia referido.

4. Porque diz respeito a centenas de milhares de munícipes, a questão é grave; em si própria, é prosaica. Trata-se de saber se uma pessoa que exerce o cargo de director de um banco, de professor do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e de professor de Cursos de Formação (no País e no estrangeiro) pode responsabilmente assegurar, mesmo a meio tempo, o governo de um pelouro dos mais importantes da Câmara Municipal de Lisboa.

É sobre isto que o Executivo da Direcção da Cidade de Lisboa do PCP afirma que «cabe ao Anselmo Aníbal definir a atitude que a sua consciência lhe aconselhar.» E tão-só.

Trabalhadoras grávidas mais protegidas em 1993

Baixa por parto vai ser de 14 meses

As mulheres trabalhadoras grávidas ou que recentemente tenham dado à luz passam a dispor, a partir de 1993, de maior protecção nos países da CEE, de acordo com uma directiva aprovada a semana passada em Bruxelas.

O Conselho de Ministros da CEE para os assuntos sociais chegaram a um acordo político sobre a proposta da Comissão visando harmonizar a legislação relativa a esta matéria, ficando no entanto por definir a questão da remuneração a atribuir durante o período de baixa por parto.

A Comissão propunha a manutenção da remuneração ou o pagamento de uma verba equivalente durante a baixa por parto, mas a oposição da Espanha e da Holanda acabaram por inviabilizar aquela proposta. A Holanda defendia o pagamento de apenas 65 por cento da remuneração naquele período, ao passo que a Espanha se opunha a que a directiva contivesse qualquer quantificação da

mesma. Foi esta posição que acabou por vingar, limitando-se o texto a recomendar que a remuneração deverá ser «suficiente». Cabe lembrar que, nesta matéria, a legislação portuguesa está acima da média comunitária, prevenindo compensações que podem ultrapassar ligeiramente os 100 por cento. Uma das importantes conquistas do 25 de Abril!

Nos restantes aspectos a proposta da Comissão acabaria por reunir o consenso. Assim, a partir de 1993, é proibido o despedimento das trabalhadoras grávidas ou que recentemente tenham dado à luz, passando também a vigorar um conjunto de restrições quanto à sua exposição a certos agentes químicos, físicos ou biológicos que possam pôr em risco a sua saúde.

Por outro lado, as mulheres passam a dispor de um período mínimo de baixa de parto de 14 semanas contínuas, o que vai beneficiar as

portuguesas, uma vez que o período previsto na legislação nacional é de apenas 13 semanas.

A directiva continua a não incluir a licença de paternidade remunerada nem a assistência do pai aos filhos doentes, que só está contemplada na legislação da Dinamarca, Portugal e Alemanha.

Por falta de tempo, o Conselho de Ministros adiou para Dezembro o debate da proposta de directiva relativa à organização do horário de trabalho e a apresentação do relatório final sobre o segundo programa de luta contra a pobreza.

Igualdade de oportunidades

A Comissão Europeia e o Parlamento Europeu vão propor, por outro lado, a atribuição de benefícios fiscais às entidades empregadoras que promovam o acolhimento de crianças nos locais de trabalho. A proposta insere-se no âmbito da promoção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na CEE e foi recentemente divulgada pela representante portuguesa da rede europeia de acolhimento de crianças.

De acordo com um relatório sobre a matéria, entre 1985 e 1988 aumentaram em todos os países da Comunidade os níveis de participação das mães no mercado de trabalho, registando-se a taxa de emprego mais elevada na Dinamarca (79 por cento),

seguida de Portugal (62 por cento).

Dos países comunitários apenas quatro, incluindo Portugal, previam, no período em causa, uma isenção de impostos sobre os custos de acolhimento de crianças, mediante a apresentação das respectivas provas de pagamento. Ainda de forma geral regista-se uma grande carência de serviços subsidiados pelo sector público, em particular para crianças com menos de três anos e de actividades extra-escolares para as maiores de três anos.

No respeitante a Portugal, segundo o relatório, são poucas as entidades patronais que oferecem serviços de acolhimento de crianças, os quais representam apenas 400 lugares distribuídos por creches, jardins de infância e centros de actividades de ocupação de tempos livres, para um total de 150 000 lugares. O número de serviços patrocinados pelas empresas diminuiu drasticamente de 6373 em 1985 para 400 em 1989, embora alguns contratos colectivos prevejam a concessão, por parte do empregador, de ajuda financeira aos pais para as despesas de acolhimento dos filhos.

O relatório em análise destina-se a avaliar as possibilidades de conciliar o emprego, a formação, a igualdade entre os sexos e as crianças e definir as linhas de orientação futura da Comunidade sobre a matéria, tendo-se baseado nas informações prestadas pelos governos nacionais.

Orçamento comunitário sem consenso

As emendas propostas pelo Parlamento Europeu, na sua primeira leitura do orçamento comunitário para 1992, não parecem ter demovido o Conselho de Ministros dos Doze das suas pretensões de desviar verbas de rubricas anteriormente aprovadas para fazer face aos compromissos assumidos com a assistência técnica à União Soviética. À hora do fecho desta edição tudo apontava para que o Conselho rejeitasse as emendas do PE e mantivesse a decisão de efectuar cortes da ordem dos 400 milhões de ecus (cerca de 72 milhões de contos) em políticas relacionadas com a preparação do mercado interno.

Recorda-se que o PE considerou «inaceitável» que a um ano do arranque do mercado único o Conselho introduza cortes em políticas que

visam justamente assegurar a aproximação dos níveis de desenvolvimento entre as regiões da Comunidade, quando os desequilíbrios regionais continuam a ser um dos maiores obstáculos à sua concretização.

Para fazer face ao problema - e porque o que está em causa não é o auxílio à União Soviética mas sim a forma do seu financiamento - o PE propôs a criação de uma reserva orçamental para a cobertura de novos compromissos e despesas imprevistas, em que seria incluída a ajuda à União Soviética e aos restantes países da Europa central e de leste. Uma tal proposta acarretaria, naturalmente, maiores encargos para os Estados membros. Ora é precisamente o que o Conselho de Ministros parece não querer.

Coligação do Esquerda reúne em Berlim

Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu, em que se inserem os eurodeputados do PCP, esteve reunido desde terça-feira até hoje em Berlim. No encontro, em que participaram deputados do PDS no Bundestag (Parlamento Alemão), bem como parlamentares da Hungria, União Soviética, Checoslováquia e Polónia, foram debatidas questões relacionadas com a nova situação na Europa e as relações com os países da Europa central e de leste, as Conferências intergovernamentais para a União Política e a União Económica e Monetária, e a defesa dos direitos humanos.

Médio Oriente

Parlamento Europeu poderá ser a sede para o prosseguimento das conversações de paz para o Médio Oriente. A proposta é do Grupo Coligação de Esquerda, que em carta ao presidente do PE, Baron Crespo, no passado dia 6, considera que uma oferta nesse sentido dificilmente poderia ser recusada, já que o PE é uma instituição parlamentar supranacional cuja contribuição positiva para a resolução dos problemas do Médio Oriente é internacionalmente reconhecida. Para a CE, uma tal iniciativa por parte do presidente do PE será a continuação lógica da «recente e importante visita» de Baron Crespo ao Médio Oriente.

Desastre ecológico

Desastre ecológico na Barragem do Maranhão chegou já à Comissão das Comunidades Europeias, por iniciativa do deputado do PCP, Sérgio Ribeiro. Após referir o morticínio de mais de mil toneladas de peixe, provocado pelo esvaziamento para obras de reparação das comportas da barragem e operação de limpeza, bem como a incineração e enterramento do peixe que esteve a apodrecer no leito da barragem em condições de duvidosa segurança, o deputado questiona a Comissão sobre as medidas que pensa tomar relativamente ao assunto. Interroga-se ainda aquele organismo comunitário sobre se as autoridades portuguesas, responsáveis pelo projecto, estavam ou não «obrigadas a proceder a um estudo prévio sobre o impacte ambiental que o escoamento das águas iria provocar», e quais as medidas a tomar «de forma a minimizar os efeitos negativos que recaem sobre a actividade económica da região e o perigo para a saúde pública».

Crise têxtil

Deputado Sérgio Ribeiro questionou a Comissão sobre as medidas a tomar para fazer face às graves situações decorrentes da crise na indústria têxtil em Portugal. Lembrando que «a conhecida importância do sector no Vale do Ave está longe de esgotar a repercussão que a actual situação e perspectivas provocam no país», o eurodeputado alertou para o facto de, só na cidade de Coimbra, estarem em curso de extinção «5 empresas industriais têxteis, depois de processos não uniformes mas em que a descapitalização, ou a não modernização e reconversão oportunas, foram características, arrastando o desaparecimento de 2500 postos de trabalho». Fazendo notar que este facto irá ter graves incidências na situação social da cidade de Coimbra, Sérgio Ribeiro pergunta se a Comissão «encara a possibilidade de acorrer a situações localizadas de grave deterioração económica e social decorrentes da crise no sector têxtil e no âmbito de que programas e/ou modalidades de cooperação».

Pena de morte

A eurodeputada italiana Maria-Adelaide Aglietta propôs ao PE o lançamento de uma campanha de informação contra o regresso da pena de morte nos países da CEE. A proposta de resolução, surgida na sequência do debate provocado em França pela recente morte de duas crianças, recomenda aos governos dos Doze que não se deixem influenciar pelos resultados das sondagens favoráveis à reintrodução da pena de morte, nem pela emoção colectiva suscitada por crimes odiosos. O texto, que deverá ser examinado na comissão parlamentar respectiva antes de ser submetido a aprovação do plenário do PE, reclama a suspensão da pena capital nos países da CEE onde ainda existe (Grécia e Bélgica, ainda que não seja aplicada, bem como Grã-Bretanha, Itália e Espanha, em caso de guerra) e recomenda a não aceitação de pedidos de adesão à CEE de países que ainda não renunciaram a ela, como é o caso da Turquia, Chipre e Malta.

Cimeira de Maastricht

- Nota do Gabinete de Imprensa do PCP

O PCP considera que o governo português não pode continuar a preparar a cimeira comunitária de Maastricht em Dezembro, que deverá teoricamente consagrar a conclusão das negociações sobre a União Económica e Monetária e sobre a União Política, e a decidir à porta fechada, à margem do cumprimento do Estatuto da Oposição e das instituições, sobre importantes questões para a arquitectura da Comunidade, o futuro do nosso país, a sua soberania e independência.

O PCP entende que o governo português deve informar com urgência as oposições e a Assembleia da República, antes do conclave ministerial para a preparação da cimeira de Maastricht, que vai decorrer nos dias 12 e 13 na Holanda, das suas posições sobre o dossier política externa comum e política de defesa e sobre a política social no novo Tratado comunitário - objectivos gerais, domínios de competência comunitária, precisando em que maneiras aceita o voto por maioria qualificada e o voto por unanimidade - quais os pontos de consenso e de divergência, nomeadamente sobre segurança social, contratos de trabalho, informação e consulta dos trabalhadores, igualdade homem/mulher, formação profissional.

O PCP chama a atenção da opinião pública e das organizações sociais para a gravidade das questões em apreço e para a manutenção da prática do secretismo e da governamentalização das questões da CEE por parte de Cavaco Silva e do seu governo, com desrespeito pela legalidade e ética democrática e com prejuízo para a potenciação da capacidade negocial do país, nomeadamente sobre as disposições relativas às consequências orçamentais da reforma da PAC, sobre o futuro das políticas regionais (nova revisão dos fundos estruturais), à coesão económica e social do novo Tratado, o seu reforço e a sua tradução prática.

PALESTINA

Luta e confiança na libertação

Em Jericó, na Cisjordânia, milhares de palestinos acolheram com ramos de oliveira a delegação palestina à Conferência de Paz em Madrid, gritando: «Viva a libertação da Palestina».

Uma manifestação que entretanto as autoridades israelitas bem tinham tentado impedir.

O cortejo foi escoltado por militares israelitas e guardas das fronteiras. Dezenas de outros palestinos foram impedidos de se deslocar a Jericó para tomar parte na manifestação. O Exército israelita bloqueou mesmo as estradas de ligação entre Jerusalém e a Cisjordânia.

Mesmo neste quadro - em que repressão e manobras políticas confluem para ten-

tar inviabilizar uma justa solução para os problemas do Médio Oriente e em particular do povo palestino - o optimismo faz-se sentir entre os palestinos.

No regresso de Madrid, o presidente da Comissão consultiva da delegação palestina às conversações, Faisal Al Hussein, também director do Centro de Estudos Árabes de Jerusalém, sublinhou que a Intifada, o levantamento popular dos palestinos dos territórios ocupados, não terminará até que dure a ocupação israelita e assegurou que o processo de paz prosseguirá e que a sua delegação não abandonará a mesa de conversações.

Hussein declarou-se optimista quanto aos resultados

da Conferência de Madrid e a possibilidade de reconhecimento dos direitos dos palestinos a um Estado independente.

Entretanto, também no plano eleitoral se manifesta a profunda implantação popular da OLP.

Os candidatos da Organização de Libertação da Palestina (OLP) ganharam a maior parte dos lugares nas eleições para a Câmara do Comércio da faixa de Gaza.

Participaram nesta eleição 1479 pessoas num total de 1714 eleitores registados.

Trata-se das primeiras eleições para a Câmara do Comércio na faixa de Gaza, desde a fundação deste organismo em 1954.

Palestinos

Um povo disperso

Três quartos da população palestina vive hoje no exílio ou em campos pretensamente provisórios nos territórios ocupados. Uma facto que diz da tragédia imposta ao povo palestino, e que importa particularmente lembrar num momento em que ela justamente se afirma como incontornável (apesar de serem bem diversos os objectos e perspectivas dos interlocutores na Conferência de Paz para o Médio Oriente).

Actualmente, são 724 mil os árabes palestinos que vivem em Israel: são os que decidiram ficar (e os seus descendentes) na parte da Palestina que veio a constituir o Estado judeu, segundo o plano de partilha da Palestina de 1947. Considerados como cidadãos de Israel, na prática o seu estatuto é de cidadãos de segunda.

Quase 2 milhões de Palestinos vivem nos territórios ocupados da Cisjordânia e Gaza. A esmagadora maioria dos habitantes de Gaza - cerca de 750 mil - são refugiados de outras regiões da Palestina, e que aí se refugiaram na sequência das guerras de 1948 ou de 1967. Amontoados em campos, numa estreita faixa de território profusamente povoada de colonos, vivem na mais precária das situações. Na Cisjordânia, a situação é diferente. Há muitos campos de refugiados (cada cidade tem o seu), mas uma boa parte da população (cerca de 1200 mil pessoas) vive em aldeias e vilas que habita desde tempos imemoriais.

É, por exemplo, o caso de Jerusalém, de que a parte velha da cidade foi sempre maioritariamente árabe, com um pequeno bairro judeu. Si-

tução que o governo de Telaviv se empenha agora em inverter.

Mas a maioria dos palestinos vive fora das fronteiras da Palestina. A mais numerosa comunidade - 1500 mil - vive na Jordânia, constituindo cerca de dois terços da população jordana.

Segue-se a comunidade palestina no Líbano: 600 mil pessoas distribuídas em campos de refugiados, nos subúrbios das grandes cidades (Beirute, Saida, Tyr e Tripoli). Depois vem a comunidade palestina na Síria (300 000).

Antes da guerra do Golfo, viviam no Kuwait cerca de 400 000 palestinos, vítimas, depois, de perseguições e expulsões, e que em grande parte se dirigiram para a Jordânia. Também na Arábia Saudita (onde a comunidade era de cerca de 200 000 palestinos) o quadro se alterou depois da guerra.

Comunidades importantes existem por todo o res-

tante mundo árabe (Yemen, Egipto, Iraque e países do Maghreb), mas também nos Estados Unidos (100 000), no Canadá e na América Latina.

No total, calcula-se em 4 milhões os palestinos dispersos pelo mundo.

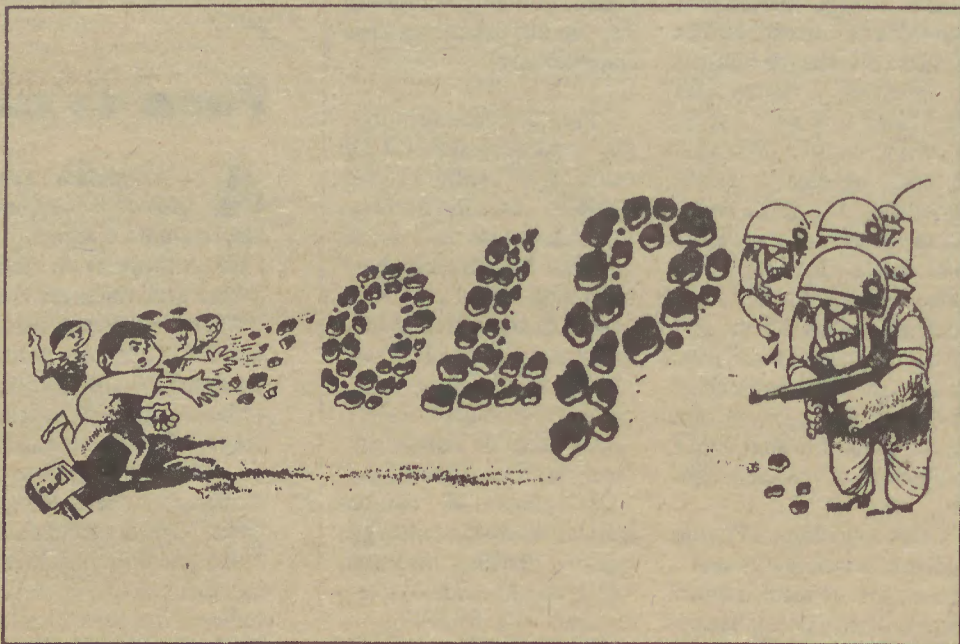
Para muitos destes exilados, nomeadamente os que vivem em campos de refugiados nos países árabes vizinhos, a única esperança de ter uma pátria ou muito simplesmente uma identidade, está na criação - finalmente - de um Estado palestino.

Apelo de Tunes

A Conferência internacional para a «defesa dos direitos do povo palestino» lançou, no final de três dias de reunião em Tunes, um apelo a favor de uma protecção internacional dos palestinos nos territórios ocupados.

A Conferência decidiu igualmente pressionar a comunidade internacional para ajudar os palestinos a recuperarem os seus direitos.

No seu «Apelo de Tunes», lido por Hilarion Capucci, antigo



Médio Oriente em notícias

Guerra e lucros

O Congresso norte-americano foi informado de que se todos os aliados pagarem as contribuições prometidas, os Estados Unidos sairão com um lucro de quase 800 milhões de dólares da Guerra do Golfo.

O cálculo foi efectuado pelo Departamento de Contabilidade Geral, organismo que fiscaliza as despesas do governo, e enviado ao congressista republicano Les Aspin, encarregado da Comissão das Forças Armadas na Câmara dos Representantes.

«Os compromissos estrangeiros de contribuições monetárias para ajudar os custos dos Estados Unidos na operação totalizam 48,3 mil milhões, ou quase 800 milhões de dólares mais do que os custos calculados, partindo o princípio de que cada nação cumpre a sua promessa», refere o relatório enviado ao Congresso.

O Pentágono calculou em 31 de Outubro que a Arábia Saudita deve ainda 2,4 milhões de dólares dos 16,8 mil milhões que prometeu, indicando que as discussões para a liquidação total da dívida prosseguem.

O Kuwait, por seu lado, também ainda deve 2,1 milhões de dólares dos 16 milhões que se obrigou a pagar. O Emirato já anunciou que irá liquidar toda a sua dívida antes do final do ano.

O Japão, a Alemanha, a Coreia do Sul e outros países devem também pequenas quantias.

Resíduos radioactivos e químicos

A força multinacional que combateu na guerra do Golfo Pérsico deixou abandonadas várias dezenas de toneladas de resíduos químicos e radioactivos no Kuwait e Sul do Iraque, revela o jornal britânico «The Independent on Sunday».

Citando um relatório secreto da Comissão britânica de energia atómica, aquele semanário diz que a força multinacional deixou no Golfo Pérsico, pelo menos, quarenta toneladas de urânio empobrecido contido nas dezenas de mi-

lhares de munições disparadas contra as tropas iraquianas.

A notícia adverte que esse material radioactivo representa um «gravíssimo perigo» para o meio ambiente e a saúde dos habitantes da área, já que poderá poluir a água e os alimentos.

O «Independent on Sunday» adianta que o governo britânico, em parte responsável pelas operações de limpeza no Kuwait, ainda não tomou qualquer medida apesar de aquele relatório ter sido preparado em Abril.

A região do Golfo Pérsico sofreu durante a guerra um sério desgaste ecológico em consequência dos incêndios dos poços de petróleo kuwaitianos, da grande quantidade de material bélico disparado no conflito e ainda do derrame de milhares de toneladas de crude no mar.

Comunistas palestinos

O Partido Comunista Palestino decidiu no seu segundo Congresso, realizado recentemente nos territórios ocupados, mudar o seu nome para Partido Popular Palestino (PPP), informou um diário de Jerusalém Oriental.

O comunicado final do congresso, publicado no quotidiano «Al-Taliya», refere que o PPP pretende edificar o socialismo adaptado à realidade actual palestina.

O programa político do novo partido destaca como tarefa principal garantir ao povo palestino o direito à autodeterminação, incluindo a criação de um Estado independente.

O documento sublinha a necessidade de iniciar reformas democráticas amplas no âmbito da Organização de Libertação da Palestina (OLP) e realça a importância da unidade árabe.

O Partido Popular Palestino excluiu dos seus estatutos o princípio do centralismo democrático, substituindo-o pela tese de uma ampla actividade democrática dentro das estruturas partidárias.

O PPP declara-se também um partido aberto a todos os grupos nacionais democráticos do povo palestino.

arcebispo grego-católico de Jerusalém, a Conferência dirige-se igualmente aos participantes na Conferência de Paz para o Médio Oriente, exigindo o termo imediato da colonização dos territórios ocupados por Israel.

«Em nome da consciência universal e dos princípios da justiça», a Conferência apela a todas «as forças democráticas defensoras da paz, a todos os defensores dos direitos do homem, bem como a opinião internacional para trabalharem a fim de libertar todos os territórios ocupados, entre os quais Jerusalém, e permitir ao povo palestino recuperar os seus direitos inalienáveis garantidos pela legalidade internacional».

Na tentativa de ver o povo palestino usufruir de todos os seus direitos, e importante assegurar-lhe «desde já uma protecção internacional nos territórios ocupados e de exigir o fim imediato da colonização», acrescenta a declaração.

Em resoluções anexas, a Conferência apela ao «favorecimento» do diálogo através de encontros entre palestinos e israelitas, e a mobilização das organizações não-governamentais e associações humanitárias na Europa e Estados Unidos, em torno de temas relativos ao «drama do povo palestino».

Apela ainda à Assembleia Geral da ONU para usar as suas prerrogativas para que sejam aplicadas integralmente as suas múltiplas decisões sobre a questão palestina.

Os participantes decidiram ainda organizar em Maio do próximo ano um encontro na Europa, centrado sobre a situação das crianças palestinas, com vista a uma vasta campanha de mobilização a favor dos palestinos.

Organizada pelas ligas dos direitos do homem da Tunísia, Argel e Marrocos, a Conferência foi aberta na presença do dirigente da OLP, Yasser Arafat.

O Conselho Português para a Paz e Cooperação esteve representado nos trabalhos por João Corredor da Fonseca.

INTERNACIONAL

ÁFRICA DO SUL

O apartheid continua a matar

Dezenas de mineiros (os números são variáveis) morreram em cerca de 8 dias, nas minas da África do Sul, em confrontos desencadeados por elementos que se opunham à greve geral de dois dias, considerada a maior de sempre na história do país, e que contou com a participação de mais de três milhões de trabalhadores.

tencionassem comparecer nos seus postos de trabalho nos dias da greve geral. Os resultados estão à vista.

Também o Partido Inkatha tomou clara posição contra a mobilização dos trabalhadores, ao exortar os operadores de táxi-carrinhas para assegurarem o transporte dos que quisessem furar a greve.

No centro desta grande

A posição assumida pelo presidente sul-africano, Frederik De Klerk, na sequência da greve, ao exortar os empresários do seu país a resistirem «à intimidação» dos sindicalistas, afirmando que «se o comércio organizado e a indústria não se mantiverem firmes, terão de pagar, junto com o país, um alto preço» — é uma claríssima posição de classe. Na prática pretende-se garantir lucros e capaci-

dade concorrencial à custa da grande massa dos trabalhadores, a maioria negra, e manter assim as bases — socioeconómicas — do apartheid.

Entretanto, a central sindical COSATU já afirmou ir boicotar com novas medidas o novo imposto sobre valor acrescentado, que se pretende impor sem tão-pouco consultar os maiores atingidos — os trabalhadores e a população negra.



Um facto que testemunha que — de diferentes formas — o apartheid continua a matar.

Em crítica a diversos incidentes ocorridos durante a greve, o ANC acusou a polícia de parcialidade, ao distribuir panfletos garantindo a segurança de quantos quisessem furar a paralisação.

Os panfletos, distribuídos por helicópteros em cidades negras, sublinhavam que a polícia «é ainda o vosso amigo imparcial» e que tomaria «medidas especiais de precaução» para os que

jornada de luta, convocada pelo COSATU, a NACTU e 12 sindicatos independentes, a sobrecarga fiscal dos produtos alimentares de primeira necessidade, serviços sanitários, medicamentos e abastecimento de água e electricidade, que o governo recusou isentar de impostos, como é entretanto reivindicado pelos sindicatos e pelo ANC.

Em causa, no fundo, a dimensão social do apartheid, que tenderá a manter-se, sob outras formas, apesar de todas as medidas políticas para o seu desmantelamento.

Sanções económicas

Membros da Associação para a Acção Anti-Apartheid (AWEPA) do Parlamento Europeu apelaram à manutenção das sanções contra Pretória, no final de uma visita de quatro dias à África do Sul.

Num comunicado divulgado em Joanesburgo, a Associação considera que as reformas efectuadas não foram tão rápidas nem tão profundas quanto seria desejável.

«A herança do apartheid continua perceptível no domínio social», indicou a AWEPA, deplorando as lacunas sentidas pela maioria dos sul-africanos, em sectores como os da saúde, educação, formação e emprego.

Os eurodeputados congratularam-se pela oposição manifestada pelo Parlamento Dinamarquês a uma iniciativa dos ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE, em Abril último, no sentido do levantamento das sanções impostas ao comércio e ao investimento na África do Sul.

Pelo menos 38 companhias estrangeiras, nomeadamente os grupos alemão Hoechst e suíço Oerlikon, violaram o embargo do fornecimento de armas à África do Sul decidido pela ONU, revelou o semanário sul-africano «Weekly Mail».

A venda de armas e produtos químicos destinados a armamento foi feita durante anos por 38 companhias de 12 países — Estados Unidos, Japão, Grã-Bretanha, Suíça, Itália, Alemanha, Áustria, França, Holanda, Austrália, Espanha e Brasil.

O jornal diz que tem documentos do governo que provam que o Boeing 747 da Companhia Aérea Sul-Africana South Africa Airways, que em 1987 se despenhou na Ilha Maurícia, transportava, como habitualmente, produtos químicos explosivos para a Companhia Nacional de Armamentos ARMSCOR.

Durante os anos 80, a ARMSCOR exportou grande quantidade de armas e de equipamentos militares para a Europa, América do Sul e países africanos.

A ARMSCOR, uma das 10 exportadoras de armas mais importantes do mundo, recusa fornecer qualquer informação sobre importações ou exportações de armas.

ANGOLA

PCP saúda povo angolano pelo 16.º aniversário da República

Por ocasião do 16º aniversário da fundação da República Popular de Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho a mensagem que transcrevemos.

Caros Camaradas

Na passagem do 16º aniversário da Fundação da República Popular de Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o Comité Central do MPLA-PT e povo angolano que, ao longo de mais de uma década e meia, soube defender com valentia a integridade territorial do país e a independência nacional, e dar um valioso contributo para a luta libertadora dos povos da África Austral.

Atento há evolução da situação política na vossa pátria, o PCP expressa a sua solidariedade ao MPLA-PT face às novas tarefas, e faz votos que obtenha os maiores êxitos em prol dos objectivos de defesa da paz, da democracia e do congresso social.

Lutando em Portugal por uma democracia avançada no limiar do século XXI, o PCP considera da maior importância o desenvolvimento de relações de solidariedade entre as forças progressistas de todo o mundo. O PCP continuará a agir pelo desenvolvimento das tradicionais relações de amizade e solidariedade entre os nossos dois partidos, contribuição valiosa para o desenvolvimento das relações entre os nossos dois povos e países no interesse da causa da cooperação e da paz entre os povos.

Greve geral

Mais de um milhão de trabalhadores gregos aderiram a greve geral de 24 horas decretada pelos sindicatos maioritários em sinal de protesto contra as medidas de austeridade impostas pelo governo conservador.

A paralisação foi decretada pela Confederação dos Trabalhadores da Grécia (GSEE), dominada pelos socialistas, que agrupa 1,3 milhões de trabalhadores, e pelo sindicato da função pública que conta com 450 mil membros.

Os grevistas protestam contra as tentativas governamentais de privatização ou encerramento de várias empresas estatais, em situação económica difícil, transferência de trabalhadores do sector público para postos mais produtivos e o aumento da idade mínima de reforma em vários cargos.

Os trabalhadores exigem também aumentos de salários e melhores condições de trabalho.

ONU

Mais de cem funcionários da ONU encontram-se detidos sem julgamento, revelaram os seus camaradas em Nova Iorque que observaram um dia de solidariedade para chamar a atenção para este problema.

A maioria dos detidos, cerca de 45, é de nacionalidade árabe e trabalha para a agência de assistência das Nações Unidas junto dos palestinianos. Este elemento encontram-se detidos por Israel nos territórios ocupados.

A Síria detém igualmente 18 funcionários da ONU.

Suíça

O índice de consumo na Suíça desceu em Outubro ao seu nível mais baixo desde 1972, quando foi estabelecido pela primeira vez, informou o Departamento Federal para a Conjuntura Económica.

O índice correspondente a Outubro foi de -46, mais cinco pontos negativos que o pior resultado anterior, durante a crise petrolífera de 1976 (-41).

Contra a NATO

Quarenta por cento dos checos e 60 por cento dos eslovacos opõem-se à associação do seu país à NATO, segundo uma sondagem realizada em Outubro e divulgada pela agência «CSTK», nas vésperas da cimeira da NATO em Roma.

Apenas 37 por cento dos checos e 21 por cento dos eslovacos é à favor da associação à NATO, segundo a sondagem efectuada entre 1408 pessoas pelo Instituto de Investigação da Opinião Pública (oficial).

Polónia

Cinquenta e três por cento dos polacos quer alterar o programa de reformas económicas radicais do vice-primeiro-ministro Leszek Balcerowicz, indica uma sondagem divulgada na imprensa polaca.

Apenas cinco por cento dos polacos é favorável a continuação das reformas em curso, revela a mesma sondagem, realizada em Outubro pelo instituto governamental CBOS.

A política económica de Balcerowicz, desenvolvida de acordo com as orientações do Fundo Monetário Internacional, permitiu o controlo da hiperinflação (100 por cento em 1989). Mas provocou uma grave recessão e o aumento do desemprego (10 por cento da população activa).

Segundo a sondagem do CBOS, 22 por cento defende «um programa económico inteiramente novo», 31 por cento quer «um programa novo que integre os elementos positivos do actual», 28 por cento aceita a «continuação do programa Balcerowicz, mas com alterações significativas» e 14 por cento «não tem opinião».

Venezuela

Dezenas de pessoas foram feridas e outras 100 detidas nos confrontos ocorridos entre manifestantes e policiais em zonas industriais da Venezuela no âmbito de protestos contra a polícia económica do Governo.

Em Caracas, capital da Venezuela, os trabalhadores cumpriram uma greve geral de 12 horas.

Os maiores incidentes verificaram-se na cidade de Guayana, no estado de Bolívar, 700 quilómetros a sul de Caracas, localidade onde se encontram as indústrias básicas de ferro e aço que empregam cerca de 60 mil operários.

Nas zonas industriais de Caracas, onde trabalham cerca de 700 mil trabalhadores, a greve geral de 12 horas teve adesão total e não provocou distúrbios.

Os sindicatos exigem aumentos salariais para compensar o aumento do custo de vida que em 1991 atingiu os 30 por cento.

Caso não sejam satisfeitas as suas reivindicações, as centrais sindicais convocarão outra paralisação.

Universidade de Coimbra



Pormenor do clássico largo onde confluem a Reitoria e a Faculdade de Direito. Parece estar tudo à espera: os carros, as pessoas, até a estátua tutelar de D. João III

A Universidade de Coimbra está em alvoroço. Não propriamente como nos idos de 60, quando os protestos académicos abalaram o Estado fascista enquanto faziam escorregar a GNR pela escadaria monumental, mas mesmo assim em alvoroço. Desta vez a velha Academia não ajusta contas com o regime: limita-se a exigir que o regime ajuste as contas com ela, que é como quem diz, que o Governo pague o que lhe deve.

A situação atinge todas as Universidades públicas do País e apresenta-se com a seguinte linearidade: o Ministério da Educação não disponibilizou atempadamente as verbas necessárias - e previstas no Orçamento - para o funcionamento do Ensino Superior oficial, pelo que a generalidade destas instituições se encontra, presentemente, à beira da ruptura financeira.

Em Coimbra, as Faculdades de Direito e de Medicina recusaram já abrir as portas, enquanto as restantes enfrentam a contingência de as fechar pois, neste momento, nem o pagamento de

salários está garantido. «Diga-se tudo: não há verba (sequer) para papel higiénico», como causticamente denunciou há dias a Faculdade de Direito, em conferência de Imprensa. Segundo os cálculos da Universidade de Coimbra (elaborados na base das contas governamentais), o Ministério da Educação deve-lhe qualquer coisa como um milhão e 600 000 contos. Posto isto fomos lá, para concluirmos que toda a gente, de professores a alunos, converge num ponto: sem verbas a Universidade não pode funcionar. Uma parte dela já se recusa a fazê-lo; a outra não tem dúvidas que, a arrastar-se a situação, terá também de fechar as portas.



Os alunos já chegaram à Universidade de Coimbra para cumprir o novo ano lectivo — o Governo é que ainda não chegou com as verbas necessárias para isso

O Governo não é estúpido...

A não entrega de verbas ao Ensino Superior configura, aparentemente, uma estupidez que raia o absurdo, dado que não passa pela cabeça de ninguém - nem pela deste Governo, que tão aplicadamente tem procurado liquidar o ensino público a favor do privado - extinguir, por inanição, as Universidades estatais que, por acaso, até vêm do tempo de D. Dinis.

Este Governo pode ser muita coisa menos estúpido, seja no incandescente bosquejar das políticas sectoriais seja, como no caso vertente, pela concretização

seráfico-militante de uma política de Educação conduzida pelo ministro Roberto Carneiro que, à demagogia cavaquista, acrescentou o unguido projecto de conduzir o Ensino em Portugal para um sistema de lucros privados com públicas virtudes. E a fachada destas últimas, no aqodamento eleitoral que exigia obras que se vissem (nomeadamente no desfalcadíssimo parque de instalações do Preparatório e Secundário), custou milhões à pressa, que haviam de faltar em algum lado. Nas Universidades, por exemplo...

Crise aberta, Faculdades fechadas

■ Henrique Custódio

por si agravou antigos descontentamentos pois, mesmo na base de sumárias contas, eram dinheiros manifestamente insuficientes - ao ponto de, por exemplo e segundo o Professor Orlando de Carvalho, a Faculdade de Direito de Coimbra haver encarado, já na altura, a hipótese (este ano concretizada) de recusar abrir as portas.

Só que nem essas verbas o Governo disponibilizou, mesmo depois de instado a fazê-lo no início deste ano

pela preocupada insistência das Universidades - e concretamente a de Coimbra, através de moção aprovada em Março/Abril pelo seu órgão representativo, o Senado. A partir disto, a generalidade do Ensino Superior passou a viver a crédito, mergulhando numa espiral de défices que, no momento actual, já põe em causa os próprios vencimentos dos professores e restantes trabalhadores.

A Universidade de Coimbra é um caso paradigmático. Com o mérito de o

ter assumido numa frontalidade que (importa dizê-lo) no-la reapresenta empenhada em todas as suas tradições - incluindo a da luta.

«Morituri te salutant!»

O Senado é um órgão representativo onde têm assento professores, alunos e funcionários da Universidade de Coimbra que, por seu lado, integra todas as Faculdades a funcionar na histórica cidade

de Mondego. Foi este importante órgão universitário que, no passado dia 15 de Outubro, deliberou, por unanimidade, reclamar do Governo a urgente disponibilização das verbas necessárias para o funcionamento da Universidade (o que deveria ter sido feito no início deste ano), especificando que «o reforço orçamental deve envolver a garantia de afectação do montante destinado à Universidade de Coimbra e abranger a urgente contratação de novos docentes e a

cobertura de despesas instantes de funcionamento» e advertindo que «o Senado da Universidade de Coimbra considera que, se assim não for feito, terá de reconhecer-se a inviabilidade do prosseguimento das actividades académicas».

Por essa inviabilidade se decidiram logo de seguida as Faculdades de Direito e de Medicina, com a primeira a anunciá-lo nos seguintes termos, em conferência de Imprensa convocada no passado dia 7 de Novembro:

«Como não somos masoquistas nem os alunos o são, em face da pergunta feita aos Conselhos Directivos pelo Magnífico Reitor, resolvemos por unanimidade não abrir as aulas. Foi a deliberação votada pelo Conselho Directivo em 8 de Outubro e que, não havendo razões para a alterar, se manteve unanimemente em 29 de Outubro».

Mas a Faculdade de Direito não se fica por aqui. Enquanto se afirma pronta a

iniciar o ano lectivo logo que a situação seja desbloqueada, avisa entretanto: «Não basta, porém, advertir-se, que se garanta o pagamento do pessoal. Sem despesas mínimas de funcionamento e de contratação não haverá abertura. Ninguém pense de soner-se com a demagogia dos estômagos - ou a tranquilização dos sindicatos». E mais adiante: «Temos muito respeito pelas famílias, pelos alunos, pelo país e - naturalmente - pelos legítimos go-

vernos. Mas não colaboramos na mistificação da opinião pública. O ensino superior está assim - está assim a Universidade de Coimbra, que se saudou oficialmente pelo 7.º Centenário. A continuar assim, não são precisas vozes como as que em várias crises quiseram extingui-la. Historicamente irresponsáveis, mas, pelo menos, transparentes. E, já agora, Senhor Ministro da Educação, não nos obrigue ao grito trágico dos coliseus: Morituri te salutant!».

Os problemas na primeira pessoa

Na nossa deslocação a Coimbra avistámo-nos, sucessivamente, com o Reitor da Universidade, Professor Rui Alarcão, os presidentes dos Conselhos Directivos das Faculdades de Direito e de Ciências e Tecnologia, respectivamente os professores Orlando de Carvalho e José Dias Urbano e, ainda, com o presidente da Associação Académica de Coimbra, Fernando Guerra. Procurámos, assim, obter um leque alargado de opiniões sobre a crise de funcionamento que afecta a instituição, ouvindo o seu responsável máximo, tal como os presidentes de Faculdades que, até agora, divergiram na decisão de abrir o ano lectivo (Direito e Medicina recusaram liminarmente fazê-lo enquanto outras, como a de Ciência e Tecnologia, optaram por funcionar enquanto puderem) e, naturalmente, o representante dos alunos.

O Reitor da Universidade, Professor Rui Alarcão, embora pressionado pelo tempo, recebeu-nos no seu gabinete onde começou por referir as exigências postas recentemente ao Ministério da Educação pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), nomeadamente no sentido de que se garanta «o pagamento atempado dos vencimentos de Novembro e do subsídio de Natal», que se ultrapasse «em tempo útil (no máximo até fins de Novembro) a situação de ruptura nas rubricas de funcionamento, assegurando um mínimo de equilíbrio na estrutura orçamental das Universidades» e que se garanta igualmente «o pagamento atempado dos salários de Dezembro (verbas a requisitar em incios de Dezembro)», advertindo que «a manter-se a actual situação para além dos prazos críticos apontados, não poderá deixar de levar o CRUP a reconhecer a inviabilidade

do prosseguimento das actividades académicas».

«Convém salientar disse-nos o Reitor Rui Alarcão - que a Universidade de

Coimbra quer saber qual é o montante que o Ministério lhe pretende atribuir, sendo que a Universidade fixou o seu défice em cerca de um milhão e 600 000 contos; é igualmente importante reter que consideramos necessárias verbas não apenas para o pagamento de pessoal, mas também para o funcionamento da Universidade - e na questão do pessoal apontamos ainda a indispensabilidade de verbas para a contratação de novos docentes».

Após nos referir que está prevista para esta semana uma reunião da Comissão Executiva do CRUP (de que Coimbra faz parte) com o Ministério da Educação, no sentido de se obter um urgente desbloqueamento de verbas, o Reitor resumiu a situação da sua Universidade recordando que «há duas Faculdades que não entraram em funcionamento e, a man-

ter-se esta situação, outras lhes seguirão o exemplo, quer por força da deliberação unânime do Senado, quer pela força das circunstâncias».

A Faculdade de Direito é uma das duas que recusaram abrir as portas. O presidente do seu Conselho Directivo, Professor Orlando de Carvalho, recebeu-nos igualmente no seu gabinete, onde nos resumiu o processo que conduziu à decisão da sua Faculdade: «Na reunião do Senado do dia 8 de Outubro, foi perguntado pelo Reitor se as Faculdades consideravam ter condições para abrir e funcionar; a nossa decisão por unanimidade que não, em deliberação nesse mesmo dia votada pelo Conselho Directivo (onde têm assento quatro representantes dos professores, quatro dos alunos e quatro dos funcionários) e que se manteve,

sempre unanimemente, em 29 de Outubro, dado não haver razões para a alterar».

Pormenorizando as dificuldades em que se encontra a Faculdade - que não dispõe de dinheiro para coisas elementares como papel... até higiénico, e vê ameaçadas outras tão sérias como o funcionamento da sua biblioteca, tida até há pouco como a 6.ª especializada do mundo - o Professor Orlando de Carvalho advertiu para o facto de se estar «a eludir as questões quando se promete, como há dias o fez o Secretário de Estado do Ministério, o pagamento de todos os vencimentos», pois «não basta que se garanta o pagamento do pessoal, é igualmente indispensável acudir às despesas mínimas de funcionamento e à urgência de novas contratações de docentes», sem o que «não tenham dúvidas que a Faculdade de Direito de Coimbra não iniciará o ano

O protesto alastra a Lisboa

As Universidades públicas de Lisboa também já manifestaram a sua apreensão perante a situação de rotura financeira em que igualmente se encontram, afirmando no final da semana passada, pela voz de Simões Lopes, Reitor da Universidade Técnica, que «se a situação actual que se verifica nas Universidades públicas de Lisboa não for resolvida em tempo útil, teremos, contra a nossa vontade e gosto, de suspender as aulas».

A afirmação foi proferida durante uma conferência de imprensa convocada na passada sexta-feira pelos Reitores da Universidade de Lisboa (Meira Soares), da Universidade Técnica (Simões Lopes) e da Universidade Nova (Pinto Soares), que sublinharam os problemas que enfrentam: continua desvalorização do orçamento para despesas de funcionamento, dotações orçamentais manifestamente insuficientes para prover os encargos normais com o pessoal, anacrónico sistema de cativações e desactiva-

ções do Plano Integrado de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), bloqueamento das requisições de fundos do PIDDAC para longos períodos, reposição anual dos saldos, grandes atrasos na reprogramação de verbas através de orçamentos suplementares e ainda o congelamento de admissão de pessoal não vinculado, o que produz efeitos extremamente negativos na qualidade do ensino universitário. No final de contas, problemas semelhantes aos que enfrentam Coimbra e as restantes universidades públicas nacionais.

Outra questão levantada pelos reitores das Universidades de Lisboa - e também relacionada com a falta de verbas, ou melhor, também ela decorrente - é a da qualidade do ensino e da investigação, exigência que só se conseguirá concretizar através dos necessários meios humanos e materiais, indispensáveis à urgente modernização das estruturas.

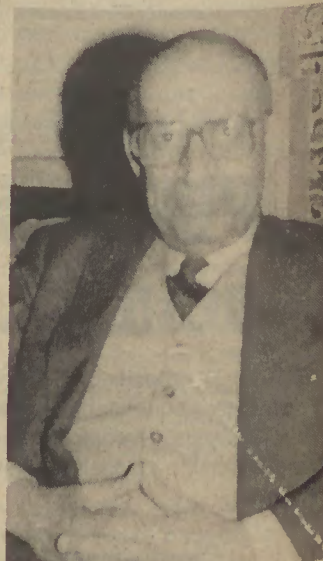
lectivo». E, repetindo o que já havia dito na conferência de Imprensa em que a Faculdade de Direito de Coimbra anunciou a sua recusa em abrir as aulas, o Professor Orlando de Carvalho recusou o embarque em demagogias que, respondendo à urgência extrema do pagamento dos salários, deixe as Faculdades atoladas nas carências de funcionamento de sempre.

Entretanto houve Faculdades da Universidade de Coimbra que, apesar das evidentes dificuldades, optaram por abrir o ano lectivo. É o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia, a mais numerosa da Universidade, cerca de 7000 alunos, num total de 17000, segundo nos informou o presidente do seu Conselho Directivo, Professor José Dias Urbano, que explicou esta decisão por ser «nossa posição de princípio dar aulas enquanto houver possibilidades disso, seja por

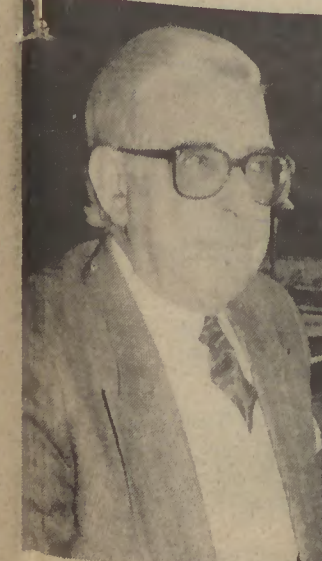
um dia ou mesmo por uma hora», afirmando que «estamos à espera do reforço de verbas e de autorização para contratarmos mais 44 docentes (20 de imediato)». E acrescentou: «Há um erro de metodologia por parte do Ministério na afectação das verbas, ou melhor, dois erros: o primeiro, por definir critérios de afectação das verbas e, depois, não os seguir, o que faz com que haja Universidades muito melhor servidas que outras; o segundo, por não ter entregue o dinheiro à Universidade todo de uma vez». Entretanto «espero bastante deste novo ministro, é um bom gestor, espero que corrija estas duas anomalias». E a terminar: «Não apoiamos nem combatemos partidos - nós, aqui, o que pedimos é o apoio de todos os partidos para o que estamos a fazer, e que constitui uma obra nacional».

Finalmente procurámos,

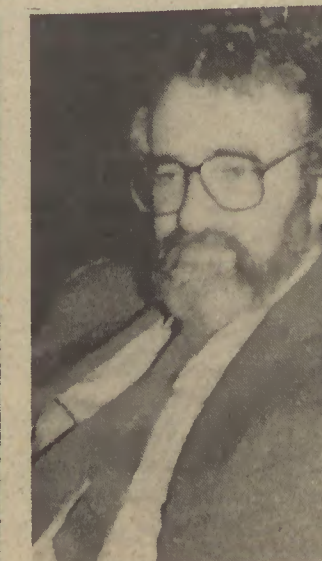
na Associação de Estudantes e já noite fechada, a opinião dos alunos através dos seus representantes. Fomos recebidos por alguns dirigentes da Associação Académica de Coimbra, que, informalmente, nos deram conta das preocupações dos estudantes perante esta crise financeira mas remetendo, contudo, a posição oficial para as palavras do presidente da AAC, Fernando Guerra, no momento ocupado com uma entrevista para a rádio. Quando pôde falar connosco - e ainda apressado pelos afazeres, a sua declaração foi breve e incisiva: «A nossa posição é clara», afirmou. «Temos vindo a exigir do Governo uma imediata resolução deste problema, que deve garantir o começo do ano lectivo em todas as Faculdades em condições dignas. E, é claro, estamos em consonância com as decisões do Senado nesta matéria orçamental».



RUI ALARCÃO: «Há duas Faculdades que não entraram em funcionamento e, a manter-se a situação, outras lhe seguirão o exemplo»



ORLANDO DE CARVALHO: «Sem acudir às despesas mínimas de funcionamento e à urgência de novas contratações de docentes, esta Faculdade não abrirá o ano lectivo»



JOSÉ DIAS URBANO: «Há dois erros de metodologia por parte do Ministério na afectação das verbas»



FERNANDO GUERRA: «A nossa posição (dos alunos) é clara: temos vindo a exigir do Governo uma imediata resolução deste problema»

Modos e propósitos de perversão da democracia

A reinstalação da maioria absoluta do PSD, reconduzida pelas eleições de 6 de Outubro, pôs em evidência crescentes modos, manifestações e propósitos de perversão da democracia no sentido de uma mexicanização do regime, isto é, a dominação do Estado e da vida política por um só partido.

A recomposição do Governo, a designação dos responsáveis laranja na Assembleia da República, o discurso de posse e a apresentação do Programa do novo Executivo, se não trouxeram surpresas nem grandes novidades, ilustraram, de forma ainda mais preocupante que anteriormente, uma concepção avassaladora da vida nacional por parte de Cavaco Silva e da restante liderança do PSD.

Em qualquer destes importantes actos institucionais o ponto de vista da opinião pública e as posições dos partidos da oposição, seja sobre o desempenho dos Ministros, Secretários de Estado ou responsáveis parlamentares, mesmo quando se revelaram particularmente desajeitados e incompetentes, seja sobre as políticas seguidas, mesmo quando se confirmaram como especialmente nocivo, não contaram minimamente nas opções adoptadas por Cavaco Silva. O poder do PSD funciona de costas para a oposição e faz gala das suas decisões arbitrárias.

Poderá dizer-se que não é tanto assim e que no discurso do Palácio da Ajuda Cavaco Silva reconheceu «o papel decisivo que em democracia cabe às forças de oposição». Mas que papel reservará o Primeiro-Ministro à oposição se logo a seguir lhe lança à cara, no mesmo discurso, que o Governo «emana da escolha livre e consciente de mais de cinquenta por cento dos votantes»? E esclarece, para que não sobre dúvidas, que «as propostas eleitorais que fizeram vencimento foram as nossas e não as dos partidos de oposição».

O elogio feito por Cavaco Silva aos abusos do poder cometidos pela maioria na anterior Assembleia, especialmente na obstrução e bloqueamento dos inquéritos parlamentares e no esmagamento de iniciativas fiscalizadoras das oposições a escândalos do Governo, confirmam a opção do Primeiro-Ministro pelo poder absoluto, remetendo a oposição para um mero papel decorativo.

No afã de retirar legitimidade a qualquer crítica, Cavaco Silva no discurso de apresentação do Programa do Governo, arremeteu mesmo com inusitada virulência contra analistas e comentadores políticos a quem apelidou de «insignificantes» cujas previsões foram desmentidas pelas urnas.

Com este caldo de cultura não admira que os TSDs manifestem a vontade de ver as direcções das empresas públicas homogeneamente cor laranja e que activistas do PSD não levem à paciência (e actuem em conformidade) que o seu partido que ganha as eleições para a Assembleia da República, não as ganhe para qualquer sindicato ou comissão de trabalhadores. Estas observações são apenas duas aflorações do espírito dominador do partido do Governo que o leva a avançar maciçamente na ocupação das posições de chefia e nas posições-chave da administração, das forças de segurança e das forças armadas.

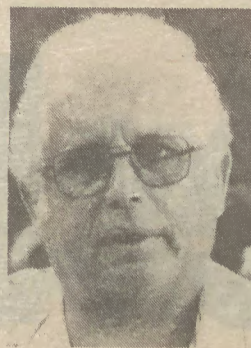
É típico das situações de mexicanização que as grandes decisões políticas e as designações para altos cargos do Estado sejam feitas não através de processos transparentes nas instâncias democráticas, mas através da luta surda entre lobbies, clãs e grupos de interesses do partido dominante.

Quem não vê esse processo reproduzido na presente recomposição do Governo, na proliferação de secretarias e subsecretarias de Estado e ainda mais no processo de escolha do Presidente da Assembleia da República e de outros responsáveis parlamentares designados pelo PSD?

Não se conhecem razões sérias que justifiquem as entradas de uns e as saídas de outros a não ser esses embates e conflitos intestinos do PSD e conhecem-se, porque se assumem, os rostos de alguns dos excluídos e preteridos.

Estas feridas não farão mossa por enquanto (só por enquanto) no corpo vasto da maioria, mas as actuações expeditas que as provocam marcam negativamente as instituições democráticas e fragilizam os altos cargos nelas envolvidos. Os lobbies estão-se nas tintas...

Não pode deixar de se atribuir significado político e simbólico ao facto de Cavaco Silva se apresentar com o maior governo constitucional de sempre precisamente quando entra em funções a mais pequena Assembleia da República desde o 25 de Abril. Saliente-se, além disso, que de governo para governo Cavaco Silva tem aumentado o elenco em dez unidades. Já alguém lembrou que Salazar dizia que não precisava do Parlamento porque tinha o Conselho de Ministros. Ressalvadas



CARLOS BRITO
Membro da Comissão Política

O novo assalto ao poder que o PSD tem em marcha só pode ser sustido pela resistência convergente de todas as forças democráticas na Assembleia da República, nas Autarquias, na Comunicação Social, nas movimentações populares, em todas as manifestações políticas.

as circunstâncias entre a ditadura e a democracia, estas considerações servem para pôr em evidência a extrema governamentalização para que o PSD conduz o regime e que é uma das manifestações mais características da mexicanização.

A proclamada modernização do Estado - em especial a revisão das leis eleitorais e da lei dos partidos políticos - a que Cavaco Silva dedicou especial atenção na apresentação do Programa do Governo, e que provavelmente já tinha privilegiado na própria composição do Executivo, deve ser vista, além de uma operação para desviar as atenções das dificuldades económicas e sociais, como uma nova escalada na hegemonização e dominação de todo o poder político por parte do PSD.

O que Cavaco Silva e o Programa do Governo preconizam é alterar numa parada: a lei eleitoral para a Assembleia da República com a criação do círculo nacional e a cisão dos maiores círculos eleitorais comprometendo seriamente o sistema de representação proporcional; a alteração da lei eleitoral para o Presidente da República permitindo o voto dos emigrantes o que conduziria à adulteração num sentido favorável à direita do colégio eleitoral do mais alto representante do Estado; e finalmente a alteração da lei eleitoral para as autarquias locais, designadamente para assegurar executivos maioritários através de operações de engenharia eleitoral, para limitar o número de mandatos dos Presidentes e Vereadores das Câmaras e para permitir o concurso de listas de cidadãos aos órgãos municipais.

Através deste verdadeiro golpe legislativo o que o PSD tem em vista é preparar as condições que permitam eternizar-se no governo, alargar o seu domínio à Presidência da República para realizar o velho sonho da direita de reunir sob o seu controlo os três órgãos do poder político e finalmente reganhar o seu perdido controlo sobre a maioria dos municípios.

Trata-se, sem qualquer reboço, de um novo assalto ao poder.

Mas o PSD não pode sozinho consumir a operação: a alteração aos círculos eleitorais para a Assembleia da República exige maioria de dois terços e o voto dos emigrantes e a alteração da lei eleitoral das autarquias implicam mesmo uma revisão da Constituição, que só pode ser feita por maioria de quatro quintos. Cavaco Silva não hesita e tenta aliciar o PS para a revisão antecipada da Constituição atraindo-lhe mais uma vez com as delícias da bipolarização.

O Primeiro-Ministro sabe o que faz: os avanços da mexicanização do regime, com a dominação, agora evidente, do poder e da vida política pelo PSD, tem sido essencial concretizada com a colaboração do PS, tanto nas alterações da Constituição e da legislação, como na prática política, sempre com o convencimento egoísta dos socialistas de que caminham para a bipolarização com o esmagamento dos partidos à sua esquerda, especialmente do PCP.

Os resultados das eleições de 6 de Outubro, com um fosso de mais de vinte pontos percentuais entre o PSD e o PS, põe em evidência o saldo dessa estratégia desastrosa seguida pelas últimas direcções socialistas.

É tempo de se compreender que a bipolarização é o caminho mais rápido para o triunfo dos propósitos mexicanizadores do PSD.

O novo assalto ao poder que o PSD tem em marcha só pode ser sustido pela resistência convergente de todas as forças democráticas na Assembleia da República, nas Autarquias, na Comunicação Social, nas movimentações populares, em todas as manifestações políticas.

O triunfo da mexicanização à maneira de Cavaco Silva não significaria apenas a consumação da transformação da maioria absoluta em poder absoluto que o PSD tem como objectivo desde a sua vitória em 1987. Significaria a clara perversão da democracia política, a negação do regime democrático conquistado com o 25 de Abril.



EM FOCO



Um Partido que é o que quer ser

1. O PCP é o partido que os seus militantes querem que seja. Um partido que à luta pela emancipação dos trabalhadores e pela democracia - da resistência antifascista, antes do 25 de Abril, ao combate contra a política da direita e pela democracia avançada, simultaneamente política, económica, social e cultural, dos dias de hoje - consagrou e consagra o máximo dos seus esforços.

Um partido de ideal comunista, que associa o patriotismo e o internacionalismo, que insere coerentemente a luta de hoje na luta pelo objectivo futuro, justo e nobre, da abolição da exploração do homem pelo homem, da criação de uma sociedade sem classes antagónicas inspirada por valores humanistas, da construção em Portugal de uma sociedade socialista.

Atento à realidade e não perdendo o pé nas dificuldades do presente, estudando os novos fenómenos e aprofundando o seu significado, o PCP procura situar nas novas condições a sua acção. Alterando e renovando o que exige inovação. Mas não renunciando - antes defendendo - o que da nossa herança surge, em termos de futuro, como essencial.

2. Não é possível escrever a História de Portugal ao longo do nosso século, compreender as transformações políticas, económicas, sociais e culturais ocorridas na sociedade portuguesa, ou simplesmente avaliar o significado e alcance de importantes direitos e outras conquistas dos trabalhadores, sem referência ao que foi e continua a ser a luta do PCP.

Onde radica essa capacidade de influência dos comunistas e o valor da intervenção do seu partido?

A natureza de classe do PCP, a correspondência dos seus objectivos e da sua luta com os interesses dos trabalhadores e do povo português, a ligação às massas, sem dúvida que desempenharam um papel fundamental. Mas determinantes, também, são as características orgânicas, os princípios de funcionamento e o estilo de trabalho do PCP, caracterizados por uma profunda democracia interna, uma única orientação geral e uma única direcção central. Estes princípios, aperfeiçoados tendo em conta as novas realidades e fases da luta, foram decisivos para a coesão interna do Partido.

Olhando prospectivamente para o futuro e para a intervenção do PCP nos próximos anos, que irá ter lugar em condições nacionais e internacionais desfavoráveis, a necessidade da unidade e da coesão interna do Partido não só não diminui como, pelo contrário, constitui um factor político ainda mais decisivo.

Unidade e coesão cujo reforço não só não dispensa, como pelo contrário pressupõe e exige a elevação da participação dos militantes, o aperfeiçoamento da vida democrática interna, do trabalho colectivo e da direcção colectiva aos vários níveis, o aprofundamento e o enriquecimento do debate político e de ideias no seio do Partido em correspondência com a diversidade e a complexidade das questões com que estamos hoje confrontados.

3. O PCP, como muitas vezes tem sido sublinhado, não é uma organização unitária, nem uma coligação de partidos ou projectos diversos com respectivas plataformas e chefes. É uma organização política, cuja natureza, programa,

princípios organizativos e ideologia, tal como foram sendo colectivamente definidos, demarcam com nitidez o campo dos que perfilham os seus objectivos e princípios fundamentais, e que integram a sua luta com direitos e deveres próprios.

Todos os membros do PCP têm, entre muitos outros direitos, o direito de expressarem livremente a sua opinião, de criticarem quem e o que quiserem, de contribuírem para a elaboração da linha do Partido.

A livre expressão das opiniões e o seu debate, a procura da inserção dos contributos individuais no trabalho, decisão e acção colectivas dos organismos e organizações do Partido, constitui um princípio e uma prática democrática fundamental do PCP.

Numa situação caracterizada por profundas transformações e mudanças na sociedade portuguesa e no mundo, com novos problemas, processos complexos e contraditórios, cursos imprevisíveis dos acontecimentos, a desenvolverem-se diariamente sob os nossos olhos, é natural e mesmo inevitável que haja dúvidas, opiniões diferentes e mesmo divergentes.

As diferenças de opinião no seio do Partido, inseridas no natural exame político e ideológico dos problemas, não só não constituem um elemento negativo, como representam um factor favorável ao aprofundamento das análises e à correcção das decisões que se revelem incorrectas.

Coisa diferente é transformar essas diferenças de opinião em base de plataformas, grupos e fracções em violação grosseira do funcionamento democrático do Partido comprometendo a própria possibilidade do trabalho colectivo.

No PCP, como se sabe, não é admitida a existência de fracções ou a prática de quaisquer actividades fraccionárias.

Importa recordar, a este respeito, que a questão de serem admitidas ou não tendências organizadas no seio do PCP foi ampla e abertamente discutida no nosso Partido antes e durante a preparação do último Congresso ordinário, o XII, que se realizou há cerca de três anos na cidade do Porto.

Finalizando um vasto debate preparatório em que puderam participar todos os membros do Partido e em que todos os pontos de vista e opiniões puderam ser naturalmente defendidos, o XII Congresso, através da aprovação dos Estatutos do PCP com 12 votos contra, apenas, e outras tantas abstenções, em 2090 delegados (1902 dos quais, recorde-se, tinham sido eleitos em 925 assembleias plenárias de militantes realizadas por todo o País), decidiu, expressamente, não admitir a formação de grupos ou tendências organizadas, à margem da estrutura ou do funcionamento orgânico e da disciplina do Partido e o desenvolvimento de actividades em torno de propostas ou plataformas políticas próprias.

No XIII Congresso (Extraordinário), realizado em Loures há cerca de um ano e meio, essas concepções foram novamente criticadas e rejeitadas.

É também por de mais evidente que um partido como o PCP, que assume na sociedade portuguesa a defesa consequente dos interesses dos trabalhadores e das massas populares e um papel transformador que mantém de pé o objectivo do socialismo, se acaso admitisse tendências organizadas no seu seio, nas condições em que tem que actuar e que são caracterizadas por uma enorme desproporção de forças, não só enfraqueceria extraordinariamente a sua capa-

cidade de intervenção política e social como abriria a porta a toda a espécie de clivagens, conflitos e divisões.

4. As actividades de natureza fraccionária, sendo embora situações marginais, constituem, desde há alguns anos, um dos problemas complexos com que o PCP tem vindo a ser confrontado por alguns dos seus membros.

Apesar da vontade colectiva manifestada, das decisões adoptadas pelos Congressos e das chamadas de atenção e críticas, esse tipo de actividades infelizmente não cessou, continuando a ser amplamente projectadas através dos principais órgãos de comunicação social, provocando incalculáveis prejuízos à luta do PCP e contribuindo para o denegrimiento sistemático da sua imagem junto de largos sectores da população portuguesa.

Do que se trata não é da pretensa «falta de espaço» para debater diferenças de opinião, críticas ou divergências, de militantes em relação às orientações aprovadas pelo Partido ou à actuação dos órgãos dirigentes eleitos, pois as opiniões, críticas ou divergências têm pleno cabimento e é útil que sejam apresentadas e debatidas dentro do próprio Partido.

Do que se trata, no que respeita às actividades fraccionárias, é de comportamentos e de procedimentos de alguns membros do Partido que não só são eticamente condenáveis, já que afrontam a prática de lealdade, fraternidade e frontalidade características no nosso grande colectivo partidário, como são objectivamente incompatíveis com essa sua qualidade. Porque desenvolvem de há muito actividades frontalmente violadoras dos Estatutos. Porque intervêm de forma organizada e conspirativa à margem da estrutura orgânica e da disciplina do Partido. Porque encabeçam publicamente o ataque às posições do Partido e aos seus órgãos dirigentes democraticamente eleitos, em simultâneo com a defesa de propostas e plataformas políticas próprias. E porque colaboram, objectivamente, nos ataques e campanhas dirigidas contra o PCP através de alguns dos principais órgãos de comunicação social.

No período que imediatamente antecedeu a última campanha eleitoral, estes comportamentos e procedimentos de alguns membros do Partido assumiram uma gravidade muito particular, tendo provocado sérios danos à intervenção eleitoral do PCP e da CDU e suscitado uma generalizada indignação em muitos milhares de membros do Partido, que empenhada e militantemente trabalharam para reforçar a influência e a implantação partidária.

Na reunião de 10 de Outubro passado, o Comité Central, indo ao encontro de um largo sentimento que se manifesta no Partido no sentido de resolver tal situação, pronunciou-se pela necessidade de fortalecer a vida democrática interna a par do exame dos comportamentos e de atitudes assumidas por membros do Partido envolvidos nessas actividades, designadamente no período pré-eleitoral.

Não confundindo os comportamentos de membros do Partido responsáveis pelo desenvolvimento de actividades fraccionárias com os militantes que tendo opiniões semelhantes as defendem, legitimamente, nos organismos e organizações a que pertencem. Diferenciando comportamentos e graus diversos de responsabilidade. A clarificação da situação, numa base de princípios, acabará por traduzir-se em melhores condições para o prosseguimento da luta do PCP.

Plenário da DORAA aprova propostas para os Açores

PCP dá resposta aos principais problemas da região

A Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP esteve recentemente reunida em plenário, realizado em Ponta Delgada, onde foram analisados os resultados eleitorais regionais, as eleições de 1992 para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e os principais problemas políticos, específicos da região.

Pela primeira vez, desde a instituição do Sistema Autónomo, o Orçamento e o Plano para o ano seguinte vão ser discutidos na Assembleia Legislativa Regional sem que o partido que sustenta o Governo tenha a maioria absoluta.

Tal facto não só não deve ser dramatizado mas deve antes ser registado como democraticamente saudável na medida em que pode dar eficácia ao debate e pode ter como resultado a introdução de equilíbrios positivos nos documentos em discussão.

Para o PCP/Açores, o debate das propostas de Orçamento e Plano, quer em Comissão, quer em Plenário, deve decorrer num ambiente

de diálogo político-institucional, envolvendo o Governo Regional, por forma a que seja viabilizado um Orçamento mais rigoroso e adequado e um Plano mais útil do que tem acontecido no passado recente.

O PCP/Açores entende que a Assembleia Legislativa Regional, agora mais des-governamentalizada, não pode nem deve abdicar de nenhuma das suas competências quanto a esta matéria, mas pode e deve exercer essas competências num quadro de intenso e construtivo diálogo político que permita a existência de um Orçamento e de um Plano minimamente adequados à situação política-institucional e

económica actualmente existentes.

Para que tal aconteça é exigível que o Governo Regional e o PSD tenham uma postura racional e aberta que se substitua ao irrealismo político absolutista que marcou os seus comportamentos nos debates orçamentais dos anos anteriores.

Para o PCP/Açores, que há longos anos combate a falta de rigor orçamental, as incorrecções formais do Plano e denuncia os erros de muitas opções e políticas nele contidas, é necessário que os documentos que forem aprovados reflectam uma nova preocupação em termos de rigor e correcção formal e sejam eco de um esforço nos

planos económico e social que vise o combate à situação de crise existente e a diminuição de injustiças e assimetrias gritantes.

Para o PCP/Açores, a preocupação pelo rigor na

para que o Plano passe a ter uma maior adequação às situações económicas e sociais actuais ter-se-iam que considerar soluções mais equilibradas, verdadeiras e úteis em vários sectores, nomeadamente a agricultura, as pescas, o ensino, a saúde, a habitação, a formação profissional, entre outros.

Sendo certo que o Governo não mudou, mas sendo também certo que a situação institucional de hoje propor-

o PSD não tem a maioria absoluta.

- Informar os restantes partidos parlamentares, o deputado independente e o Governo Regional acerca das posições definidas pelo PCP/Açores no que respeita aos Plano e Orçamento para 92.

- Solicitar encontros aos restantes partidos da oposição e ao deputado independente com vista a garantir uma convergência indis-



Vitória laranja augura dificuldades acrescidas

A reunião plenária da DORAA divulgou um comunicado sobre «os resultados eleitorais de 6 de Outubro» que publicamos de seguida.

É hoje ponto assente que a demagogia cavaquista esteve, entre outros factos, na base da revalidação da maioria absoluta do PSD, fenómeno que se estendeu mecanicamente aos Açores, ultrapassando, inclusive, as especificidades próprias da Região nos seus diferentes aspectos.

Tal revalidação teve ainda como suporte a utilização abusiva por parte do PSD do aparelho de Estado e a governamentalização de órgãos de comunicação social com a consequente manipulação do eleitorado.

No plano regional, foram «esquecidas», momentaneamente, algumas das práticas políticas mais prejudiciais para a Região durante os últimos cinco anos e que iniciaram bem o pendor centralista do Governo Cavaco Silva por um lado, mas igualmente a política desvertebrada do PSD/Açores.

Na sequência das eleições, é visível por parte do PSD a apetência devoradora por ainda mais poder — mostrando claramente a sua face absolutista — ao reiniciar a ofensiva contra o sistema eleitoral vigente, procurando perpetuar-se no poder e prosseguindo o encerramento de fábricas, os despedimentos, a suspensão de contratos de trabalho, a publicação dos decretos mais gravosos e contestados do pacote laboral.

Também na Região, a ambição do PS de se tornar uma espécie de «partido único» do campo democrático e enredado na armadilha da bipolarização, afastando-se assim da necessária convergência entre as forças que defendem a mudança e a alternativa democrática ao Governo de Cavaco

Silva, apenas resultou no reforço das posições do PSD e da sua maioria de votos.

O PS não só não ganhou votos no eleitorado que em 1987 votou no PSD, como ajudou a enfraquecer o campo democrático, particularmente a CDU, com o apelo persistente ao voto «útil» que, afinal se viria a revelar inútil para os objectivos das forças democráticas.

Este resultado eleitoral permite-nos augurar, também para a Região, nos anos próximos, dificuldades acrescidas pela manutenção da política centralista e da pouca vontade de encarar os problemas regionais com a importância que eles devem merecer ao nível do Governo da República.

No entender da DORAA do PCP, em consequência do anteriormente dito e do próprio PSD/A ter inicialmente esvaziado o conteúdo regional da campanha, não é legítimo este partido interpretar os resultados eleitorais regionais como um «sucesso» da política do Governo regional, ao ponto de considerar tais resultados eleitorais como sendo as «primárias» das eleições regionais para 1992.

A quebra eleitoral da CDU, mantendo-se embora como a terceira força política a nível nacional, estendeu-se igualmente à Região, até em consequência das influências exteriores da situação internacional, inscrevendo-se além disso, também, num quadro abstencionista de desmotivação do eleitorado perante campanhas eleitorais cada vez mais dominadas pelo «espectáculo» e, por consequência, cada vez mais não respondendo aos problemas vivos e concretos das pessoas.

construção do Orçamento exige:

- Um esforço para que a previsão das receitas corresponda às possibilidades reais, internas e externas.

- A inscrição de uma transferência global do Estado que não seja um mero desejo, mas que resulte da negociação serena mas firme com a Soberania Nacional.

- A adopção de critérios sérios para a classificação das despesas por forma a evitar, nomeadamente, que haja despesas correntes classificadas como de investimento.

Por outro lado a elaboração do Plano tem que ter em conta, nomeadamente:

- O abandono do condenável método de criar programas de enorme dimensão nos quais cabem acções de natureza muito diferente entre si, como forma de fugir à necessidade de serem propostas à ALR revisões do Plano. Com este método é impossível à entidade que aprova o Plano definir, em termos reais, as políticas sectoriais, uma vez que o Governo movimentava as dotações dos vários projectos por iniciativa e decisão próprias.

- Alteração do método usado que consagra a apresentação de linhas de acção e definição de objectivos para cada sector e programa recorrendo a textos demasiado genérico e não comprometedores de uma orientação clara.

- Por outro lado, ainda,

ção à Assembleia Legislativa Regional e realização de uma acção mais autónoma em relação ao Governo do que anteriormente, será de esperar e desejar que as políticas governamentais a realizar no próximo ano sejam nalguma medida reequilibradas nos seus aspectos menos adequados.

O PCP/Açores pensa ainda ser indispensável que o Decreto Orçamental consagre o princípio do Acréscimo Salarial para os trabalhadores da administração regional e local, correspondendo assim não só a uma justa reivindicação, mas à necessidade de serem criadas situações tendencialmente similares para todos os funcionários públicos independentemente de prestarem serviço na administração central ou nas administrações regional e local.

Tendo em conta o enquadramento e as orientações atrás definidas a DORAA do PCP resolve:

- Encarregar a Comissão Executiva Regional e o Secretariado de acompanhar todo este processo tendo como objectivo principal contribuir para que o Orçamento e o Plano para 92 correspondam à realidade actual contendo medidas económicas adequadas aos sérios problemas existentes, inclua uma perspectiva de reequilíbrio no plano social e corresponda às sínteses possíveis de realizar no novo quadro institucional no qual

pensável por forma a que as normas orientadoras dos debates em Comissão e em Plenário garantam plenamente a capacidade de intervenção e decisão da ALR. Procurar igualmente a convergência política indispensável a um adequado tratamento de todo o processo.

- Convocar, no âmbito da CDU, para 23 e 24 de Novembro, na Horta, uma reunião de quadros que possibilite uma análise aprofundada das propostas do Governo e a elaboração de propostas de alteração adequadas.

- Reexaminar em profundidade a situação no caso de vir a haver alterações sensíveis no enquadramento que hoje se pode definir.

Revisão do estatuto da Região Autónoma

O facto de ter terminado uma legislatura da Assembleia da República sem que, deliberadamente e por decisão do PSD-Nacional, fosse concluído o processo de aprovação da Proposta de Lei da Revisão do Estatuto apresentado pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores levanta o problema de se saber se a Região Autónoma desiste, pura e simplesmente, de rever o seu Estatuto ou se, ao contrário, reinicia o processo.

Convém lembrar que na Proposta de Lei anterior se procedia à adaptação do estatuto à Revisão Constitucio-

nal, se melhorava, embora parcialmente, a proporcionalidade do sistema eleitoral e se aprofundavam algumas questões no âmbito da autonomia financeira. Para o PCP/Açores é imperativo democrático realizar-se com a rapidez possível e no quadro da presente legislatura da ALR, que foi proponente da Proposta de Lei vetada pelo PSD, o processo de revisão do estatuto que contemple prioritariamente a adaptação à Revisão Constitucional e melhoria da proporcionalidade do sistema eleitoral.

O PCP/Açores não considera fundamental que as normas de relacionamento financeiro com o Estado tenham, nesta fase, consagração estatutária, considerando antes essencial que por via da negociação se encontrem as regras adequadas a esse relacionamento.

Assim, a DORAA do PCP disponibiliza-se para que, através de um urgente diálogo multipartidário e institucional, seja estudada a viabilidade de, em tempo útil, se proceder à revisão do Estatuto na vigência da 4ª Legislatura da Assembleia Legislativa Regional.

O PCP/Açores considera ainda urgente que sejam dados passos, nos termos constitucionais, para a elaboração de uma Lei quadro de adaptação do sistema fiscal às realidades regionais.

A crise da agro-pecuária

Conforme o PCP/Açores há muito previa, têm estado a acentuar-se de forma muito forte as dificuldades económicas regionais com especial destaque para a agro-pecuária.

Atendendo a que este sector da economia regional é de importância fundamental, no presente e no futuro, para o desenvolvimento da Região, tudo quanto nele se passa assume uma importância e uma repercussão muito grandes.

O agravamento da situação financeira de muitas explorações agro-pecuárias em função da inexistência de linhas de crédito com juro bonificado; o não crescimento de preço do leite na medida necessária; a descida do preço da carne e as dificuldades em encontrarem-se mercados de escoamento; são, de entre outras, situações extremamente graves que resultam, quer de políticas erradas (crédito agrícola insuficientemente bonificado), quer de falta de medidas susceptíveis de defender a agro-pecuária regional das consequências da adesão à CEE.

O PCP/Açores entende que o Governo Regional dos Açores, quer pelas orientações que tem imprimido, quer pelas omissões que tem protagonizado, assume nesta situação uma grande responsabilidade.

A concepção defendida pelo Governo Regional, segundo a qual a questão essencial é a redução do número de explorações e de produtores em favor da criação de explorações maiores, tem levado, sistematicamente, a que não sejam considerados com rea-

lismo os verdadeiros problemas concretos da lavoura e dos lavradores dos Açores.

O PCP/Açores pensa que devem ser tomadas medidas que permitam, simultaneamente, facilitar o saneamento financeiro de explorações em situação difícil e permitir o investimento com juros acessíveis a explorações que ainda não investiram dado o facto do juro estar demasiado caro.

O PCP/Açores pensa que os problemas dos custos de produção, dos transportes dos factores de produção, do custo e instalação da energia, da garantia dos mercados, são questões que têm que ter rápidos desenvolvimentos com apoio comunitário.

O PCP/Açores pensa ser urgente instalar na Região Autónoma um ambiente de diálogo entre os órgãos regionais e a lavoura por forma a serem encontradas soluções adequadas.

A DORAA do PCP sempre defendeu e praticou uma perspectiva de diálogo com a lavoura e procurará, de imediato, acentuar esses contactos como forma de poder introduzir os pontos de vista da lavoura no debate do Plano e Orçamento para 1992.

A desgovernamentalização da ALR

A DORAA do PCP analisou todo o processo desenvolvido desde Maio e que levou a uma positiva e efectiva desgovernamentalização do funcionamento da Assembleia Legislativa Regional.

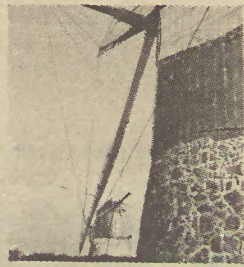
A alteração do Regimento, a acentuação do debate político, a recomposição das Comissões face à perda da maioria absoluta do PSD, a revitalização de órgãos da Assembleia, como a Comissão Permanente, a criação do Estatuto de Deputado Independente, são, de entre outras, consequências muito positivas da convergência de acção e iniciativa verificada entre os partidos da oposição face a essas matérias.

A apresentação da Moção de Censura ao anterior Presidente da Assembleia Legislativa Regional, subscrita em conjunto pelos três partidos da oposição e que motivou a renúncia desse titular, assentou em considerandos exclusivamente de ordem política ligados ao funcionamento político da Assembleia e definiu um quadro desgovernamentalizador de referência que está a ser tido em conta no presente.

A DORAA do PCP considerou que todo o processo de desgovernamentalização foi conduzido com muito rigor e constituiu um assinalável êxito democrático e denuncia o facto de haver alguns que procuram, para defender o PSD, criar a ideia de que está instalada uma pretensa «desordem» na Assembleia Legislativa Regional.

A desgovernamentalização da ALR, entendida como a aquisição de capacidade de decisão e intervenção independente da vontade do Governo, é um facto dos mais positivos e valorizadores da Autonomia que deve ser defendido fortemente.

Legislativas regionais Mudança democrática para fazer face aos desafios



A realização de eleições para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores em 1992 coloca na ordem do dia a importante questão de se conseguir obter uma mudança democrática suficientemente válida e profunda que motive a criação de um poder regional capaz de enfrentar criativamente os grandes desafios que se colocam à Região.

A vida política regional, depois da instauração do Sistema Autónimo, determinou que o poder fosse exercido pelo PSD com maioria absoluta até ao presente ano.

O PSD transformou a maioria absoluta de que dispôs em poder absoluto exercido com um grau de arbitrariedade muito acentuado.

A forma como o poder foi exercido e as políticas por ele realizadas colocam à partida como sendo de grande importância para a Região Autónoma dos Açores conseguir-se que a Assembleia Legislativa Regional a eleger em 1992 não disponha de maiorias absolutas.

Quando assim acontecer tomar-se-á indispensável que as várias forças políticas dialoguem com vista à constituição de um Governo e desse diálogo nascerá o equilíbrio político que o poder absoluto não possui.

Para o PCP/Açores, a mudança que se precisa na Região Autónoma passa, antes de mais, pela obtenção de uma correlação de forças políticas onde não existam maiorias absolutas.

A partir daí ficam criadas condições para se verificarem modificações políticas desde que as forças que lutam pela mudança tenham a presença institucional necessária.

O PCP/Açores e os seus aliados na CDU são uma força política com intervenção, com ligação aos problemas e à sociedade, que realiza a sua actividade política na defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações e que, pelos seus objectivos e intervenção, é necessária ao futuro dos Açores.

O PCP/Açores e a CDU são uma força com projecto político regional definido na luta para que os Açores sejam uma Região Autónoma Portuguesa, onde se viva em Liberdade, onde se construa o Progresso e onde se atinja a Justiça Social.

A luta por esse Projecto e pela obtenção desses objectivos é, necessariamente, uma luta política muito difícil na qual a persistência tem de ser o vector mais forte.

A luta por esse Projecto de democratização profunda implica, também, a compreensão de que a vida política em cada uma das ilhas não pode ser reduzida a dois partidos que estão longe de reflectirem toda a sociedade, todos os seus anseios, todos os seus problemas e todas as suas necessidades.

A luta por esse Projecto passa a curto e médio prazo pela introdução de uma mudança que possa criar perspectivas à uma resolução diferente e melhor de muitos dos graves problemas que afectam a nossa Região, a sua economia e o futuro da vida das suas populações.

Um poder regional plural e aberto, que aproveite capacidades, que defina prioridades justas, que dinamize a participação dos cidadãos na vida colectiva, é o caminho de mudança que se apresenta como possível e desejável.

A criação de uma forte dinâmica de mudança passa pela credibilidade que as forças que defendem a mudança sejam capazes de inspirar. A convergência das forças que lutam pela mudança aparece como o caminho certo, mais seguro, mais credível em relação à efectivação dessa mudança.

Em função disso, a DORAA do PCP disponibiliza-se publicamente no sentido de estudar com as diversas forças políticas que lutam pela mudança e que defendem o sistema constitucional da Autonomia, as possibilidades de convergências pré-eleitorais de âmbito regional ou em determinados círculos eleitorais.

A unidade à volta das questões essenciais assegura por um lado a diversidade de posições e por outro lado torna fortemente provável a concretização de mudanças.

A unidade entre quem luta pela mudança assegura a participação no esforço conjunto de todas essas forças, e evita uma bipolarização que é redutora e que marginalizando sectores de opinião importantes aumenta a probabilidade de ficar tudo na mesma.

A referida convergência entre as forças que lutam pela mudança deve ser realizada tendo em conta a dimensão própria de cada componente, no respeito pela diversidade de opiniões e deve assentar numa plataforma explícita que assegure a viabilização de soluções de poder amplas mas estáveis.

A eventual não concretização de convergências pré-eleitorais não deve ser entendida como comprometedor de convergências pós-eleitorais se se concretizar o desejável e previsível quadro de não se verificarem maiorias absolutas.

O PCP/Açores acredita fortemente na eficácia de con-

vergências pré-eleitorais amplas e tudo fará para que se verifiquem, mas tem em conta a existência de dados políticos que dificultam essa solução.

Em função disso, torna-se necessário avançar o mais rapidamente possível, sem perda de tempo, na preparação, dinamização e lançamento político das candidaturas CDU.

Tal trabalho não dificulta, antes facilita, a concretização de eventuais convergências pré-eleitorais caso se venham a registar condições políticas para tal.

Assim, a DORAA do PCP reafirma os objectivos eleitorais próprios definidos no 4º Congresso Regional do PCP a alcançar, em princípio, no quadro da CDU:

- Reconfirmar o mandato obtido pela CDU nas Flores em 88

- Recuperar o mandato perdido em S. Miguel em 88

- Conquistar eventualmente outros mandatos onde existam condições para tal.

A concretização de tais objectivos viabilizará a intervenção do PCP e da CDU como força em condições de contribuir para uma mudança que é urgente, mas que se deseja equilibrada e ligada aos justos anseios dos sectores mais desfavorecidos da nossa sociedade.

A dimensão regional plena da CDU, o tipo de intervenção que realiza e o contributo que aspira democraticamente a dar no processo de evolução política da nossa Região Autónoma colocam como questão central a apresentação de candidaturas em todas as ilhas.

A DORAA tendo em conta os objectivos definidos recomenda às organizações das ilhas das Flores e S. Miguel que, no âmbito da CDU, procedam à indigitação formal dos primeiros candidatos pelos respectivos círculos com a maior rapidez que seja possível, no sentido de se criarem todas as condições para a estruturação de candidaturas e listas caracterizadas por uma assinalável diversidade de apoios e por uma sólida dinâmica de vitória.

A DORAA recomenda também às restantes organizações de ilha que iniciem, logo possível, no quadro da CDU, os trabalhos de elaboração das respectivas listas.

Sem prejuízo de outras orientações posteriores, a DORAA considera que a importância das próximas eleições regionais e dos seus resultados justificam um forte empenhamento e esforço organizativo do PCP Açores, interligado com o empenhamento dos apoiantes e activistas da CDU e com a indispensável acção de apoiantes dos candidatos que a CDU propuser.

Esse esforço organizativo e de interligação terá que ser a base do movimento de opinião que irá viabilizar os objectivos eleitorais definidos.

Tal esforço organizativo, a nível do PCP, obriga à revitalização de sectores e contactos, à criação de maior número de núcleos de activistas, à programação atempada da pré-campanha e campanha eleitorais, à organização técnica da informação, da propaganda e das iniciativas públicas.

O empenhamento mais amplo de apoiantes da CDU e dos seus candidatos implica a realização de um grande esforço de mobilização de vontades que deverá ser executado de imediato.

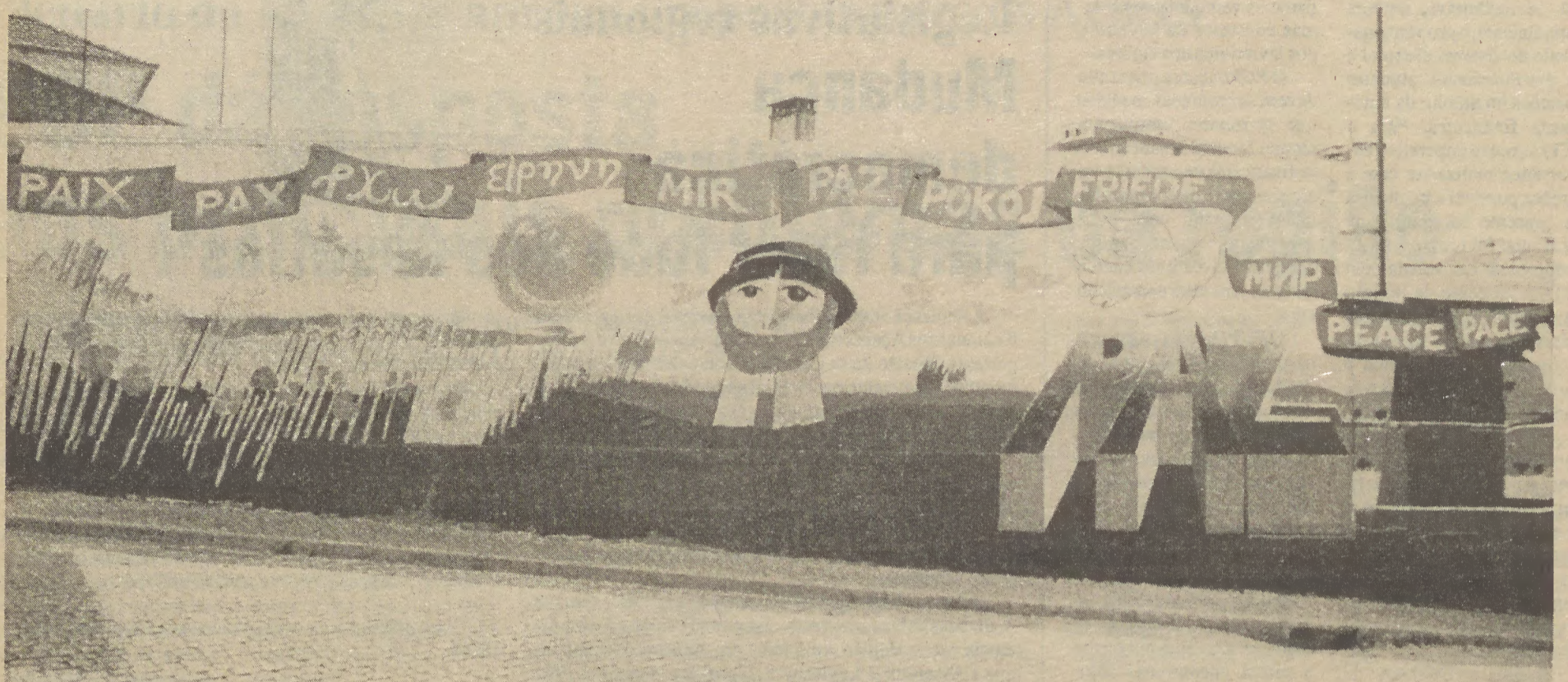
Toda a actividade referida deve ser realizada num quadro de intensa acção política na sociedade e nas instituições, actividade essa imprescindível para a criação de condições sociais e políticas para uma mudança.

Assim, considera a DORAA serem prioritárias as acções e actividades nos movimentos sociais, na Assembleia Legislativa Regional, junto das populações em torno dos problemas locais e na mobilização da juventude.

O contínuo aprofundamento do estudo dos problemas económicos em geral e da agro-pecuária e da pesca em especial; a luta constante pelos direitos dos trabalhadores e pelo combate às assimetrias sociais em áreas como a habitação e a saúde; a intervenção lúcida nos problemas da educação e do ensino; a mobilização da participação da mulher na vida política e social; são, entre outras, direcções de trabalho a desenvolver com o máximo esforço nos próximos meses.

O PCP/Açores, força regional com projecto próprio, irá promover nos próximos meses, no quadro da CDU, uma intensa e indispensável actividade política transformadora.

As dificuldades existentes, sendo diversas e de vária ordem, se é verdade que obrigam a um esforço suplementar, é também verdade que incentivam uma grande conjugação de vontades entre todos os militantes do PCP e apoiantes da CDU.



Paz e solidariedade impõem reforço da acção do PCP

A nova situação internacional coloca novos problemas que implicam tarefas urgentes a todos os que querem participar activamente na luta pela defesa da paz, pelo desarmamento e pela solidariedade e cooperação.

É absolutamente imprescindível agir com a lucidez necessária para que o mundo não fique à mercê da liderança militar do imperialismo norte-americano.

A chamada nova ordem internacional patrocinada pelos EUA visa antes de tudo proteger os seus interesses de superpotência.

Os EUA pressionam e ameaçam e chegam até à guerra quando os seus interesses económicos e geo-estratégicos estão em jogo, no entanto para proteger os seus aliados e os seus próprios interesses violam, fecham os olhos a violações flagrantes do direito internacional.

É a essa luz que se explica o apoio à política anexionis-

ta de Israel à ocupação de Timor-Leste pela Indonésia. Apesar dos avanços alcançados, no caminho da democracia graças à luta do povo sul-africano e do ANC, o certo é que na África do Sul no limiar do século XXI, um homem, um voto, ainda não é realidade. E, no entanto, os EUA não defendem nem sanções, nem pressões, nem lideram campanhas a favor dos direitos humanos. Mas há décadas que os dirigentes dos EUA ameaçam, pressionam e ingerem-se nos assuntos internos de Cuba. Lideram campanhas e promovem o bloqueio económico.

A ordem económica mundial reflexo da ordem política internacional repousa numa situação em que continentes inteiros se encontram ameaçados pela fome, a miséria, a doença e o subdesenvolvimento crónico.

As revoltas populares como as do Zaire, da Venezuela repetir-se-ão um pouco por todo o lado porque milhões e

milhões de pessoas não têm nada, nem têm a perspectiva de poder vir a ter uma vida humana.

Quando os «triunfadores» ocidentais exaltam as vitórias do capitalismo esquecem a sua extrema fragilidade. O capitalismo, dizem, é superior, mas entretanto a sua «superioridade» não permite a 4/5 da humanidade viver uma vida de seres humanos.

A ordem mundial do capitalismo não se circunscreve à CEE, aos EUA e ao Japão, mas antes se estende no planeta, mostrando na periferia toda a extensão social das injustiças do capitalismo.

Que futuro para o Terceiro Mundo? Têm os povos e os países desta vasta região o direito à sobrevivência, o direito ao desenvolvimento económico?

A solidariedade e a cooperação com os povos e países do Terceiro Mundo é um imperativo político. Séculos de colonialismo, décadas de neo-colonialismo e de uma ordem económica injusta deixam no desespero centenas e centenas de milhões de seres humanos.

Com medo de explosões sociais os círculos dirigentes dos EUA congeminam cenários de guerra para meter na ordem o Terceiro Mundo. É por isso que a defesa da paz e do desarmamento é inseparável da solidariedade e do desenvolvimento.

Na Europa da CEE em cima da mesa estão igualmente projectos virados para sufocar aspirações e revoltas em importantes zonas do Terceiro Mundo, dado que o espaço geográfico de actuação da NATO não lhe permite tal acção.

O desaparecimento do Tratado de Varsóvia, a derrocada do modelo de socialismo no Centro e Leste Europeu, tem sido aproveitado pelos EUA e Europa da CEE para tentarem impor a sua política de ingerências, prosseguindo em certas áreas a corrida a certo tipo de armas vocacionadas para esse efeito.

Os comunistas apostados num alto sentido cívico e político devem estar na primeira linha do combate por um mundo mais justo e pacífico livre de agressões e da ameaça nuclear e em que cada povo possa determinar soberanamente o seu próprio caminho, num mundo são e equilibrado em termos ecológicos.

Há muito que vimos assinalando atrasos e insuficiências no nosso trabalho (ver resoluções políticas dos últimos congressos). É chegada a hora de dar mos a volta ao trabalho, como costumamos dizer.

Na nova situação mundial novas tarefas se colocam para potenciar e criar um forte movimento de opinião pública que intervenha activamente a favor da paz e da solidariedade internacional.

A nós comunistas cabe-nos um importante papel. É preciso que discutamos mais e melhor e encontrarmos as formas de o concretizar, buscando as formas de organização e as linhas de intervenção correspondentes.

Neste sentido realizar-se-ão reuniões para debater esta problemática quer na OR Lisboa quer na OR Setúbal.



Todos os membros do Partido interessados em debater a nova situação internacional e empenhar-se nas tarefas decorrentes deverão participar nas seguintes reuniões:

SETÚBAL: DIA 22, 21.30 HORAS

LISBOA: DIA 29, 19.00 HORAS (HOTEL VITÓRIA)

Estas reuniões são convocadas pela DORL e DORS e contam com a participação de camaradas ligados ao trabalho pela PAZ e pela Solidariedade Domingos Lopes (S. Internacional), Carlos Grilo (DORL) e Valdemar (DORS).

Noites de «cristal»

Cinquenta e três anos depois, a noite, na Alemanha, foi novamente de «cristal». Os nazis não estão realmente no poder, mas têm poder suficiente para espalhar o terror e invadirem as ruas proclamando em alta gritaria os seus ideais de violência e de racismo. Estavam para tal autorizados.

Não se trata de um mero espalhamento de carácter «folclórico» e engana-se quem não olhe com preocupação estas demonstrações saudosistas, como se a história não pudesse repetir-se. Com efeito, ela não se repete do mesmo modo. E a tragédia que surge depois da farsa pode ser bem mais negra que o que as almas boas da tolerância esperam.

Na verdade, hoje, quebrados os muros de um mundo bipolar e arrasados regimes onde os fascismos de diferentes ramos e os racismos de todas as cores não tinham lugar onde crescer, os velhos fenómenos da xenofobia e da subida vertiginosa dos partidos da extrema-direita voltam a ensombrar a sociedade. Conviria saber porquê. Sem nos prendermos muito, alguns sinais exteriores que paramentam a nova ascensão nazi. A cabeça rapada e a bota da tropa, se apelam ao militarismo, são diferentes certamente da fardada dos anos trinta. E os partidos que estimulam e cobrem as acções de violência xenófoba não usam nas bandeiras as suásticas de antanho. Pura formalidade legal.

As minorias

É curioso verificar que, nesta aparente repetição que começa a ser o fortalecimento dos partidos da extrema-direita, o racismo surja como o primeiro e mais forte dos sinais. Não é certamente por acaso. O racismo não é apenas um pilar «ideológico» da política da extrema-direita, mas um degrau a partir do qual ela pode subir e impor-se às consciências. Numa estratégia totalitária, o fascismo faz apelo à ignorância e ao desespero das pessoas, inventa e designa bodes expiatórios, aponta inimigos - primeiro os que mais claramente se distinguem do vulgo, judeus, negros, ciganos (falamos, claro, de sociedades europeias), turcos, árabes, polacos, outros quaiquer. Dacor da pele à língua estranha, da cultura diversa à religião exótica, eis o inimigo a abater. Depois, ou ao mesmo tempo, abatem-se os defensores das minorias, ou os que, podendo ser minorias, combatem com argumentos e lutas as tentativas de esmagamento das liberdades e da democracia - os comunistas, os socialistas, os democratas. A história é velha e Brecht dedicou-lhe um poema exemplar...

No entanto, como será possível que, 53 anos depois da noite de «cristal», em que foram destruídas as lojas e habitações dos judeus em toda a Alemanha nazi, os fantasmas voltem à vida e à violência? Como é possível que seja no próprio território da antiga RDA, onde o fascismo fora banido e o racismo tinha desaparecido, que sejam hoje mais violentas as expressões do racismo?

As razões são diversas e abordaremos algumas delas. Mas o que parece ser um dado adquirido é que lá se encontra um terreno favorável ao desenvolvimento de sentimentos xenófobos. Desorientação nos valores de solidariedade social, certamente. Mas sobretudo desespero - o desemprego nos antigos territórios da RDA, a falta de perspectivas de futuro, servem à maravilha para que os grupos neo-nazis surjam e apontem o inimigo - o estrangeiro que «rouba» o emprego ao nacional.

É certo que, na antiga RDA, sempre foi muito baixa a percentagem de estrangeiros a trabalhar. Quase insignificante, se pensarmos no número de vietnamitas e de moçambicanos que ali se instalaram ao abrigo de acordos de cooperação; sem expressão se comparamos com os milhões de estrangeiros, sobretudo de turcos, que vivem e trabalham na parte ocidental da Alemanha hoje unificada. Mas é na parte oriental que os desempregados se contam hoje por milhões, no seguimento da queda do muro e da derrocada do regime socialista. Terreno favorável para as incursões de grupos neo-nazis, e para apatia com que hoje eles ali são olhados.

A quem aproveita

A verdade é que, ao longo das últimas décadas, e sobretudo a partir do momento em que as economias dos países ocidentais da Europa se começaram a recompor das destruições da 2ª Guerra Mundial, os governos burgueses instalados não apenas permitiram como estimularam a imigração. Tratava-se de dar um grande salto em frente no domínio industrial e, ao mesmo tempo, de obter mão-de-obra barata, sem tradições de luta, que vendesse o trabalho ao menor preço e sem fazer ondas. Quanto menos legal fosse essa imigração mais fácil seria recambiá-la, quanto menos direitos tivesse à face da lei mais fácil seria recusá-los. Milhões de norte-africanos, de turcos, de espanhóis, de portugueses, «invadiram» o núcleo mais rico do Mercado Comum em formação. Na Inglaterra, essa mão-de-obra

era recrutada entre os imigrantes vindos das vastas partes do Império em derrocada.

A coisa ia tornar-se feia, o racismo, em sociedades não educadas nos valores universais da solidariedade, poderia ser um rastilho perigoso. Na sombra, os neo-nazis, acenderam-no muitas vezes. Mas os incêndios só pegaram esporadicamente, quando aos períodos de «boom» se sucediam a recessão e a crise. Hoje, na crise que se aprofunda, os ultras podem já abandonar as máscaras democráticas que conservaram ao longo de muitos anos em que militaram democraticamente em partidos apenas conservadores. Em França, Giscard d'Estaing já fala em «invasão». E Poniatovski não exclui alianças com o partido de Le Pen.

A extrema-direita, que ao longo de anos não conseguira senão uma representação ínfima a nível parlamentar, aparece hoje como «interlocutor» da restante direita. Na Áustria, duplica a votação, ultrapassando os 20 por cento. Em França, 32 por cento das pessoas inquiridas pela SOFRES, estão de acordo com «as ideias» de Le Pen. Na Alemanha, a repetição da noite de «cristal» abalou o país, e o ministro do Interior, W. Scheuble, declara-se preocupado com... «a amplitude actual dos movimentos migratórios».

Que os números nos não enganem, porém. Se é preocupante a subida de «popularidade» dos racistas, se o neo-nazismo é activamente virulento, se já se fala - novamente - em «maioria silenciosa», há que reconhecer que os eleitores que não votaram na ultra direita é porque, de certo modo, votaram contra ela. E que, em França, quase setenta por cento dos inquiridos na sondagem se mostraram contra as ideias racistas de Le Pen. A maioria, apesar de silenciosa, não pode ser usada como se se mostrasse cúmplice, apesar de tudo. E cinco mil nazis, na Alemanha, ao manifestarem-se, fizeram-no contra essa maioria. Do outro lado da barricada, 100 mil pessoas exprimiram publicamente a sua oposição dos racistas. Representaram, pode dizer-se, a grande maioria da população.

Ao acentuarmos de que lado pode estar o silêncio, o que se pretende dizer é que as chamadas «maiorias silenciosas», tão gratas a Nixon e a certos candidatos a ditadores, costumam ser invocadas por estes precisamente por causa do seu silêncio. É perfeitamente ilegítimo fazê-lo. É uma das perversões das democracias cujo funcionamento reside apenas na representação parlamentar, o que permite aos

governantes, à falta de apoio popular, ou contra a maioria da população, reivindicar um silêncio que, inclusivamente, pode significar uma reprovação. A reprovação de quem não possui meios de exprimir-se e de quem duvida, ainda, da eficácia da sua própria voz.

Destruir a memória

Durante muito tempo se supôs que a memória das massas, a memória histórica, era uma realidade de peso. As pessoas não iam esquecer, nem os momentos de glória de uma revolução nem os negros momentos sofridos sob o tacão de opressores. Neste fim de século, eis que essa crença é desmentida pelos factos que, tal como uma flor de estufa, nada é mais frágil que a memória da história. É necessário cuidar dela sempre e sempre, regá-la e alimentá-la com o exemplo do sucedido, fortificá-la com o exercício permanente da democracia, das liberdades, das responsabilidades. Porque o esquecimento favorece apenas os que procuram o retorno de milhentas opressões.

Apesar dos cerca de 100 mil manifestantes contra o racismo e a xenofobia, que se mobilizaram na Alemanha, os organizadores mostraram-se algo decepcionados, face à grande apatia com que as violências de milhares de neo-nazis foram recebidas.

As memórias do sangrento nazismo parecem não ter deixado grande rasto, hoje, frente ao desespero de uma situação que se mostra caótica. Na parte oriental de Berlim, por exemplo, o desemprego continua a crescer, embora mais de 70 mil pessoas trabalhem já na parte ocidental. Os aumentos de renda de casa, no mês passado, atingiram os 400 por cento. A Oeste, os problemas agravam-se, com o esgotamento de muitos produtos nas lojas «invadidas» pelos residentes de Oriente. Os estrangeiros que paguem a factura, exigem os nazis. As autoridades mostram-se «preocupadas». Mas, por acaso, as manifestações xenófobas - por exemplo, a de Halle, cidade-bastião do antinazismo - foram autorizadas. Assim também se abafa a memória. Não de acontecimentos que pertençam efectivamente a um passado distante como o dos faraós. Mas de um passado que ainda tem testemunhas, um passado de ainda ontem. Que é preciso recordar vivamente para banir.



O Chile numa encruzilhada

O viajante, que neste Outono de 1991 se aproxima de Santiago do Chile e folheia a imprensa fornecida pela companhia aérea, sente de repente que sabe muito pouco do que vai encontrar e que tudo é bem mais complexo do que à partida podia prever.

O viajante começa por ficar surpreendido com a intensidade do debate político que perpassa pelas páginas da imprensa chilena. Mas, mais surpreendido fica com os temas, para muitos certamente inimagináveis num país saído de uma ditadura terrorista e trilhando hoje os caminhos da democracia.

A imprensa da direita destila anticomunismo da maneira mais primária. No El Mercurio, um editorial, em tudo semelhante aos editoriais do Diário da Manhã dos tempos de Salazar e Caetano, discorre sobre a «infiltração» dos comunistas nas universidades chilenas, a propósito da vitória de listas de esquerda nas eleições para as associações estudantis. Seguindo o mesmo rumo que o tornou tristemente célebre como um dos principais centros da conspiração contra Allende e o Governo da Unidade Popular, o El Mercurio trata a nascente democracia chilena com assumida distância, e esconjura o Partido Comunista Chileno apelando implicitamente à sua marginalização.

Mas, as notícias que o viajante encontra noutra imprensa não são menos surpreendentes. Duas dessas notícias, causaram maiores interrogações. Numa, contava-se a prisão, em pleno Santiago do Chile, de um jovem que andava a vender o El Siglo, o jornal do Partido Comunista Chileno. Motivo da prisão: venda ilegal! A outra notícia era ainda mais chocante e referia uma greve de presos políticos, seis presos políticos da Cárcel Pública de Santiago em greve de fome. O jornal descreveu a história de alguns desses presos políticos. Eram presos com 10, 8, 6 anos de cadeia, presos pelos esbirros de Pinochet e condenados pela «justiça» do ditador por lutarem pela liberdade e contra a ditadura.

Como era possível manterem-se presos, no Chile que pensamos democrático? Que se passa afinal no Chile?

Uma democracia espartilhada

Para os que lendo o que vai escrito tiveram de súbito a ideia de que nada mudou, nada mais falso. Muito mudou no Chile, só que não mudou o suficiente nem com solidez bastante.

No Chile, vivem-se efectivamente todas as componentes da construção de uma democracia política.

Na aparência, as liberdades essenciais aparecem como amplamente exercidas. Desde logo, a liberdade de acção dos partidos políticos. Mas também a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e informação. Também a acção sindical e o direito de greve são exercidos e amplamente noticiados.

Nas ruas de Santiago, movimentadas como as de qualquer grande metrópole moderna, só não se respira um ambiente aberto e totalmente livre porque a presença dos carabinieri é ostensiva e tão excessiva que acaba por ser carregada de alguma ameaça.

Mas, debaixo desta aparência de liberdade e democracia, permanece Pinochet, com poderes reais e desmesurados, um sinal claro de que na nascente democracia chilena a ditadura afinal não desapareceu nem foi inteiramente liquidada.

A transição «controlada» para a democracia permitiu a Pinochet e à ultra-direita reservar para si uma significativa fatia de poder, com ramificações no legislativo, no aparelho judicial e nas Forças Armadas e Forças de Segurança.

Pinochet reservou-se a nomeação de senadores, que, com a ligação a outros de direita, realizam o controlo da produção legislativa. O tribunal constitucional foi constituído com a inspiração e controlo de Pinochet, que controla também o Conselho Nacional de Segurança. O domínio maior realiza-o Pinochet sobre as Forças Armadas, com a sua posição de Chefe do Exército. No aparelho intermédio das Forças de Segurança, Pinochet mantém toda a influência. Por outro lado, uma lei eleitoral antidemocrática não só conduz a que a direita, com 34% dos votos, tenha a mesma quantidade de deputados que a Coligação governamental, como levou ao afastamento de importantes sectores democráticos do Parlamento. Concretamente, os comunistas chilenos, com uma muito significativa votação, não conseguiram eleger nenhum candidato, o que evidencia o carácter discriminatório da legislação imposta para as eleições legislativas.

Por debaixo desta situação política, permanece o mesmo poder económico e financeiro que conspirou contra o governo da Unidade Popular e que se afirmou e robusteceu nos anos da ditadura.

O que é grave entretanto, é que a coligação, liderada pelo Presidente Aylwin e onde pontificam a democracia cristã e o partido socialista, tende a considerar o processo de transição «terminado», e, cedendo a pressões, a manter assim intocados os poderes sobreviventes da ditadura.

Com este pano de fundo, não é de estranhar que se desenvolva hoje no Chile uma crise social e política de enormes proporções.

A situação social do Chile não é animadora. Por detrás de uma economia sobreaquecida pelo crédito, exhibe uma sociedade profundamente dividida. Calcule-se que 43% dos chilenos vivem abaixo do nível de pobreza. Cerca de 22% vivem mesmo na indigência máxima, sem capacidade de sobrevivência.

O Chile saído da ditadura é uma sociedade mais injusta, de maiores desigualdades.

A sobrevivência do capitalismo chileno, imposta pela força das armas, só foi possível à custa da bárbara repressão das liberdades e dos movimentos sociais e políticos, numa acção concertada entre as forças reaccionárias do Chile e o próprio imperialismo americano.

O golpe do Chile, os assassinatos e torturas que arrastou, as prisões e exílios, as botas militares a esmagarem a esperança e a audácia dos homens e mulheres que construíram o Chile socialista, popular e democrático, — tudo isto é a face brutal do capitalismo quando se sente atingido.

Num momento em que tanto se fala do falhanço de regimes socialistas (ou ditos socialistas), é importante reflectir sobre a real natureza agressiva e desumana do capitalismo, com exemplos como o do Chile, a que tantos outros se podem juntar.

A sociedade chilena é hoje ainda uma sociedade profundamente traumatizada. Os jornais e os semanários continuam cheios de notícias dos «desaparecidos», as vítimas escondidas do sanguinário regime de Pinochet. O escândalo Letelier, o general democrata assassinado nos Estados Unidos pela DINA, agita as páginas dos jornais. O processo conduziu à prisão do chefe da polícia secreta, general Contreras, mas a imprensa denuncia as pressões de Pinochet, que conduziram já Contreras a um «cárcere dourado».

Mas são os mortos/desaparecidos, que marcam de mais negro a memória quotidiana do Chile. E como poderia ser de forma diferente? Como poderia ser de forma diferente num país que viu muitos dos seus filhos assassinados e vê impunes os seus carrascos?

Os fornos de Lonquen, onde foram assassinados e escondidos onze camponeses da Isla de Maipo e mais quatro jovens, permanecem como um ferrete no poder político chileno. Neste bárbaro caso, sabe-se tudo: quem foi assassinado, como o foi, quem matou. Como pode a sociedade chilena suportar a impunidade?

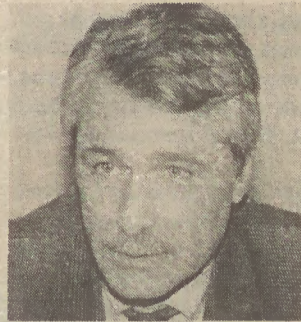
Ficou-me a memória de uma entrevista de Viviana Díaz, que há mais de uma dezena de anos procura seu pai, o dirigente comunista Víctor Díaz Lopez. Falando dos fornos de Lonquen diz que, desde que em 1978 os fornos foram encontrados, perdeu a esperança de encontrar o pai vivo. Mas não desiste de o encontrar. E diz: «dói-me quando falo deste problema como coisa do passado, e não se dão conta que, enquanto não se esclarecer toda a situação, se está a permitir que ela se possa repetir».

Uma luta mais dura

Não são fáceis os caminhos da conquista da democracia no Chile, e o Partido Comunista do Chile sente-o com particulares responsabilidades.

Gladys Marín, membro da Comissão Política do PC do Chile, afirma em recente entrevista: «Agora, a transição para a democracia depende das pessoas, do povo, já que o governo evita todos os conflitos com Pinochet, com a direita, com o golpismo que se reivindica do 11 Setembro 1973». E acrescenta: «Face a esta nova situação, a esquerda consequente tem a responsabilidade, o desafio de conduzir o movimento social, de converter-se em direcção política das lutas das populações; adoptamos assim uma postura de oposição democrática de esquerda.»

Os comunistas chilenos estão particularmente bem situados para enfrentar estes desafios. Como reconhece o jornalista Víctor Carvajal, de «La Segunda», ao entrevistar Lautaro Carmona, o jovem membro da Comissão Política do PC do Chile, «surpreendentemente, o seu poder rever-



JOÃO AMARAL
Membro do Comité Central do PCP e deputado à Assembleia da República

Num momento em que tanto se fala do falhanço de regimes socialistas (ou ditos socialistas), é importante reflectir sobre a real natureza agressiva e desumana do capitalismo, com exemplos como o do Chile, a que tantos outros se podem juntar.

desce, onde sempre foram fortes: nos sindicatos, na juventude, nas populações».

Quem folheia o El Siglo, encontra as notícias de um Chile em luta, sejam os mineiros, os professores, os jovens, tantos outros, incluindo os Índios Mapuches.

Mas, os comunistas não marcham politicamente sós, na batalha que travam. Não me refiro só a muitos socialistas e mesmo tendências e cisões de um PS mais que fragmentado. Não me refiro só à acção unitária no seio do CUI (Comité para a Unidade de Esquerda), agregando socialistas, católicos, o MIR e outras forças.

Também dentro da própria Democracia Cristã quem tenha a clara noção da situação de impasse a que chegou a coligação governamental e com ela a própria evolução do regime para uma democracia plena.

As posições públicas assumidas pelo Deputado Andres Aylwin Azocar impressionam fortemente e constituem um verdadeiro caso político. Não só por se tratar do irmão do Presidente da República, mas também por ser uma prestigiada figura pública e um alto dirigente do Partido Democrata Cristão. Num artigo publicado há menos de um mês no jornal La Epoca, Aylwin afirma: «Não podemos permitir que a ditadura, que tirou a vida e a esperança a tantos milhares de chilenos, nos roube agora o direito de sonhar e lutar por um mundo melhor». E acrescenta: «Esse sonho, convertido em acção, é a única via que temos para romper o cerco da ordem arbitrária que poderia perpetuar-se se não tivermos uma classe política com visão e coragem». A conclusão é lapidar: «Sejamos claros: temos contra nós o poder financeiro e meios de comunicação social, maioritariamente comprometidos ao serviço desse poder; frente a esta realidade, o que nos resta é o coração do povo, e é a esse coração que devemos recorrer».

Andres Aylwin não se fica pelas palavras. Assisti ao baptizado, na cadeia, do filho de uma presa política. Uma comovente cerimónia, onde estiveram comunistas, socialistas e outros democratas. Andres Aylwin era o padrinho.

Que país, o Chile, onde o irmão do Presidente exprime assim dramaticamente e a sua solidariedade para com os presos políticos que o regime mantém encarcerados!

No Mausoléu de Allende

Participei, com outros companheiros de viagem, numa comovida romagem ao Mausoléu de Allende. Situado no centro do principal cemitério de Santiago, o monumento evocativo impressiona pela grandeza e simplicidade. Por detrás da mole de pedra, dois lanços de escada, à esquerda e à direita, descem para uma pequena antecâmara a céu aberto, em forma circular. A câmara mortuária, por debaixo do monumento, é austera, e carregada de dramático significado.

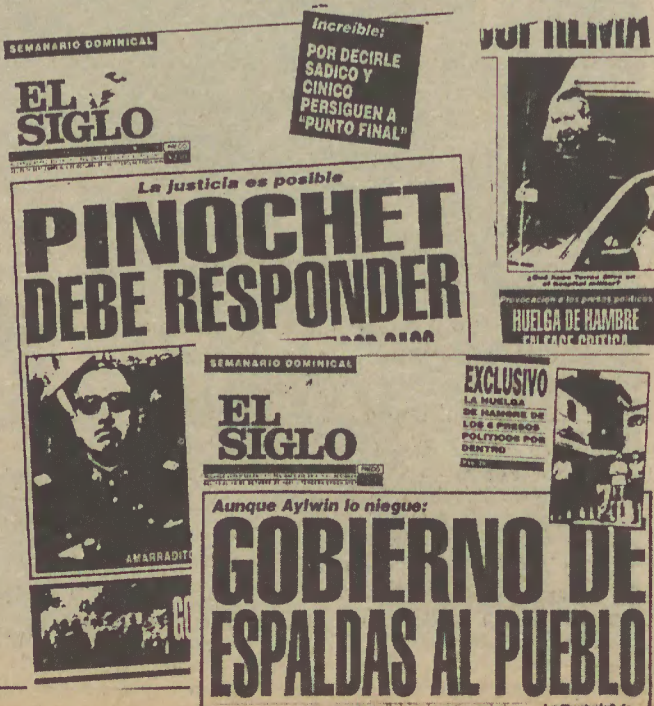
Enquanto esperávamos na antecâmara, assomaram ao murete superior que a circunda umas duas dezenas de jovens liceais, de idades entre os 16 e os 18 anos. Vieram numa correria, quando souberam que conosco estava Hortensia Allende, a companheira de Allende.

Jovens de alguma juventude partidária, como alguns pensaram na altura? Não. Jovens que acompanhavam o funeral de um professor falecido, e, que se juntaram a nós empenhadamente, exuberantes até, quando rodeavam Hortensia Allende e posavam para as máquinas fotográficas.

Mas, enquanto estávamos em baixo, na antecâmara, e em fila entrando na câmara mortuária, eles em cima, nas suas fardas azuis, os olhos brilhantes, cantaram as canções e as palavras de ordem que nos idos de 70 correram o mundo e aqueceram o coração dos revolucionários, o nosso coração de revolucionários.

Jovens, talvez nenhum deles fosse já nascido naquele fatídico 11 de Setembro de 1973, o dia do golpe, do assassinio de Allende, o primeiro dia da ditadura. Mas, por isso mesmo, jovens que nos fizeram acreditar no futuro da democracia do Chile, na capacidade imensa daquele povo sacrificado.

Ninguém resistiu então a entoar, com esses jovens do Chile do futuro, a sua homenagem a um passado que querem partilhar. E todos eles e nós, vindos de tão longínquas terras, entoámos, em castelhano: «Se siente, se siente, Allende está presente...».



Timor

O silêncio de Cavaco perante a cumplicidade dos EUA

O debate suscitado pela suspensão da visita a Timor-Leste da delegação parlamentar portuguesa desenvolveu-se no fundamental em torno do farisaísmo do Estado indonésio. A política timorense do Governo Cavaco Silva não foi praticamente questionada.

No obstante haver áreas nevoentas no processo negocial, inseparáveis dos chamados termos de referência, é hoje transparente que Jakarta actuou sempre de má-fé. Se a parte portuguesa se houvesse submetido ao veto que atingiu uma jornalista estrangeira, outras exigências, em cadeia, estariam de reserva para inviabilizar a visita ou fazer dela uma permanente humilhação para os representantes da Assembleia da República.

Afigura-se-me útil agora, no âmbito do movimento de solidariedade ao povo maubere, chamar a atenção para aspectos da questão timorense que têm sido subalternizados ou esquecidos pela maioria dos órgãos de comunicação social. O primeiro deles é o absoluto silêncio do Governo Cavaco a respeito da posição assumida pelos Estados Unidos perante o desenvolvimento da situação. O Primeiro-Ministro e o seu partido, não reagindo à cumplicidade entre Washington e Jakarta, perdem credibilidade para se apresentarem publicamente como defensores da causa do povo maubere. Não se trata de subtilezas diplomáticas, mas de uma questão de fundo.

Na nossa comunicação social tem-se falado tão pouco do apoio norte-americano à invasão, ocupação e anexação de Timor-Leste pela Indonésia que a maioria dos portugueses — sobretudo os jovens — desconhece hoje factos imprescindíveis à avaliação da rede de cumplicidades que contribuiu decisivamente para a intransigência de Jakarta na sustentação da sua política anexionista. Esses factos, contudo, são públicos: constam de documentos, relatórios oficiais e livros editados em Portugal, na Austrália, na Grã-Bretanha e nos EUA.

Por isso mesmo, para melhor compreensão da estratégia indonésia que levou à suspensão da visita da delegação portuguesa, é oportuno recordar tomadas de posição e iniciativas diplomáticas assumidas nas vésperas da invasão por governos aliados do Estado português.

Gerald Ford, então presidente dos EUA, e Henry Kissinger, seu secretário de Estado, visitaram oficialmente a Indonésia antes da agressão militar. O general Suharto, chefe da ditadura javanesa, informou-os obviamente, com minúcias, do plano de ataque a Timor-Leste. Foi, apenas, uma informação complementar.

Em 17 de Agosto de 1975, numa carta dirigida pelo embaixador australiano em Jakarta, sr. Woolcott, ao seu governo, em Canberra, aquele diplomata defendia uma maior «compreensão» pela política integracionista de Suharto e relatava uma conversa com o embaixador dos EUA sobre o problema. Desse documento oficial consta uma opinião esclarecedora do diplomata norte-americano. Entendia ele que, se a Indonésia intervisse, Washington esperava que o fizesse «com eficácia, rapidamente» e que não utilizasse «o nosso equipamento»⁽¹⁾. As coisas não correram como desejada. As tropas indonésias utilizaram armas americanas e a repressão foi ampla, prolongada e sangrenta.

O ex-cônsul australiano em Díli, James Dunn, no seu livro (hoje um clássico do tema) «Timor — A People Betrayed» salienta que os «diplomatas americanos e australianos e os seus governos haviam sido minuciosamente informados da proximidade da invasão». E revela que «a CIA, a 1 de Dezembro, informava em Washington, que, de acordo com uma fonte fidedigna, a Indonésia não desencadearia uma operação militar em larga escala contra o Timor Português antes de terminar a visita do presidente Ford»⁽²⁾.

Na opinião de outro australiano, Hamish McDonald, citado por Dunn, «o ataque a Díli esteve para ocorrer a 5 de Dezembro, no mesmo dia em que o presidente Gerald Ford e o secretário de Estado Henry Kissinger deveriam chegar a Jakarta, vindos da China. Os serviços americanos de inteligência souberam dessa coincidência comprometedor e conseguiram, com êxito, que a operação fosse adiada para depois da partida de Ford, a 6 de Dezembro».

Que fizeram os EUA após a invasão? Aprovaram-na discretamente. Washington olhava para a Indonésia como um aliado seguro, um país submetido a uma ditadura militar pró-americana. O mesmo não ocorria relativamente a Portugal. A intervenção armada indonésia verificou-se já depois do 25 de Novembro. Mas a Revolução do 25 de Abril alarmara a tal ponto a Casa Branca e o Pentágono que os analistas do Departamento de Estado se mostraram muito cautelosos nas previsões sobre o desenvolvimento pre-

visível do processo português. Os relatórios do embaixador Frank Carlucci (futuro director-adjunto da CIA) eram muito prudentes. Em Angola a vitória alcançada pelo MLPA com a ajuda das forças cubanas, às portas de Luanda, fora recebida na capital americana com um misto de surpresa e susto.

A hipótese de Timor permanecer sob governo da Fretilin era inaceitável para Ford e os falcões do Pentágono. O governo da Austrália nunca escondeu a sua simpatia pelas ambições anexionistas de Jakarta. Quanto à Grã-Bretanha, a sua posição foi marcada pelo cinismo desde o início da descolonização.

No seu livro «Descolonização de Timor — Missão Impossível?»⁽³⁾, o ex-governador daquele território, brigadeiro Lemos Pires, inclui uma opinião de Gordon Dunning (diplomata que integrava a embaixada britânica em Jakarta) definidora da política inglesa perante a questão timorense. Após uma visita a Timor, expressou assim o seu pensamento: «sem dúvida, conforme visto por cá, é do interesse da Inglaterra que a Indonésia absorva o território logo que possível e com o menor espalhamento, e se se chegar a uma situação em que haja problemas com as Nações Unidas, devemos manter a cabeça baixa e evitar tomar uma posição contra o governo da Indonésia».

A síntese merecia figurar num manual de normas sobre a hipocrisia nas relações internacionais. Essa era a política timorense da «mais velha aliada de Portugal». O governo de Sua Graciosa Majestade agiu exactamente como o sr. Gordon Dunning havia previsto.

*
* *

A história das tentativas para a internacionalização do caso de Timor é muito melhor conhecida do que os acontecimentos de bastidores comprovativos da cumplicidade norte-americana com os agressores indonésios. Da leitura dos seus melancólicos capítulos conclui-se que, sem o apoio dos EUA, a Indonésia não teria condições para manter a sua política timorense.

As relações de força em política são determinantes para a definição de uma estratégia expansionista. Jakarta nunca esqueceu essa realidade. No final dos anos 50, quando pretendia anexar o Norte de Bornéu (uma presa muitíssimo maior e mais rica do que o Timor-Leste), a Indonésia foi obrigada a recuar pela oposição firme da Grã-Bretanha, discretamente apoiada pelos EUA.

Nas Nações Unidas, o apoio à causa maubere apresenta, lamentavelmente, uma curva descendente.

Na sequência do relatório do secretário-geral que incluiu as informações da missão Guicciardi, após a sua controlada visita a Timor-Leste, o Conselho de Segurança da ONU discutiu um projecto de Resolução que reafirmou o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência e pediu à Indonésia que retirasse as suas forças. O texto foi aprovado a 22 de Abril de 1976, mas Washington absteve-se.

De Dezembro de 1975 a 23 de Novembro de 1982 a Assembleia-Geral votou oito Resoluções sobre o caso de Timor-Leste. De ano para ano o seu conteúdo foi perdendo força e significado. A primeira recebeu 72 votos a favor e 10 contra, com 43 abstenções. Quanto à última, os votos favoráveis não excederam 50: 46 países votaram contra e 50 abstiveram-se. Essa Resolução, a 3730, transferiu, aliás, a responsabilidade da condução do caso de Timor para o secretário-geral ao qual foi atribuído um mandato de medeador. As iniciativas tomadas deram até hoje os mofinos resultados que são conhecidos. A intransigência indonésia inviabilizou uma solução compatível com os princípios do Direito Internacional e a Carta da ONU.

Os EUA comandaram sempre a obstrução a qualquer projecto que pudesse levar à retirada indonésia à criação de condições para o exercício do direito à independência pelo povo maubere. Abstiveram-se imediatamente após a invasão, mas, a partir de 1976, votaram sempre contra as Resoluções. Em Outubro de 1977 Washington reconheceu de facto a integração de Timor-Leste como Província Indonésia. A fórmula encontrada pelo Departamento de Estado, sinuosa, foi reveladora da consciência que havia na Casa Branca do amoralismo da atitude norte-americana.

A atitude dos EUA pesou. Em 1982, a Islândia e a Grécia foram os únicos países europeus que acompanharam Portugal na votação. Não se manifestou na Assembleia Geral da ONU a solidariedade da família da CEE. Isso

apesar de o texto do projecto de Resolução, redigido com muita prudência, não conter qualquer crítica à Indonésia.

O processo de descolonização de Timor-Leste — abruptamente interrompido pela invasão indonésia — é uma ferida na consciência social portuguesa.

Não podemos lavar as mãos como Pilatos. Os monstruosos crimes cometidos em Timor-Leste sob a responsabilidade da Indonésia não apagam enormes erros anteriores à invasão cuja responsabilidade cabe a Portugal.

Não estamos inocentes. Durante e após o genocídio que atingiu o povo maubere, a política timorense de Portugal continuou, no fundamental, a ser conduzida com levianidade e quase sempre com hipocrisia. Não é concretamente aceitável a atitude do Governo Cavaco ao pretender colocar-se acima dos acontecimentos, como se estivesse isento de culpas e esperasse mesmo gratidão. As referências emocionais a Timor no discurso oficial, hoje de rotina, não ocultam a evidência. O governo do PSD nem uma só vez ousou dirigir a mais leve crítica às posições assumidas pelos EUA (contrárias à Carta da ONU, aos princípios éticos que afirmam defender e ao direito dos povos à autodeterminação e independência).

No próximo dia 18 será entregue — segundo se anuncia — no Tribunal Internacional de Justiça a queixa portuguesa contra a Austrália, motivada pelo acordo legítimo assinado com a Indonésia para exploração pela primeira das reservas petrolíferas da plataforma marítima timorense.

A queixa é uma iniciativa correcta. Mas contribui também para colocar o Estado português numa postura incómoda. Por que acusar a Austrália perante o Tribunal de Haia e ficar mudo quando os EUA, durante a negociação dos termos da visita a Timor, reafirmaram o seu alinhamento com Jakarta? Para o Governo Cavaco será o petróleo mais importante, como definidor da soberania de um povo, do que a negação do seu direito à independência?

Alguns especialistas do caso timorense chegaram a manifestar a esperança de que Washington, nas vésperas da programada visita da delegação parlamentar portuguesa a Timor, adoptasse uma posição mais flexível. Ocorreu, porém, o contrário. Os EUA aproveitaram o momento, no início de Outubro, para informarem, através de um porta-voz do Departamento de Estado, que reconhecem como facto consumado a transformação de Timor-Leste em província indonésia.

Porventura o Governo de Cavaco Silva, então em campanha eleitoral, emitiu algum protesto, um simples comentário? Não. Ficou mais uma vez mudo. O desafio dos EUA ao direito internacional, tripudiando sobre os direitos do povo maubere, não fez o Ministério dos Negócios Estrangeiros romper o silêncio.

Essa política de dois pesos e duas medidas retira por si significado às repetidas afirmações de solidariedade com o povo de Timor-Leste vindas do Governo Cavaco e do PSD. O mutismo diante do apoio dos EUA à anexação vale como prova de que a política timorense do Governo não passa de simples fachada, de um jogo marcado pela insinceridade.

Em artigo recente («Expresso», 9.11.91) o prof. António Barbedo de Magalhães, da Universidade do Porto, concededor profundo da problemática timorense, sublinhou que no tocante àquele território «tudo se passa como se para os EUA a ONU não passasse de um instrumento da sua política externa». Noutro texto («Público», 8.11.91), Barbedo de Magalhães, que cumpria, como miliciano, o serviço militar em Timor na altura do 25 de Abril, salienta o óbvio: «sem a convicção americana, os indonésios não se atreveriam a desrespeitar os acordos firmados com Portugal para a visita e esta poderia realizar-se».

*
* *

Não há nesta reflexão qualquer elemento factual sobre a questão de Timor que não seja do domínio público. O seu objectivo é somente o de chamar a atenção para a hipocrisia que tem caracterizado a política timorense do Estado português, nomeadamente a do Governo Cavaco Silva. O silêncio total do Primeiro-Ministro e do seu partido perante o apoio dos EUA à invasão e anexação de Timor-Leste pela Indonésia retira significado à retórica oficial de solidariedade com o povo maubere.

(1) in *Austrália's Defense and Foreign Policy Documents 1968-75*.

(2) *Extraldado da obra citada, pág. 277*.

(3) *Editorial Dom Quixote, Lisboa 1991*.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Debaixo daquela arcada

Atmosfera carregada.
Debaixo daquela arcada
Cavaco canta a balada
aos que foram de abalada
mais aos que estão de chegada.
À dentada e à unhada
à espada e à facada
o silêncio da cruzada
a careca e a argolada
a espinha bem dobrada

era tomada ou pomada?...

Sabedoria

No mesmo dia em que devoto
o governo se apregoa
veio o anúncio do terramoto
pra muito breve, em Lisboa.

E na memória do poeta passa
o que dizia a sua avó:
— É bem verdade que uma desgraça
nunca vem só...

Mia, mia a economia

Diz que apaga, apaga
a inflação com um dedo
é Braga, é Braga
Braga de Macedo.

E a Finança aziaga
no ouropele do Entrudo
fica-se a ver Braga
Braga por um canudo...

Burocaquexia

Ele sempre nos dizia
«abaixo a burocracia!»
E afinal
com este governo não houve outra igual...

O ministro desasado
o ministro assim-assado
ó Evaristo
toma lá disto, toma lá disto!

Excitação.
Cavaco então
(governo a rodos!)
— Chega pra todos, chega pra todos...

Caruncho

Borrego diz que Macário
Macário diz que Borrego
Borrego faz inventário
Macário faz t'arrenego!

O Diz disse que o Valente
Valente diz contra o Diz
o Diz todo se ressentido
Valente torce o nariz.

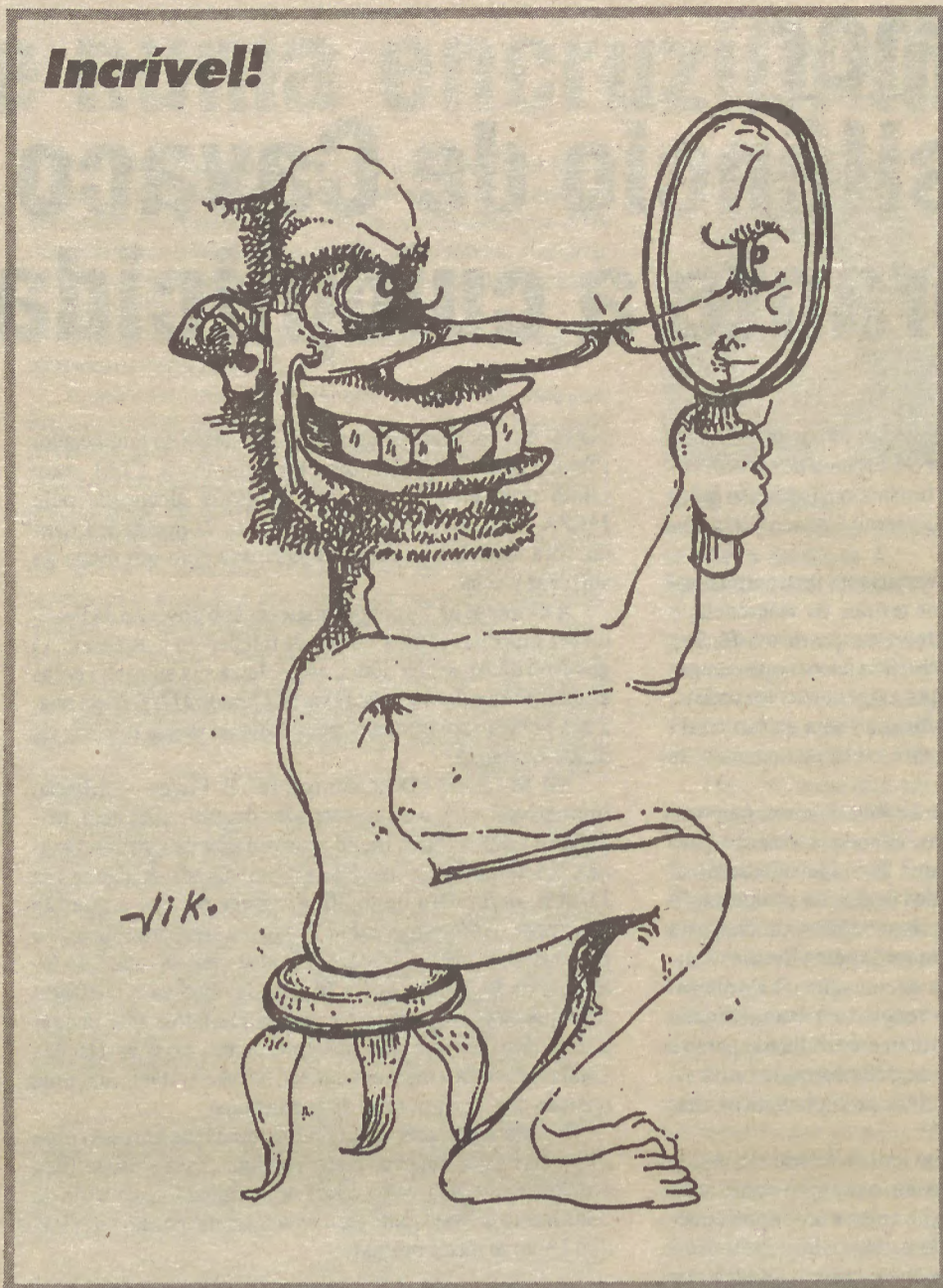
Barbosa ganha por um.
Quando passa, ouve-se ão-ã
há um zom que faz zum-zum
no monte do Montalvão.

Dizem uns: foi o Nogueira.
Outros dizem: foi um tal.
O caruncho na madeira
tem mais uma bacanal...

Um veneno em cada riso
um agulhão em cada gesto.
Tenha cada qual juízo
— e o Cavaco faz o resto...

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Bom tempo para os canais

«Realmente, apesar da insularidade, na Madeira não se está a dormir». É assim que «O Dia» saúda o contrato assinado no Funchal para a constituição na Madeira de um sistema de TV por cabo, que vai proporcionar aos habitantes a ligação a duas dezenas de canais internacionais. O esquema, gaba este periódico, é inédito em território português. E promete que um dia destes o número de canais vai aumentar para quarenta e cinco.

De facto, fazendo as contas, os madeirenses, de telecomando na mão, e se se propusessem passar oito horas por dia a ver um bocadinho de TV de cada canal, assistiria apenas a 10,6 minutos de programa, se quisessem espreguiçar o que dava em cada um dos quarenta e cinco. Na verdade, na Madeira, ninguém poderia dormir...

Santa ignorância

Quanto mais maioria menos sabedoria. Poder-se-ia inventar assim um dito «popular e democrático», para caracterizar o que se passa no seio da maior maioria PSD, que, ao que parece, tem muito que contar. Muito mais do que certamente vem a lume nas colunas dos semanários. Senão, veja-se. Inchada, relativamente, a maioria parlamentar do

PSD, numa Assembleia mais curta; o Governo apresentando-se hoje proporcionalmente muito maior em número do que todos os anteriores - portanto a crescer em relação ao órgão que o deve fiscalizar -, seria de pensar que maior facilidade haveria para conduzir, do ponto de vista do PSD, os negócios do próprio PSD. Mas não. Primeiro foi aquela do indigitado secretário que afinal era do PS. Ninguém sabia quem ele era. Depois foi a do Macário que franziu o nariz e logo foi substituído pela Teresa Gouveia que afirmou não saber o que se passava. Depois ainda foi o escândalo de ninguém saber, na véspera da votação, quem o PSD iria indicar para a presidência da AR. Houve quem se sentisse preterido, quem se sentisse traído, e mesmo quem, no segredo da votação, traísse a vontade do mestre Cavaco. Quanto mais maioria, menos sabedoria...

Uma hora para quatro anos

Às vezes o próprio «Correio da Manhã» põe o dedo na ferida. Esta foi uma delas, ao titular que «Cavaco disse numa hora o que quer fazer em quatro anos». Poderia, evidentemente, ter ido mais longe, e explicar que as intenções que o Primeiro exprimiu na Assembleia, a pretexto da apresentação do Programa do Governo, foram as de eternizar-se no poder. E a eternidade não se

mede em anos...

Com efeito, Cavaco, ao explicar muito bem explicadinho ao Partido Socialista - a quem falava ele senão ao PS? - que não tinha solução senão embarcar na política do PSD (ou tudo ficaria adiado, até nova derrota dos socialistas), começou por definir as suas prioridades. A primeira delas foi a da revisão da lei eleitoral, isto é, o estabelecimento de regras que permitam aos dois maiores - e o maior é o PSD - ter a maioria sem realmente ser maioritário. Tudo isto a bem da estabilidade, que é como quem diz, da Nação... Tudo isto muito rapidamente. Com pouca conversa, que há muito que fazer.

Sullismos

Pronto, Dhlakama parece que vai finalmente a Roma ver o Papa. E parece que Portugal - isto é, o Governo - vai finalmente meter a colherada nas negociações de Roma, entre Moçambique e a Renamo. Com todas as bênçãos concedidas, já se pode dizer algum mal, nos jornais da burguesia, deste chefe de bandidos armados, que era como ainda há poucos anos lhe chamavam em Moçambique. O mundo dá voltas, já se sabe, e não só aos dias e às noites, não só às histórias da História. Também dá voltas às línguas de quem a conta. Hoje em dia já é possível ao «Independente» revelar que Dhlakama «concretizou os desejos da África do Sul.

frases da Semana

«Quando se fala em piscinas, há ainda um *health club* com uma área de 1020 m², piscina com luz natural, coberta e aquecida, implantada num jardim. É evidente que tem hidromassagem, salas de massagem, banho turco, duche escocês, solário, saunas, ginásio, *squash* e bar.»

✽ Vera Lagoa, reportando sobre o «Ipanema Plaza» (Porto) — «O Diabo», 12/11/91

«São os homens de empresa que detêm o segredo das populações viverem um nível de vida mais ou menos elevado.»

✽ Carvalho Cardoso, Presidente da Associação de Estudos Superiores de Empresa — «O Diabo», 12/11/91

«O Caso» é à medida do povo, o povo gosta de sangue.»

✽ Marquês do Alegrete, proprietário do jornal «O Caso» — «Expresso-Revista», 9/11/91

«Matar é indiferente, o que me dá gozo nas caçadas é o campo, os amigos e o encontro com mulheres bonitas.»

✽ Jorge Manuel Espírito Santos, banqueiro — «Expresso-Revista», 9/11/91

«Tenho um alto nível de compreensão mútua com a ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher. Une-nos a semelhança da lógica de pensamento, a clareza na formulação das ideias, o escrúpulo das concepções, a análise profunda das situações.»

✽ Anatoli Sobtchak, Presidente da Câmara de S. Petersburgo — «Expresso-Internacional», 9/11/91

«Não me diminui nada e, pelo contrário, até me sinto prestigiada por ter sido substituída por uma grande senhora e que tem muito mais capacidades do que eu.»

✽ Manuela Aguiar, a propósito da sua substituição por Leonor Beleza — «O Jornal», 8/11/91

«Há sete meses, eu podia dar uma simples ordem e 541 000 pessoas imediatamente obedeceriam. Hoje, não consigo arranjar um canalizador.»

✽ Norman Scharzkopf, general na reserva — «Expresso-Internacional», 9/11/91

«Já não há heróis e poucos são os santos. Não quero ser nem uma coisa nem outra.»

✽ Barbosa de Melo — «O Jornal», 8/11/91

«Há, para muitas pessoas, um momento em que concluem que não poderão viver toda a vida do lado do «contrapoder» — e sentem a necessidade de experimentar o outro lado (...). Quanto a Braga de Macedo, percebeu que se vive hoje um período que tem algum paralelismo com outras épocas — quando, para se fazer carreira política, era necessário aderir à União Nacional.»

✽ José António Saraiva, «Política Portuguesa» — «Expresso», 9/11/91

«Como é possível, numa democracia dita de sucesso, um plagiador chegar a ministro?»

✽ «Expresso-Cartas», 9/11/91

Quinta, 14**Amadora**

No Centro de Trabalho da Amadora tem lugar a partir das 21.30 um plenário de militantes do Partido activistas em colectividades do concelho.

Lisboa

Hoje à tarde (a partir das 16.30) no CT António Serpa, por iniciativa do Sector de Transportes da ORL, terá lugar um plenário de camaradas membros de ORT's do Sector dos Transportes.

Sexta, 15**Covilhã**

A Organização local do Partido promove hoje no Centro de Trabalho um debate-convívio, com início marcado para as 17.00.

Lisboa

Com início às 14.00 realiza-se no Centro de Trabalho Vitória um Plenário de Reformados da Cidade de Lisboa, que tem como objectivo debater a situação política e social e perspectivas de trabalho em defesa dos reformados.

Participa o camarada Jaime Félix.

«A identidade do Partido - Os nossos ideais nos dias de hoje»: este é o tema do debate que terá lugar no Centro de Trabalho da Graça a partir das 21.30, com a participação do camarada Aurélio Santos. É mais um debate da série «À conversa com...», organizada pelas organizações de Alfama e da Colina da Graça.

Um Plenário de Militantes da freguesia de Chelas está marcado para as 21.00 na Comissão de Moradores da Zona I de Chelas. Terá a participação do camarada Jorge Gouveia Monteiro.

Sintra

Reunião de quadros da Freguesia do Cacém, a realizar no Centro de Trabalho local a partir das 21.30.



No mesmo local e à mesma hora realiza-se uma outra reunião - esta da Comissão Concelhia de Sintra da JCP.

Sábado, 16**Lisboa**

O Sector de Transportes da ORL organiza um almoço-convívio no terreno da Festa do «Avante!» na Quinta da Atalaia, no qual será como convidado o camarada Carlos Carvalhas.

No Centro de Trabalho de Marvila realiza-se a partir das 15.30, com a participação do camarada Carlos Grilo, um

Quinta, 21
no CT Vitória às 18.30

Plenário de militantes, dirigentes e delegados sindicais e outros quadros da Direcção da Cidade de Lisboa

Participação de Domingos Abrantes

PLENÁRIOS EM PORTALEGRE

Estão agendados para os próximos dias os seguintes Plenários de Militantes de várias organizações do distrito, sempre nos respectivos Centros de Trabalho:

- hoje, quinta-feira, em Arronches (às 20.30);
- sábado em Ponte de Sor, Avis, Alcorrego, Aldeia Velha, Benavila, Ervedal e Figueira e Barros (todos às 20.00);
- domingo em Sousel (a partir das 15.00).

Tribunal Cívico no Dia Nacional do Deficiente

A União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes decidiu comemorar este ano o Dia Nacional do Deficiente, que se assinala a 8 de Dezembro, com um «Tribunal Cívico». Um júri presidido por um juiz, um corpo de jurados, testemunhas e advogados de defesa e acusação apreciará as medidas implementadas pelo Governo, em contraponto à política de reabilitação definida pela Lei de Bases da Reabilitação.

É um «Tribunal» aberto, que decorrerá no próprio dia 8 de Dezembro na Sala Veneza do Hotel Roma.

Agenda

Plenário de Militantes da freguesia.

Para o Centro de Trabalho de Santos os camaradas daquela zona organizaram um magusto, aberto à participação de todos e com início às 15.00.

Amadora

Na reunião da Comissão Concelhia da Amadora que hoje se realiza no Centro de Trabalho com início às 11.00 participará o camarada José Casanova.

Oelras

Magusto organizado pela Comissão de Freguesia de Algés, que decorrerá a partir das 17.00 no Centro de Trabalho de Algés.

Sintra

Eleitos da CDU em Aqualva-Cacém visitam a freguesia a partir das 14.30.

A partir das 16.00, no Centro de Trabalho de Queluz, a organização do Partido organiza um magusto aberto a todos os camaradas e amigos.

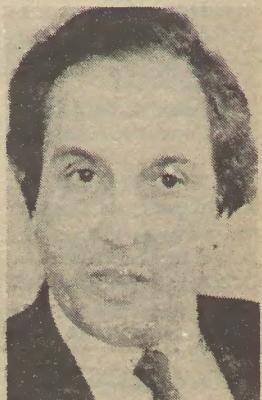
Cascais

Debate-convívio no Centro de Trabalho de Alcáideche a partir das 17.00. Tema em discussão: «A nossa acção autárquica na Freguesia; formas de contacto com a população». No

Sábado

Almoço-convívio e fados na Quinta da Atalaia

do Sector de Transportes da ORL com o camarada Carlos Carvalhas



Jantar-convívio NO SAMOUÇO

com a participação de Carlos Carvalhas

Fados com fadistas de todo o distrito

Sábado, às 20 horas
na Quinta do Coelho

final, convívio com castanhas e água-pé.

Torça, 19**Sintra**

Reunião da Comissão de Freguesia de Queluz do PCP com eleitos da CDU na freguesia, para discussão do trabalho autárquico: às 21.30 no Centro de Trabalho de Queluz.

Lisboa

Mais um debate no Centro de Trabalho da Graça - este sobre «A Imprensa nos dias de hoje» e com Miguel Urbano Rodrigues como convidado. Às 21.30.

16 A 24 DE NOVEMBRO

II^os. ENCONTROS INTERNACIONAIS DE CINEMA DOCUMENTAL



AMASCULTURA

Associação de Municípios para a Área Sociocultural
Amadora, Loures, Sobral de Monte Agraço, Vila Franca de Xira.

AMADORA • Auditório da Câmara Municipal
LOURES • Centro Cultural da Malaposta
SOBRAL DE MONTE AGRAÇO • Cine-Teatro
VILA FRANCA DE XIRA

Os Cahiers na Cinemateca

Está actualmente em curso na Cinemateca Portuguesa uma preciosa mostra de filmes *reabilitados* (ou mesmo «revelados») há 40 anos pelos críticos dos Cahiers du Cinema, durante a batalha que travaram contra a estética então dominante no cinema francês e de um modo geral no mundo europeu da cultura. Entre esses filmes estão alguns clássicos, hoje definitivos, de autores como Hitchcock, Nicholas Ray e Fritz Lang. O destaque desta semana vai para «Cega Paixão», de Ray, a exhibir sexta-feira às 18.30, e para «A Cidade e as Trevas», de Fritz Lang, que se exhibe no sábado à mesma hora.

Televisão

Filmes na TV

Quinta, 14

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia (II)
10.30 Ricardina e Marta
11.00 Bom Dia (III)
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Cousteau: «Gente do Mar»
14.00 Brinca Brincando
14.35 Tocada pelo Amor (ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Telenovela: «Rainha da Sucata» (1ª epis.)
21.35 Os Simpsons
22.00 Sabbath
23.30 Os Olhos da Lua
00.45 24 Horas
01.20 Remate
01.30 Histórias Fantásticas

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Os Cavaleiros das Estrelas
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.30 Recreio do 2
16.35 Guarda Florestal
17.25 A Natureza das Coisas
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino
19.25 Aventura do Conhecimento
19.50 Música no 2
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almanáco
21.35 Delfins
22.35 A Ilustre Casa de Black Adder
23.05 Desaparecida (ver «Filmes na TV»)

Sexta, 15

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 Coração Não Batas Mais (ver «Filmes na TV»)
16.05 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.30 O Regresso de Jedi (ver «Filmes na TV»)
00.05 Cheers, Aquele Bar
00.40 24 Horas
01.15 Remate
01.45 Corrupção em Sunset Strip (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Alemão
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas

14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.05 Burlescos
17.30 A Raça Humana
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 B.I.
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almanáco
21.35 Por Mares Nunca Dantes Navegados
22.25 Rotações
23.30 Pantanal
00.55 Cop Rock

Sábado, 16

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.15 Cover Story
13.55 A Guerra dos Mundos
14.40 Diamond Awards 90 (II)
15.40 T & T
15.50 Desenhos Animados
16.10 Uma Página de Amor (ver «Filmes na TV»)
17.45 E os Muros Caíram...
18.40 O Mandarin
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Kananga do Japão
23.05 Casa Cheia
23.50 Irmãos Inseparáveis (ver «Filmes na TV»)
02.05 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
13.45 O Defunto Protesta (ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.40 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.00 As Telas da Lei

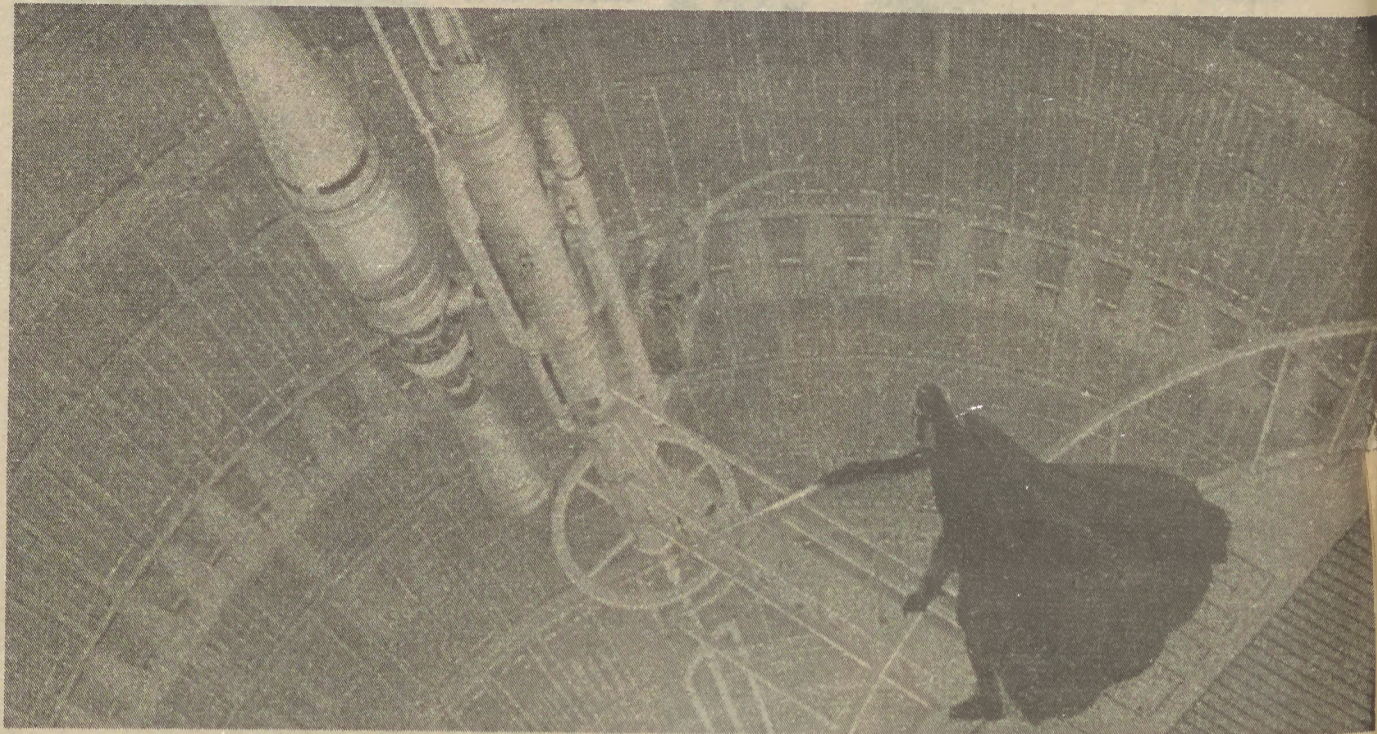
Domingo, 17

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.30 70 x 7
12.00 Missa
13.00 Notícias
13.15 Os Jovens Cowboys
14.00 Desafios da Vida
14.50 Top+
15.50 Tempo de Melodia (ver «Filmes na TV»)
17.20 As Aventuras do Cavalo Preto
17.45 ET - Entretenimento Total
18.50 Os Golos da Jornada
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.50 Kananga do Japão
22.30 Domingo Desportivo
23.40 O Sangue dos Outros
00.30 Conversa Afiada
01.40 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Planeta para Amar
10.55 Regiões Magazine
11.55 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
20.15 Palavra Puxa Palavra
20.45 Resumo Formula 1
21.00 Nós 2
22.00 O Sr. Almanáco
22.05 Artes e Letras: «William Beckford»
22.55 Os Revoltados do Caine (ver «Filmes na TV»)
01.00 Tauroaquia



Amanhã à noite, na RTP-1, «O Regresso de Jedi», que encerra a trilogia conhecida como «A Guerra das Estrelas» (a imagem é do storyboard de Ralph McQuarrie)

Segunda, 18

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sobrevivência
14.00 Brinca Brincando
14.35 Operação V-2 (ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.30 O Preço Certo
23.00 O Rei dos Jornais
00.05 24 Horas
00.40 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 O Homem da Carabina
12.30 Curso de Alemão
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.00 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Harder Than Everest
18.00 Clip-Club
18.15 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Arsenio Hall
21.00 Jornal das Nove
21.35 Falar Claro
22.35 Teatro - «A Nave Adormecida»

Terça, 19

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Lugares de Troca
14.00 Brinca Brincando
14.35 Roseland - Amar sobre a Cidade (ver «Filmes na TV»)
16.25 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.25 A Lei de Murphy
22.25 Primeira Página
23.20 Carol & Companhia

23.50 24 Horas
00.25 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Goolies
12.30 Curso de Francês
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.30 Madiken
17.00 Férias Aquáticas
17.30 Tribunal de Juri
18.00 Clip Club
18.15 Eterno Feminino
19.25 Cinemazine
19.55 O Grande Sonho
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.10 Caminho Panorâmico (ver «Filmes na TV»)
00.20 Pop-Off

Quarta, 20

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Tesouro do Yankee Zephyr (ver «Filmes na TV»)
16.15 Tu Cá, Tu Lá
17.10 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.25 Vamos Jogar no Totobola
21.40 O Primeiro Ano do Resto das Nossas Vidas (ver «Filmes na TV»)
23.30 24 Horas
00.05 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.05 2020 - Polícias em Acção
12.30 Curso de Francês
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas II
17.30 Mulheres no Mundo
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Uma Questão de Palavras
19.40 Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.30 Especial Desporto - Futebol
23.15 Carlos Cruz:
Quarta-feira

TOCADA PELO AMOR

«Touched By Love» ou «To Elvis, with Love» (EUA/1980). Realização de Gus Trikonis. Interpretação de Deborah Raffin, Diane Lane, Michael Learned, Christina Raines. Cor, 90 minutos.

Uma enfermeira de uma escola para deficientes envolve-se profundamente na recuperação de uma criança sofrendo de paralisia infantil e cuja incomunicabilidade só é quebrada por uma progressiva admiração pelo seu ídolo — Elvis Presley. Telefilme melodramático baseado nas memórias de uma aluna de enfermagem, Lena Canada, com argumento de Hesper Anderson.

(Quinta, 14.35, Canal 1)

DESAPARECIDA

«The Lady Vanishes» (Gbr./1938). Realização de Alfred Hitchcock. Interpretação de Margaret Lockwood, Michael Redgrave, Paul Lukas, «Dame» May Whitty, Cecil Parker, Maunton Wayne, Basil Redford. P/B, 96 minutos.

Baseado no romance «The Wheel Spins», de Ethel Lina White, e objecto de um desastroso «remake» em 1979, este clássico de Hitchcock é, porventura, o mais fascinante e divertido da fase britânica do mestre e conta-nos as aventuras de uma jovem surpreendida, durante uma viagem de comboio, pelo desaparecimento súbito de uma senhora de idade que os seus companheiros de viagem juram nunca ter visto (!) e as peripécias da «investigação» que leva a cabo com a ajuda de um jovem músico. História absurda de um «complot» entre duas potências, em vésperas da II Guerra Mundial, com um argumento intrincado, genialmente realizado, e brilhantes desempenhos de um punhado de grandes actores.

(Quinta, 23.05, Canal 2)

CORACÃO NÃO BATAS MAIS

«Bachelor of Arts» (Gbr./1958). Realização de Wolf Rilla. Interpretação de Hardy Kurger, Sylvia Sims, Ronald Lewis, Jeremy Burham, Peter Myers. Cor, 91 minutos.

Comédia divertida, mas menor, sobre os costumes e tradições académicas inglesas apimentada com as aventuras amorosas de um jovem estudante alemão em Cambridge. Única menção a reter: a fotografia de um mestre britânico, Geoffrey Unsworth, o que é insuficiente.

(Sexta, 14.35, Canal 1)

O REGRESSO DE JEDI

«The Return of the Jedi» (EUA/1983). Realização de Richard Marquand. Interpretação de Mark Hamill, Harrison Ford, Carrie Fisher, Billy Dee Williams, Alec Guinness. Cor, 125 minutos.

Alguma sensação de «já visto» neste último episódio da trilogia «Guerra das Estrelas» com uma inflação, por vezes pleonástica, de efeitos especiais. Continua a batalha entre os heróicos rebeldes e o decadente Império Galáctico, num divertido argumento de uma engenhosa parrelha — George Lucas e Lawrence Kasdan — que inventam uma inimaginável galeria de monstros e criaturas «do outro mundo». Mas, no fundo, reduzido e esgotado o efeito de novidade e surpresa, a série chega ao seu termo cada vez mais circunscrita à miudagem das «matinées».

(Sexta, 21.30, Canal 1)

CORRUPÇÃO EM SUNSET STRIP

«Shakedown on the Sunset Strip» (EUA/1988). Realização de Walter Grauman. Interpretação de Perry King, Season Hubley, Joan Van Ark, Vincent Baggetta. Cor, 96 minutos.

Não é certamente este telefilme que vai fazer subir a cotação da programação cinematográfica da RTP numa das semanas mais fracas do mês. O enredo, construído entre os tons de comédia e «thriller», conta-nos a história, passada nos anos 40, de um ambicioso polícia de L. A. que, investigando a trajectória de uma notória «madame», se acha envolvido numa luta contra inesperados obstáculos ao descobrir as suas relações de prostituição e corrupção com poderosos amigos colocados em altos postos do poder.

(Sexta, 01.45, Canal 1)

O DEFUNTO PROTESTA

«Here Comes Mr. Jordan» (EUA/1941). Realização de Alexander Hall. Interpretação de Robert Montgomery, Evelyn Keyes, Claude Rains, Rita Johnson. P/B, 90 minutos.

Joe, um campeão de boxe (Robert Montgomery), morre num desastre aéreo quando viajava no seu avião particular e vai para o céu. Por engano: era suposto viver mais 40 anos! E Mr. Jordan, funcionário celestial, vê-se assim obrigado a devolver a boa alma de Joe ao seu corpo, que já fora cremado, pelo que este tem de encontrar um outro corpo que, por sua vez... É assim, de peripécia em peripécia, que Alexander Hall constrói uma excelente comédia fantástica à boa

mancira de Hollywood. Óscar para a história original de Harry Segall e outro para os argumentistas Sidney Buchman e Setton I. Miller. Belo filme para uma tarde de sábado.

(Sábado, 14.20, Canal 2)

UMA PÁGINA DE AMOR

«Something Short of Paradise» (EUA/1979). Realização de David Helpern Jr. Interpretação de Susan Sarandon, David Steinberg, Jean-Pierre Aumont, Marilyn Sokol. Cor, 90 minutos.

Mais um telefilme mediano que conta a história das acidentadas relações sentimentais entre uma jornalista e um proprietário de um cinema (personagem esta, rezam as crónicas, particularmente obnoxia). Para os cinéfilos inveterados, referência imprescindível ao genérico do filme, construído à base de velhos cartazes e anúncios de clássicos do cinema.

(Sábado, 16.10, Canal 1)

IRMÃOS INSEPARÁVEIS

«Dead Ringers» (EUA/1988). Realização de David Cronenberg. Interpretação de Jeremy Irons, Genevieve Bujold, Heidi von Palleske, Barbara Gordon, Shirley Douglas. Cor, 111 minutos.

Dois gémeos, Elliot e Beverly Mantle, reputados ginecólogos, partilham a mesma clínica, o mesmo apartamento, as mesmas mulheres. Um é um espírito mundano, o outro mais interessado na pesquisa científica. Mas Beverly apaixonou-se loucamente por uma atriz, também ela um «caso clínico». Sucumbindo à droga, ele arrasta o irmão para a morte, que também acabam por partilhar. A excepcional qualidade da trucagem cinematográfica quase faz esquecer que Jeremy Irons é o intérprete, único e brilhante, das personagens dos dois gémeos. Impressionante (a vários títulos...) filme fantástico de Cronenberg (de que a RTP transmitiu recentemente «A Mosca») «Irmãos Inseparáveis» é, depois de «Desaparecida», o melhor «filme na TV» da semana.

(Sábado, 23.50, Canal 1)

TEMPO DE MELODIA

«Melody Time» (EUA/1948). Realização de Walt Disney. Cor, 74 minutos.

Depois do terror (eventualmente chocante) da «Última Sessão» da véspera, esta é uma levíssima longa metragem de animação em que (assinalável feito técnico para a época) se misturam momentos de imagem real a cargo de grandes nomes do espectáculo, como as Sisters Dinning e Andrews, Ethel Smith, Dennis Day ou Roy Rogers. Música e fantasia, pelo pincel e pela câmara de mestre Disney, para a tarde de Domingo.

(Domingo, 15.50, Canal 1)

OS REVOLTADOS DO CAINE

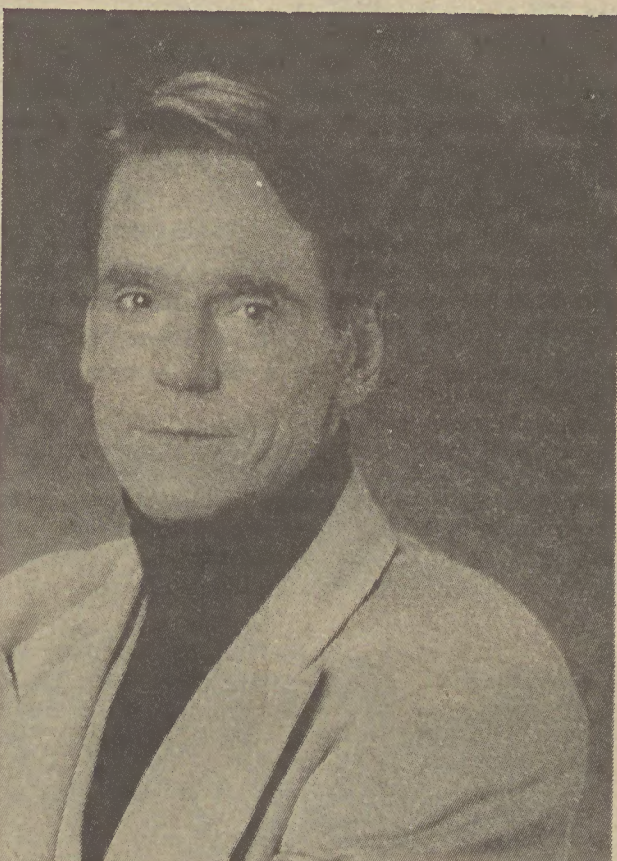
«The Caine Mutiny» (EUA/1954). Realização de Edward Dmytryk. Interpretação de Humphrey Bogart, Van Johnson, Jose Ferrer, Fred MacMurray, Robert Francis. Cor, 124 minutos.

Embora realizado com espectacularidade por Edward Dmytryk, o destaque vai, sem dúvida, para uma mão cheia de actores onde avulta Humphrey Bogart (no papel de comandante de um caça-minas norte-americano destacado para a frente de batalha no Pacífico) com um monólogo inesquecível na brilhante sequência do julgamento em tribunal de guerra. Baseado no romance de Herman Wouk (Prémio Pulitzer), também ele adaptado com êxito ao teatro, o filme conta a história do motim da tripulação do «Caine», encabeçada por três tenentes, contra a acção desastrosa e insegura do comandante do navio que cai em pânico e descontrolo emocional durante um tufão. Em 1987, Robert Altman realizaria para a televisão uma

CINEMA					
		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Divina Comédia	—	★★	—	★★
B	O Silêncio dos Inocentes	—	★★★★	★★	★★★★
C	Thelma e Louise	—	★★★	—	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Manoel de Oliveira — King/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45 — Lisboa.
B — Real. Jonathan Demme — Amoreiras/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15). Lisboa.
C — Real. Ridley Scott — Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15). Amoreiras/3 (14.00, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15). Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45). S.Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.



Jeremy Irons é «Irmãos Inseparáveis», do realizador canadiano David Cronenberg, sábado, em «Última Sessão», no canal 1

notável sequela do filme, centrada exclusivamente no julgamento.

(Domingo, 22.55, Canal 2)

OPERAÇÃO V-2

«Operation Crossbow» ou «The Great Spy Mission» (EUA/1965) Realização de Michael Anderson. Interpretação de George Peppard, Sophia Loren, Trevor Howard, Tom Courtenay, Anthony Quale, John Mills, Richard Todd, Lilli Palmer. Cor, 116 minutos.

Tendo como pano de fundo a II Guerra Mundial, esta história (estilo «missão impossível») conta as aventuras de um comando de cientistas lançados de pára-quedas para além das linhas inimigas com a finalidade de destruir uma base de foguetões nazi secretamente localizada em Peenemunde. Final espectacular, em meio da indispensável pirotecnia, com música a carácter de Ron Goodwin e uma direcção rotineira de Michael Anderson.

(Segunda, 14.35, Canal 1)

ROSELAND, AMAR A CIDADE

«Roseland» (EUA/1977). Realização de James Ivory. Interpretação de Teresa Weight, Lou Jacobi, Geraldine Chaplin, Helen Gallagher, Christopher Walken, Joan Copeland, Lillia Skala. Cor, 103 minutos.

Com argumento de Ruth Prauer Jhabvala, James Ivory filma sem garra, nesta trilogia sem chama, as histórias (fraca a primeira, melhores as duas seguintes) à volta de personagens que frequentam um famoso «ballroom» de Nova Iorque — o «Roseland». Salvam-se duas belas interpretações de Joan Copeland e Lillia Skala.

(Terça, 14.35, Canal 1)

CAMINHO PANORÂMICO

«Scenic Route» (EUA/1978). Realização de Mark Rappaport. Interpretação de Randy Danson, Marilyn Jones, Kevin Wade. Cor, 78 minutos.

Filme de memórias, encontros e desencontros, conta a história de uma mulher que se refugia nas suas recordações para iludir o desespero que experimenta após a morte da irmã e do amante.

(Terça, 22.10, Canal 2)

TESOURO DE YANKEE ZEPHYR

«Treasure of the Yankee Zephyr» (EUA/1981). Realização de David Hemmings. Interpretação de George Peppard e Donald Pleasence.

(Quarta, 14.35, Canal 1)

PRIMEIRO ANO DO RESTO DAS NOSSAS VIDAS

«St. Elmo's Fire» (EUA/1985). Realização de Joel Schumacher. Interpretação de Rob Lowe, Denni Moore, Andrew McCarthy, Judd Nelson, Ally Sheedy, Martin Balsam. Cor, 108 minutos.

Sete universitários recém-formados mantêm-se juntos como um grupo após terem abandonado a universidade. Tentativa desinspirada e desinteressante de dramatizar o conflito entre as aspirações imaturas e as duras realidades da vida. Lotação longe de esgotar...

TEATRO

CASA DA COMÉDIA

R. S. Francisco Borja, 25 (às Janelas Verdes). Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O ÚLTIMO DOS MARIALVAS, de Neil Simon, encenação de Melinda Mourão.

CLUBE ESTEFÂNIA

R. Antª Maria Inácio, 41, r/c. Tel. 542249. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17.00, dom. às 21.30. DESIMAGINAÇÃO, de António Pedro, com o grupo Persona.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

R. Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. ATÉ QUE COMO O QUÊ QUASE, baseado em peças de Beckett, encenação de Luís-Miguel Cintra.

TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. De 5ª a dom. às 21.30. AMOR TAMBÉM DE PERDIÇÃO, produção e encenação de Fernando Gomes/Teatro Livre.

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00. VAMOS A VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO DA TRINDADE

Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 20.30, sáb. e dom. às 16.30. INVERNO 45, de Michel Deutsch, encenação de Castro Guedes.

Para crianças

TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00; de 3ª a 6ª grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

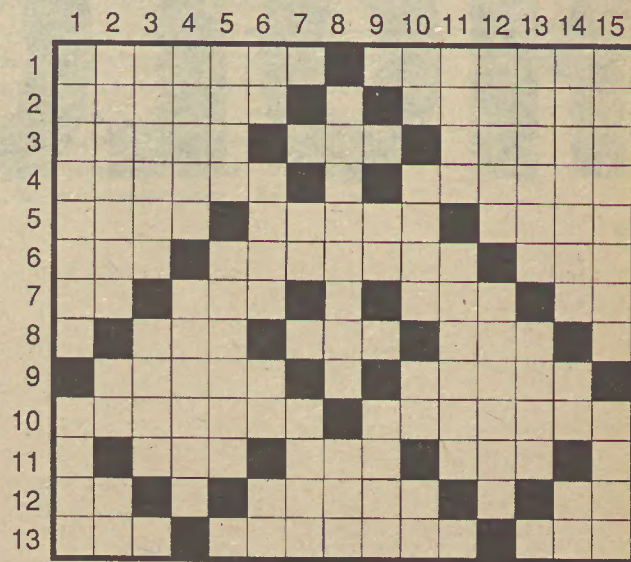
TEATRO DE CARNIDE

Azinhaga das Freiras. Tel. 7145178. Domingo às 11.00. TRIC-TRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S.Ricardo.

TEATRO PAPA-LÉGUAS

Rua prof. Santos Lucas, 36-A (Benfica). Sáb. às 16.00, dom. às 11.00, 3ª, 5ª e 6ª às 11.00 e 14.00 (para grupos organizados), SOPA E COISAS SELVAGENS, enc. de Mário Jorge, pela Compª de Teatro de Animação «Os Papaléguas».

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 1 — Delicados; o pai dos deuses dos romanos. 2 — Atingira; nome de homem. 3 — Lavrada; breu; peixe clupeida. 4 — Peça de vestuário; apaga. 5 — O primeiro homem; causai dano (gir.); parecências. 6 — Ministar; canelada; cont. prep. e art. 7 — Carta de jogar; anel; adv. de afirm., igreja episcopal. 8 — Eleva; agora; semelhante. 9 — Torna célebre; osso da fase; 10 — Arremessais; nutriram. 11 — Imensidade (fig.); letra grega; procede. 12 — Art.; anuf; estás. 13 — Numeral; enganada; artéria.

Verticais: 1 — Assaltadas; peixe escombrida. 2 — Residências; Átomo (simb.); nota mus. 3 — Ficar de cama; semelhante. 4 — Vagabundo, seguraram-se (as vides). 5 — Estavas; bradar. 6 — Safa; cão de fila; nesse lugar; atmosfera. 7 — Pref. neg.; estiação. 8 — Vendeira de peixe, possui. 9 — Alumínio (simb.); pron. indef. 10 — Cidade da Caldeia; este Bartolomeu era navegador; pron. pess.; idem. 11 — Tome o peso; estrofe de oito versos. 12 — Aspira; cidade espanhola. 13 — Cidade algarvia; mau dançador. 14 — Sublimes (poet.); Rádio (simb.); pron. pess. 15 — Rebolassem; rio de França, Bélgica e Holanda.

Solução do número anterior

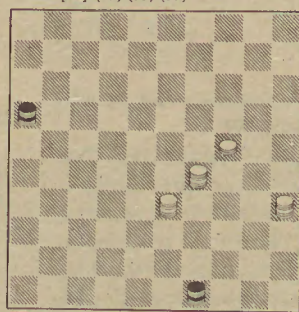
Horizontais: 1 — Fama; Maio; acama. 2 — Amolador; amavam. 3 — Caril; atómico. 4 — Ideais; Apeles. 5 — Nós; sir; anãs. 6 — Os; paneiro; aias. 7 — Rás; ara. 8 — Ácer, livrara; ap. 9 — Usem; adi; agá. 10 — Aludia, aderir. 11 — Bebedor; alara. 12 — Ataras; avisarei. 13 — Samas; suar; sais.

Verticais: 1 — Facínora; obas. 2 — Amados; Cu; eta. 3 — Mores; desabam. 4 — Alia; relera. 5 — Alisar, mudas. 6 — MD; sinal; dos. 7 — Aos; residir. 8 — Ir; Au. 9 — Apurara; Eva. 10 — Até; orada, ir. 11 — Amola; áridas. 12 — Camena; elas. 13 — Avisais; arara. 14 — Mac; Sá; agirei. 15 — Amor; separais.

DAMAS

CCCXXIX - 14 de Novembro de 1991
Proposição nº 329
Por: Jean Dufresne
Praktisch Dammen, 1911

Pr.: [2]: (16)-(49)
Br.: [24]: (29)-(33)-(35)

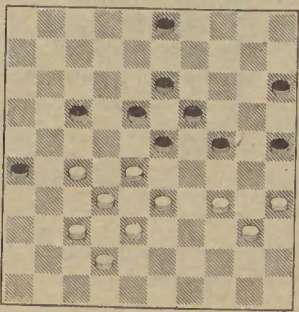


Branças jogam e ganham (5T)

Golpe Nº 329

Por: Emile Mathieu
Jogando no Campeonato de Toulouse, 1982
(Contra André Friori)

Pr.: [10]: 3-13-15-17-18-19-23-24-25-26
Br.: [10]: 27-28-32-33-34-35-37-38-40



Branças jogam e ganham (5T)

Soluções do Nº CCCXXIX

Nº 329 (J.D.): 1.29-40, (16-2); 2.33-47e3, 35x2 e 4. 47-24 e 5. 2x35+
1.... (49-43); 2. 33-38 e 3. 40-7 e 4. 35x46
(ou 36/26)+

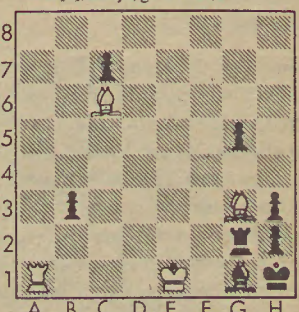
Golpe Nº 329

(E.M.): 1.... (17-21); 2.27x16, (18-22); 3. 28x17, (26-31); 4. 37x26, (24-30); 5. 35x24, (19x48)=D+

XADREZ

CCCXXIX - 14 de Novembro de 1991
Proposição nº 329/A
Por: L. Nosanovski, URSS
Le Courier des Echecs, 1976

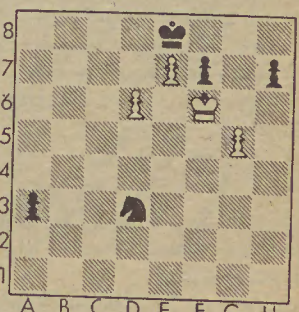
Pr.: [8]: Ps. b3, ç7, g5, h2, h3-Bg1-Tg2-Rh1
Br.: [4]: Bs. ç6, g3-Ta1-Ré1



Mate em 5 lances

Proposição Nº 329/B
Por: W. von Hozzhauzen & M. Sobéje
Deutsche Schachzeitung, 1899

Pr.: [5]: Ps. a3, f7, h7-Cd3-Ré8
Br.: [4]: Ps. d6, é7, g5-Rf6



Branças jogam e ganham

Solução do Nº CCCXXIX

Nº 329/A (L.N.): 1.0-0-0!, b2+; 2.Rf1, g4; 3.Bf2, g3, 4.Bé1, B joga; 5.Bf2+
Nº 329/B (W. von H & M.S.): 1. g6!, P:P; 2. d7+, R:P; 3. Rf7, C65+ 4.RR8 e g.

Tempo

No fim-de-semana, segundo a previsão do INMG, o céu vai estar pouco nublado, excepto nas regiões do Norte e Centro, onde se apresentará temporariamente muito nublado e onde poderão ocorrer aguaceiros fracos.



HOLOCAUSTO

Em 1981 surgiu nas bancas das livrarias britânicas e norte-americanas um livro que a crítica considerou um dos mais impressionantes documentos sobre a barbárie nazifascista: fruto de um exaustivo trabalho de anos das autoras - Janet Blatter e Sybil Milton - a obra reunia 350 obras de arte criadas por homens e mulheres que haviam vivido nos ghettos, campos de concentração e prisões nazis. O título é em si próprio o retrato das provações dolorosas sofridas pela Humanidade assolada pelas tropas de Hitler: *Art of the Holocaust*, «Arte do Holocausto».

Ao longo de 250 páginas sucedem-se as reproduções dos documentos desenhados em Bergen Belsen, Auschwitz, Dachau,

Treblinka, no ghetto de Varsóvia. Acompanhando esses documentos, um exaustivo trabalho de documentação recolhido em mais de setenta instituições, bibliotecas, arquivos e coleções particulares.

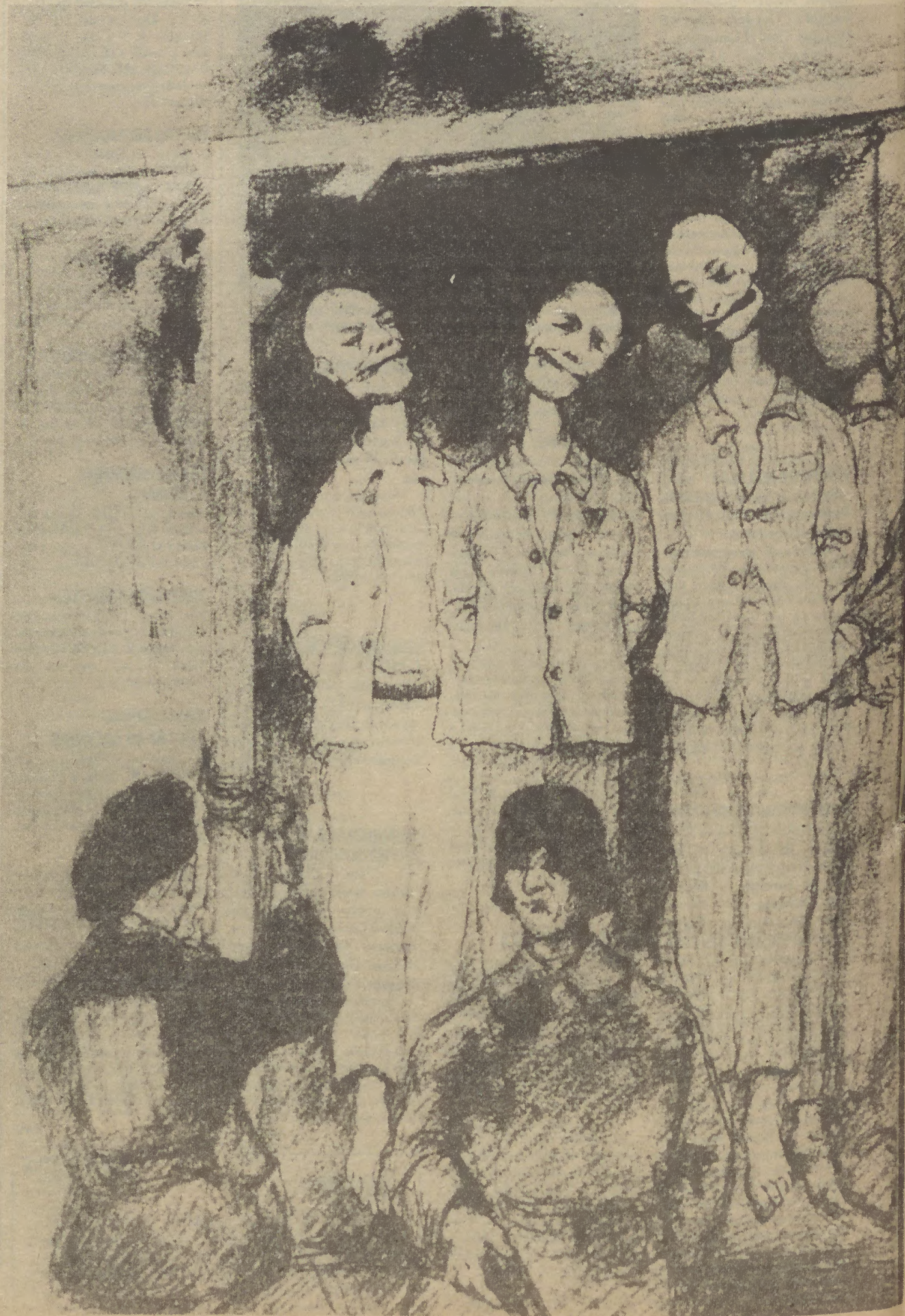
Há poucos dias, por toda a Alemanha, bandos de neonazis comemoraram a «Noite de Cristal», o primeiro passo do monstruoso crime do universo concentracionário que cobriu a Europa.

Recordar que mesmo nesse holocausto e contra ele também se criou arte é não só recordar o que não pode ser esquecido, mas também advertir os que querem fazer reviver a besta que a Vida e o Homem vencem sempre.



Leo Haas: *Morgue em Theresienstadt*. Desenho a tinta na china (33x20cm) executado em Theresienstadt em 1943. Nascido de uma família judia em Opava (Morávia, hoje Checoslováquia) em 1901, ligou-se, durante os seus estudos de arte na Alemanha ao movimento comunista *Spartacus*, trabalhando durante os anos 20 para numerosas publicações operárias e de esquerda. Regressado à Checoslováquia em 1926, foi perseguido pelos nazis dos Sudetas e, após a ocupação da Checoslováquia pelo exército nazi em 1939 foi preso pela Gestapo acusado de auxiliar militantes comunistas alemães a atravessar a fronteira. Depois de deportado para Lublin e Ostrava, foi enviado em 1942 para o ghetto de Theresienstadt. Em 1944 foi de novo preso pela Gestapo no que ficou conhecido pelo caso dos pintores, artistas acusados de no ghetto produzirem material antinazi. Foi enviado para Auschwitz, depois para Sachsenhausen, mais tarde sucessivamente para os campos de Mathausen, Redls-Zipf, Schlier e, finalmente, Ebensee onde foi libertado pelas tropas americanas em Maio de 1945. Recentemente falecido, Leo Haas continuou a trabalhar na imprensa comunista e operária da Checoslováquia e RDA e expôs frequentemente em França, Itália, Israel, etc.

Leon Delarbre: *Vinte e nove prisioneiros russos enforcados na parada do campo*. Desenho a lápis (15x20cm) executado no campo de Dora em 1945. Nascido em Massevau (França) em 1899, Leon Delarbre morreu em 1974 em Belfort. Foi nesta cidade que foi preso pela Gestapo em Janeiro de 1944 como membro da Resistência gaullista que se organizara em torno do grupo de amigos do Museu de Belas-Artes de Belfort. Deportado para Auschwitz, foi posteriormente transferido para Buchenwald, depois para Dora-Mittelbau e, finalmente, para Bergen-Belsen de onde foi libertado em 1945. Em todos os campos em que esteve prisioneiro produziu uma significativa obra documental ferocemente perseguida pelos carcereiros, o que o obrigou a quase sempre trabalhar durante a noite. A sua obra (prosseguida após a Libertação) encontra-se exposta no Museu da Resistência, em Besançon.



Käthe Kollwitz: *Trigo para semear não deve ser moído*. Litografia (45x65cm) impressa em Berlim em 1942.

Käthe Kollwitz nasceu em Königsberg (Prússia) em 1867 e morreu em Moritzburg em Abril de 1945. Artista já consagrada quando da ascensão do nazismo, as suas posições de esquerda levaram a perseguições de toda a ordem, incluindo autos-de-fé de obras suas como sucedeu em Março de 1939. Foi um dos dois únicos artistas não-judeus que assistiram ao funeral de Max Liebermann, presidente da Academia de Belas Artes demitido pelo nazismo, sendo por isso perseguida pela Gestapo que tudo fez para que denunciase o outro artista (Otto Nagel), o que nunca fez. Remetida a uma quase prisão domiciliar em Berlim, após a morte de seu marido iniciou um ciclo a que chamou «Morte» e de que faz parte esta litografia.



Jozef Szajna: *Bloco II em Auschwitz... Esperando a chamada para a execução*. Desenho a lápis (20x30cm) executado em Buchenwald em 1944.

Nascido em 1922 em Rzeszow (Polónia), Jozef Szajna era operário começando a trabalhar para a Resistência após a invasão nazi copiando planos da sua fábrica. Preso na Hungria quando tentava juntar-se à resistência polaca em França, foi enviado pela Gestapo para sucessivas prisões, entrando em Auschwitz em 1941. Em estado de grande debilidade, foi transferido em 1944 para Buchenwald onde os companheiros o estimularam a retratar a situação do campo, datando de então a maioria dos seus desenhos. Após a libertação, em 1945, concluiu o curso de Belas-Artes em Cracóvia, tomando-se um dos mais conhecidos e respeitados cenaristas do teatro polaco contemporâneo.



Mieczyslaw Koscielniak: *Regresso do trabalho*. Crayon (10x30cm) executado em Auschwitz em 1942. Nascido em 1912 em Kalisz (Polónia), Koscielniak foi preso pela Gestapo em 1941, após a ocupação da Polónia. A sua prisão deveu-se a um equívoco, uma vez que foi acusado de pintar um mural antinazi numa escola de Varsóvia: o mural fora efectivamente pintado por ele, mas em 1928 e nada tinha a ver com os nazis. Como, porém, tinha como tema o fuzilamento de patriotas polacos, a Gestapo considerou-o como um ataque à «nova ordem». Koscielniak - que fora ferido enquanto soldado polaco na resistência à invasão nazi - estava contudo activamente ligado à Resistência. Deportado para Auschwitz, fez parte do célebre *Kommando nº 2 - Abbruch*, o grupo de mais violentos trabalhos forçados. Por incumbência da organização de Resistência do campo, elaborou mais de 300 desenhos retratando a vida em Auschwitz, desenhos que pelos mais complexos processos foram mandados para o exterior e constituíram peças importantes de denúncia. Poucos desses desenhos sobreviveram, sendo o aqui reproduzido um deles. Koscielniak foi depois transferido para Mathausen e depois para Melke e Ebensee onde foi libertado pelas tropas americanas.

a talhe de FOICE

Amigos daqui e amigos dali

A secção económica de um jornal é coisa séria. Para especialistas disso, da bolsa, das privatizações, dos bonds. Jornal que se preze não vai enfiar logo a abrir o jornal um assunto económico, desses, para especialistas. Vai lá para o fim, para a página quarenta e dois onde não possa atingir o leitor em geral no coração, excitar-lhe a curiosidade, expor-lhe a indignação, suscitar-lhe a crítica. A página quarenta e dois, porque não é múltiplo de oito, raramente é a última. Fica à esquerda do leitor, lá bem no fundo do jornal. Discreta. Convidando à reflexão.

Foi por isso que as revelações do «Público» da passada segunda-feira, sobre as empresas «amigas» do PCUS, por não quererem ser bombásticas, foram empurradas para uma página assim. Uma chamada na primeira, é certo. Mas remetendo para a economia. Para os especialistas. É que não se tratava de revelar não sabemos que assinatura de algum camarada do PCP sobre não se sabe que amistoso contributo. Nem se falava agora de não se sabe que carimbo surgido nas gavetas misteriosas de um KGB agora ao serviço de ieltsinistas e companhia. Nem se reproduziam as retumbantes declarações de um dirigente russo sobre os milhões desbaratados com solidariedades duvidosas porque eram comunistas. Não, senhores. Tratava-se agora, com a prosa dos mesmos repórteres luso-moscovitas, lançar dúvidas sobre tudo o que até há pouco se escreveu acerca das amizades soviéticas.

A questão, de facto, apesar de política, parece mesmo económica, desta vez. Al se revela que uma empresa portuguesa, a Tagol, consta de um documento dirigido a Gorbachov, em que era mencionada, segundo a «Komsomolskaia Pravda», como empresa «amiga».

Amiga de quem?

Os «investigadores» do «Público», citando o investigador da «Komsomolskaia Pravda», revelam que a Tagol - Companhia de Oleaginosas do Tejo, do grupo Mendes Godinho - faz parte de uma «lista de empresas amigas dos partidos comunistas português e soviético». A lista é nova, e dela foram excluídas - vá lá saber-se porquê - uma série de empresas, entre as quais o grupo Amorim, coitado, injustamente acusado destas amizades...

O tal «investigador», que deve ter mandato para andar a cheirar as gavetas do PCUS ilegalmente ilegalizado, afirma que «o nome da Tagol foi encontrado num documento do CC do PCUS de 1990, assinado pelo responsável pela secção internacional do partido, Valentin Falin, e dirigido a Mikhail Gorbachov, então secretário-geral do PCUS». E repare-se no escândalo: «Nesse documento falava-se em insistentes pedidos pessoais de dirigentes comunistas de partidos ocidentais para que fossem pagas as dívidas contraídas por empresas soviéticas às firmas amigas. Gorbachov terá então intercedido e foi possível um desanuviamento temporário da situação».

O aborrecimento é que o empresário nega que tenha destas amizades. Que a sua empresa não é «amiga do PCP ou de qualquer outro partido», afirma ele. Queiroz e Mello confirma, no entanto, «que fez o ano passado um negócio com a URSS no valor de três milhões de dólares». Mas que algo correu mal e surgiram problemas de pagamento, que motivaram uma sua deslocação a Moscovo, onde as coisas se resolveram.

«Para Queiroz e Mello», diz o «Público», «a atitude de Álvaro Cunhal em pedir aos soviéticos que saldassem as suas dívidas às empresas portuguesas não tem nada de condenável».

Mais adiante, o artigo fala da polémica que se levanta em Moscovo sobre a questão das dívidas. Que uma das versões a correr, «que coincide com a opinião de algumas firmas portuguesas visadas, é a de que, ao conotar empresas com os partidos comunistas, o que se pretende é arranjar uma desculpa para o não pagamento das dívidas»... Questões económicas, portanto. Para especialistas.

■ LM

ÚLTIMAS

DORP do PCP comenta instituição da Área Metropolitana do Porto

Dados os primeiros passos avance-se agora rapidamente

Com a entrada em vigor da lei que cria as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, estão dados os primeiros passos numa boa direcção. Agora, os comunistas portugueses querem que o processo avance rapidamente.

Comentando a recente entrada em vigor da lei 44/91, a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP afirma, numa declaração apresentada segunda-feira em conferência de imprensa, que estão dados os primeiros passos para encarar de frente os estrangulamentos da Área Metropolitana do Porto e iniciar o processo de ajustamento estrutural positivo que garanta o desenvolvimento regional equilibrado, no quadro, embora, dos condicionamentos negativos criados pela política centralizadora que o Governo imprime à administração pública.

Empenhámo-nos — recorda a DORP — na elaboração e aprovação desta lei, quer apresentando na AR um projecto próprio, quer no debate na especialidade, na busca dos consensos e de um texto comum que assegurasse as atribuições e competências necessárias, os meios financeiros adequados e a maior dignidade institucional aos seus órgãos, designadamente através da eleição directa de parte dos membros da futura Assembleia Metropolitana. Nem tudo conseguimos, é certo. E o futuro irá demonstrar a razão das propostas e preocupações que formulámos. Mas, apesar das limitações, é importante que o processo avance.

A DORP do PCP defende que, no imediato, devem ser marcadas as reuniões de todas as assembleias municipais, já que a instituição em concreto da área metropolitana depende do voto favorável da maioria de dois terços dos órgãos legislativos dos concelhos. Em simultâneo, há que formar a comissão instaladora (presidente da CCRN e representantes efectivos das nove câmaras envolvidas), para constituir os órgãos da área metropolitana e efectuar a sua primeira reunião.

Sem prejuízo da nossa disponibilidade para a eventual consideração deste processo com as outras forças nele interessadas, apresentaremos uma lista concorrente — anuncia a DORP ao referir-se à eleição dos 27 membros da Assembleia Metropolitana, o órgão deliberativo a que compete aprovar os planos, o orçamento, os regulamentos, os protocolos, os acordos de cooperação ou a constituição de empresas intermunicipais e metropolitanas, a participação noutras empresas e as medidas para concretizar as atribuições da Área Metropolitana do Porto. O facto de neste órgão, em

princípio, nenhuma força política vir a deter maioria absoluta significa, para os comunistas, que será necessário procurar consensos em torno da resolução dos problemas.

A Junta Metropolitana é composta pelos nove presidentes de câmara, seis dos quais eleitos pelo PS, o que lhe dá responsabilidades acrescidas na instituição em concreto da Área Metropolitana, no processo de constituição dos órgãos, na busca de soluções para encontrar as respostas a que a população tem direito — referiu a DORP na conferência de imprensa. — Esperamos que as declarações recentes de responsáveis do PS traduzindo uma atitude partidariante da Área Metropolitana do Porto e parecendo indicar uma guerra pela presidência da Junta Metropolitana, transferindo para o interior da AMP os conflitos e divisões existentes no PS, não signifiquem a criação de obstáculos ao funcionamento eficaz e à conjugação de esforços nesta fase inicial em que é fundamental unir vontades na luta pela resolução dos problemas da Área Metropolitana do Porto — afirma a direcção regional do PCP.

Os comunistas do Porto pretendem uma área metropolitana activa, dinâmica, empreendedora e com capacidade de reivindicação e de iniciativa junto do poder central, em defesa dos interesses da região, contrariando a perspectiva e os propósitos do PSD, implícitos na declaração do presidente da Câmara da Maia, de uma área metropolitana apática, domesticada e a meio gás.

A constituição do Conselho Metropolitano, no entender do PCP, deve prever a participação de representantes dos interesses sociais, económicos e culturais da área metropolitana nas reuniões do órgão consultivo.

Além da formação dos órgãos metropolitanos, outro problema que se coloca desde já refere-se aos recursos financeiros da área metropolitana: a lei fala de transferências do Orçamento de Estado, mas não refere montantes nem critérios, pelo que, se o OE não previr os meios adequados, terão que ser os municípios a suportar os custos de funcionamento da Área Metropolitana do Porto.

O PCP — conforme foi afirmado na conferência de imprensa — terá este problema em conta na discussão do

Orçamento para 1992 e apresentará também na AR projectos que reforcem o estatuto das áreas metropolitanas. Entretanto, os comunistas vão promover a curto prazo um debate aberto em torno dos problemas da Área Metropolitana do Porto, das perspectivas de funcionamento dos seus órgãos e das propostas e medidas que se considerem prioritárias, tendo em conta os principais estrangulamentos.

Na conferência de imprensa de dia 11 — em que participaram Ilda Figueiredo, da DORP, Avelino Gonçalves, da DORP e suplente do Comité Central, João Avelino, da Assembleia

Municipal de Matosinhos, Luís Oliveira Dias, vereador da CM do Porto e suplente do CC do PCP, e Jorge Carvalho, membro da AM de Espinho — foram apontados como grandes questões da região os transportes e vias de comunicação, as condições de habitação, o saneamento básico, os lixos e o seu tratamento, a despoluição do Douro e do Leça, a defesa do litoral e de outros recursos naturais, o projecto de distribuição do gás canalizado, o ordenamento do território metropolitano, os possíveis financiamentos comunitários e o acompanhamento do PRO-RAMP (programa regional de ordenamento).

Solidariedade com Timor-Leste

O MDM reuniu com um grupo de mulheres timorenses e prepara novas acções de solidariedade com o povo maubere

No dia 1 de Dezembro, o Movimento Democrático de Mulheres e aquele grupo de mulheres timorenses (que incluiu representantes da Fretilin e do movimento «A paz é possível em Timor-Leste») promovem em Setúbal um debate, com exposição e animação cultural, que contará com a presença de jornalistas, mulheres timorenses e entidades ligadas ao distrito, revela um comunicado do MDM, que anuncia para breve a divulgação de novas formas de cooperação e solidariedade. O MDM realizou no final de Outubro, como oportunamente noticiámos, uma iniciativa no Rossio que teve a participação de mulheres timorenses.

Depois de recordar a violência «que marca aceleradamente o ritmo quotidiano» em Timor, o MDM apela «à solidariedade mais activa das portuguesas e dos portugueses para a participação mais activa de Portugal, da comunidade internacional, designadamente das Nações Unidas, para que seja defendida a liberdade dos timorenses de exercerem o seu direito à autodeterminação» e para que cesse imediatamente a «opressão, tortura e morte das mulheres, crianças e homens timorenses».



Prémios da Festa do «Avante!»

Foi entregue na semana passada, no centro de trabalho do PCP na Avenida António Serpa, em Lisboa, o primeiro prémio do sorteio das entradas permanentes da 15ª Festa do «Avante!». O computador foi trocado pela EP com o número 026314. Recordamos que ao possuidor da EP com o número 019212 coube, como segundo prémio, uma câmara de vídeo.